



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

EDUARDO RAYMUNDO DE LIMA GONÇALVES

**MÍDIA E MOVIMENTOS SOCIAIS: A REPRESENTAÇÃO DO
MST NA REVISTA ISTOÉ**

Salvador
2008

EDUARDO RAYMUNDO DE LIMA GONÇALVES

**MÍDIA E MOVIMENTOS SOCIAIS: A REPRESENTAÇÃO DO
MST NA REVISTA ISTOÉ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Antônio da Silva
Câmara

Salvador
2008

G635 Gonçalves, Eduardo Raymundo de Lima
Mídia e movimentos sociais: a representação do MST na revista ISTOÈ /
Eduardo Raymundo de Lima Gonçalves. -- Salvador, 2008.
192 f.

Orientador: Prof. Dr. Antônio da Silva Câmara
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas, 2008.

1. Mídia. 2. Ideologia. 3. Movimentos sociais. 4. Movimento dos trabalhadores rurais sem terra. I. Câmara, Antônio da Silva. II. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD – 303.4840981

EDUARDO RAYMUNDO DE LIMA GONÇALVES

**MÍDIA E MOVIMENTOS SOCIAIS: A REPRESENTAÇÃO DO
MST NA REVISTA ISTOÉ**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.

Banca Examinadora

Antônio da Silva Câmara – Orientador _____
Doutor em Sociologia pela Universidade de Paris VII,
Paris, França.
Universidade Federal da Bahia.

Antônio Jorge Fonseca Sanches de Almeida _____
Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da
Bahia, Salvador, Brasil.
Universidade Federal da Bahia.

Francisco Emanuel Matos Brito _____
Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia,
Salvador, Brasil.
Companhia de Ação Regional.

A

Walfredo (*in memorium*) e Margarida, sempre queridos.

Maria e João, por existirem.

AGRADECIMENTOS

São muitos...

A Kelley Adriana por tudo: pelo carinho acalentador, companheirismo, cumplicidade, suporte familiar e, particularmente, pelos sábios conselhos nos momentos mais necessários.

Ao professor Antônio da Silva Câmara, querido Câmara: sinto-me honrado por tê-lo como orientador; digno da designação que o antecede por conhecer como poucos a abrangência do significado educar; exemplo de generosidade e acolhimento.

A Roberto Cabús e Henrique Santos, dois grandes amigos, sempre dispostos a ajudar.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), da UFBA, pela simpatia e disponibilidade de seus funcionários e professores.

À Redação da Três Editorial pela gentileza de ter fornecido dados preciosos para o melhor delineamento do meu objeto de estudo.

Ao Instituto Verificador de Circulação (IVC), também pela gentileza de ter fornecido dados essenciais para a composição desta dissertação.

A todos aqueles que de alguma forma contribuíram na execução deste trabalho, particularmente, os companheiros e companheiras do Núcleo de Estudos Ambientais e Rurais (NUCLEAR) e do Núcleo de Estudos e Práticas em Políticas Agrárias (NEPPA), da UFBA; assim como do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), da Universidade Estadual Paulista (Unesp).

A coletividade deve ser entendida como produto de uma elaboração de vontade e pensamento coletivos, obtidos através do esforço individual concreto, e não como resultado de um processo fatal estranho aos indivíduos singulares: daí, portanto, a obrigação da disciplina interior, e não apenas da disciplina externa e mecânica. Se devem existir polêmicas e cisões, é necessário não ter medo de enfrentá-las e superá-las: elas são inevitáveis nestes processos de desenvolvimento, e evitá-las significa tão-somente adiá-las para quando elas já forem perigosas ou mesmo catastróficas.

Antonio Gramsci. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Cadernos do Cárcere, 1929-1935.

GONÇALVES, Eduardo Raymundo de Lima. *Mídia e movimentos sociais: a representação do MST na revista ISTOÉ*. 192 f. il. 2008. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2008.

RESUMO

Esta Dissertação tem por objetivo de pesquisa investigar como a grande mídia nacional constrói e veicula representações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), particularmente aquelas encontradas na revista ISTOÉ. Enfoca-se o processo discursivo veiculado por essa mídia a respeito do MST, decompondo-o a partir de elementos que identifiquem os seus múltiplos aspectos, centrando-se na construção de imagens e na análise dos argumentos ideológicos. O trabalho de pesquisa foi realizado junto à Biblioteca Central do Estado da Bahia, em Salvador, sendo analisado o universo total de matérias produzido pela revista ISTOÉ entre janeiro de 2001 e dezembro de 2006. Para a análise do discurso foram definidas categorias básicas com o objetivo de compreender como a ideologia configura o discurso midiático hegemônico sobre os movimentos sociais. Os resultados demonstram a representação negativa e estereotipada do MST veiculada pela ISTOÉ, apontando, no entanto, para a necessária relação entre mídia e movimentos sociais.

Palavras-chave: mídia; ideologia; movimentos sociais; MST.

GONÇALVES, Eduardo Raymundo de Lima. *Media and social movements: the representation of the MST in the newsmagazine ISTOÉ*. 192 pp. ill. 2008. Master Dissertation – Philosophy and Human Sciences College, Federal University of Bahia (Brazil), 2008.

ABSTRACT

This dissertation is aimed at examining how Brazilian mainstream media shapes and conveys representations of Brazil's Landless Workers Movement (MST), especially those found in the newsmagazine ISTOÉ. The discursive process conveyed by that medium concerning the MST is approached by decomposing it into elements which may identify its multiple features with a focus on both image building and the analysis of the ideological argumentation. The whole set of ISTOÉ reports from January 2001 to December 2006 was examined at the Central Library of the State of Bahia in Salvador (Bahia, Brazil). Basic categories were defined for discourse analysis so as to understand how ideology shapes the mainstream media discourse about social movements. Results show a negative and stereotyped representation of the MST by newsmagazine ISTOÉ while pointing to the necessary relationship between media and social movements.

Key Words: media; ideology; social movements; MST.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro	1	MST associado às práticas terroristas	121
Fotografia	1	Ação do MSLT no Congresso Nacional	126
Fotografia	2	Prisão de José Rainha Júnior	128
Fotografia	3	Ocupação da Fazenda Córrego da Ponte	131
Fotografia	4	Subjugação de membros do MST por policiais	131
Fotografia	5	Destaque negativo às ações do MST e do MSTC	137
Ilustração	1	Charge de Aroeira	151
Ilustração	2	Charge de Paulo Caruzo	152
Ilustração	3	Charge de Aroeira	152
Ilustração	4	Charge de Paulo Caruzo	153
Ilustração	5	Charge de Paulo Caruzo	154
Fotografia	6	Dispersão de membros do MST pela PM de Brasília	156

LISTA DE TABELAS

Tabela	1	Estrutura fundiária brasileira – 2003	40
Tabela	2	Evolução das ocupações realizadas pelo MST no Brasil ..	47
Tabela	3	Média de tiragem semanal das revistas VEJA, ÉPOCA e ISTOÉ	117
Tabela	4	Comparativo do número de citações do MST entre Folha de São Paulo, VEJA e ISTOÉ	119
Tabela	5	Quantidade de matérias veiculadas pela ISTOÉ a respeito do Agronegócio e do MST	140

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Banpará	Banco do Estado do Pará
Concrab	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
Dataluta	Banco de Dados da Luta pela Terra
EZLN	Exército Zapatista de Libertação Nacional
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IVC	Instituto Verificador de Circulação
MLST	Movimento pela Libertação dos Sem Terra
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTC	Movimento dos Sem Teto do Centro de São Paulo
NMS	Novos Movimentos Sociais
PFL	Partido da Frente Liberal
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT	Partido dos Trabalhadores
Sudam	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
TCU	Tribunal de Contas da União
TDA	Título da Dívida Agrária
UDR	União Democrática Ruralista

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	14
1.2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	16
1.3	ESTRUTURA DO TRABALHO	22
2	O MST ENQUANTO MOVIMENTO SOCIAL	24
2.1	MOVIMENTOS: SOCIAIS, POPULARES E SOCIOTERRITORIAIS	24
2.2	BREVE ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA DO MST	34
2.3	A QUESTÃO AGRÁRIA	39
2.4	ESTRATÉGIAS DE LUTA DO MST E A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE SEM TERRA	44
2.4.1	A Ocupação	44
2.4.2	O Acampamento	46
2.4.3	O Assentamento	49
2.4.4	A Articulação do Movimento	50
2.4.5	A Identidade Sem Terra	52
2.4.6	A Comunicação	53
3	MÍDIA E IDEOLOGIA	57
3.1	A IDEOLOGIA COMO ASPECTO FUNDANTE DA MÍDIA	57
3.1.1	Da ideologia às representações sociais ou o “efeito bumerangue”.	72
3.2	JORNALISMO E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA	77
3.2.1	Breve histórico sobre o jornalismo de revista	78
3.2.2	A noticiabilidade no circuito midiático	82
3.3	MÍDIA E MOVIMENTOS SOCIAIS	92
4	O MST NA (DA) MÍDIA	97

5	O MST NA (DA) ISTOÉ	115
5.1	A REVISTA ISTOÉ POR ELA MESMA	115
5.2	A REPRESENTAÇÃO DO MST NA ISTOÉ	118
5.2.1	Ação associada a terrorismo	120
5.2.2	Promoção da violência e criminalização do Movimento	121
5.2.3	Divisão do Movimento	129
5.2.4	Ilegalidade das ocupações: “invasão”	132
5.2.5	Anacronismo versus modernidade: apologia ao agronegócio	139
5.2.6	Organicidade entre o MST, o Partido dos Trabalhadores e o Governo Lula	143
5.2.7	Configurando uma possibilidade de síntese	159
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
	REFERÊNCIAS	166
	ANEXO A - Matéria sobre o MST	173
	ANEXO B – Entrevista com João Pedro Stedile.....	176
	ANEXO C – Charge sobre o MST.....	179
	ANEXO D – Fotografia do massacre em Eldorado dos Carajás, Pará ...	180
	ANEXO E – Matéria sobre o MST	181
	ANEXO F – Quadro sobre o MST	183
	ANEXO G – Matéria sobre o MST	184
	ANEXO H – Entrevista com Diolinda Alves de Souza	186
	ANEXO I – Matéria sobre o MST	187
	ANEXO J – Matéria sobre o MLST	189
	ANEXO K – Matéria sobre o MST	191

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Na Sociologia contemporânea, o estudo sobre movimentos sociais e mídia tem permitido compreender a constituição dos movimentos para além da sua dinâmica interna, pois a sua interação com os meios de comunicação atua, ainda que secundariamente, na sua consolidação e até mesmo no desaparecimento de alguns dos movimentos sociais.

Este trabalho buscou investigar o conteúdo sócio-político, econômico e ideológico das representações sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), presentes nas matérias jornalísticas veiculadas pela revista semanal ISTOÉ. Tal iniciativa visou dar continuidade a estudos realizados nesta linha no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), a partir do Núcleo de Estudos Ambientais e Rurais (NUCLEAR), a exemplo da dissertação de mestrado defendida por Hudson Marambaia (2002).

Para uma melhor compreensão dos mecanismos de veiculação midiáticos dos movimentos sociais e, particularmente, do MST parece ser necessário situar a discussão a partir dos principais motivos geradores destes movimentos, dentre os quais destacamos a questão agrária brasileira, a reforma agrária, a violência no campo e a ampliação do agronegócio.

Entendemos que a questão agrária é o conjunto de problemas relativos à concentração fundiária e ao conseqüente desenvolvimento da agropecuária, e envolve as lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção. Em diferentes momentos da história do Brasil, a questão agrária tem-se apresentado com centralidade. Sua origem, segundo Martins (2004b), situa-se na questão residual da solução que, no passado, a sociedade brasileira deu à questão do escravismo.

Na década de 90 surgiu uma nova corrente teórica a respeito do problema agrário. Essa corrente, denominada por Fernandes (2003) de “Paradigma do Capitalismo Agrário”, propõe uma solução por meio da integração dos camponeses ao mercado e ao capital. Com esta integração e com a aplicação de políticas desenvolvidas pelo Estado, estaria superado o problema agrário do capitalismo. A partir deste paradigma, continua o autor, foram criados novos conceitos de conteúdos eufemísticos, como o de agricultura familiar para substituir o conceito de agricultura camponesa; ou o de agricultura empresarial para substituir o conceito de agricultura capitalista.

Para Fernandes, o discurso segundo o qual o problema agrário pode ser resolvido pelo mercado, através da integração ao capital e com políticas públicas determinadas e dirigidas pelo Estado agradou forças políticas da direita à esquerda. Como a mídia televisiva e a escrita abriam espaços para os cientistas passarem a defender essa tese em diferentes jornais diários, esse discurso foi incorporado pelos jornalistas e cientistas de diversas áreas do conhecimento, tornando-se assim predominante.

Fernandes também destaca que tanto no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) quanto no governo de Luís Inácio Lula da Silva (Lula) a mídia nacional, compreendida pelo jornal O Estado de São Paulo, pela Folha de São Paulo, O Globo, e Jornal do Brasil, pela revista VEJA e outros periódicos semanais, vem explorando os princípios do paradigma do capitalismo agrário, tentando pautar as políticas governamentais. Neste sentido, elucidam Porto-Gonçalves e Chuva (2008: 148),

Uma visita ao site seja da ABAG – Associação Brasileira de Agribusiness, seja do ICONE – Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais -, mostrará como se conforma esse bloco de poder com a aliança de pesquisadores, empresários agronegociantes, instituições estatais e grandes grupos empresariais de comunicação, como a Rede Globo de Comunicações e o Grupo O Estado, que estão lá como entidades parceiras, o que põe no ralo a pretensão de neutralidade de informação quando se trata das implicações sociais e ambientais desse modelo agrário. A geografia da violência no campo brasileiro desmascara essa ideologia com dados difíceis de serem contestados.

Colaborando para a manutenção da estrutura agrária brasileira e de acordo com interesses de classe não confessados, parece que a mídia reveste de caráter ideológico a realidade do campo brasileiro para que esta não apareça como de fato é: com uma das estruturas fundiárias mais concentradas do mundo e em intensificação; com o aumento de famílias acampadas nas beiras das estradas e dentro dos latifúndios; com o empobrecimento dos camponeses e o aumento da expropriação e exclusão.

1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho de pesquisa foi realizado junto à Biblioteca Central do Estado da Bahia, em Salvador, sendo analisado o universo total de matérias produzido pela revista ISTOÉ entre janeiro de 2001 e dezembro de 2006. O período foi assim delimitado com o intuito de observar o desenvolvimento discursivo do semanário a respeito do MST nos dois últimos anos do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e na primeira gestão do governo Luís Inácio Lula da Silva.

Este trabalho visou identificar, a partir dos dados levantados em pesquisa, a construção de imagem dos movimentos sociais realizado por um órgão da mídia escrita nacional (comparando-o com outros órgãos do mesmo gênero), compreendendo os argumentos ideológicos presentes nesta construção. Especificamente, buscou-se elucidar os seguintes aspectos: a) compreender os mecanismos de divulgação midiática em torno do MST e como a revista ISTOÉ, a partir de sua inserção no cenário nacional, representa este Movimento; b) analisar as argumentações sócio-políticas, econômicas e ideológicas contidas nesta representação; e c) identificar as convergências e/ou divergências entre as representações construídas no período de governo de FHC e aquelas esboçadas na primeira gestão do governo Lula.

Assim, no curso de realização deste trabalho, buscou-se responder às seguintes questões norteadoras:

1. Como a Sociologia contemporânea compreende a relação Mídia e Movimentos Sociais?
2. Quais as técnicas de produção do discurso jornalístico na grande mídia escrita?
3. Por que a ideologia é fator preponderante na produção deste discurso?
4. Qual a relação possível entre ideologia e representações sociais? Como esclarecê-la?
5. Quais são os mecanismos de divulgação utilizados pela revista ISTOÉ para representar o MST?
6. Que imagem do MST é divulgada pela Revista?
7. De que modo a imagem do MST na ISTOÉ sofre alterações entre os dois últimos anos do governo FHC e a primeira gestão do governo Lula?
8. Quais as argumentações sócio-políticas, econômicas e ideológicas veiculadas pela Revista ao representar o MST?

Na avaliação dos dados pesquisados foram utilizadas a análise de conteúdo e a análise pragmática da comunicação social, definindo-se categorias básicas encontradas no discurso da mídia e nas técnicas de produção deste discurso. Trabalhou-se também com a análise de conjuntura, buscando correlacionar tais aspectos ao contexto nacional no momento de sua ocorrência, utilizando-se como principal fonte as reportagens publicada na ISTOÉ durante o período pesquisado.

A análise de conteúdo é, segundo Bardin (2000), um *conjunto de técnicas de análise das comunicações* que busca corresponder aos objetivos de *ultrapassagem da incerteza e enriquecimento da leitura*. Bardin esclarece que a análise de conteúdo possui duas funções básicas: a) uma *função heurística*, que “enriquece a tentativa exploratória e aumenta a propensão à descoberta”; e b) um *função de administração da palavra*, em que hipóteses sob a forma de questões ou de afirmações provisórias servirão de diretrizes. A análise de conteúdo é definida por ele como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2000: 42).

Para o autor, pertencem ao domínio da análise do conteúdo todas as iniciativas que explicitem e sistematizem o conteúdo das mensagens e da expressão

deste conteúdo. Assim, continua Bardin (2000: 42), “esta abordagem tem por finalidade efetuar deduções lógicas e justificadas, referentes à origem das mensagens tomadas em consideração”, particularmente, quanto ao emissor e o seu contexto e, eventualmente, quanto aos efeitos das mensagens.

O autor também coloca que a intenção da análise de conteúdo é a “inferência¹ de conhecimentos relativos às condições de produção”. Ou seja, é buscar a articulação entre a *superfície dos textos* (descrita e analisada) e os *fatores que determinam estas características* (deduzidos logicamente). Ou ainda, é tornar manifesto algo que se encontre latente nas mensagens.

A leitura efetuada pelo analista do conteúdo das comunicações não é, ou não é unicamente, uma leitura “à letra”, mas antes o realçar de um sentido que se encontra em segundo plano. Não se trata de atravessar significantes para atingir significados, à semelhança da decifração normal, mas atingir através de significantes ou de significados (manipulados) outros “significados” de natureza psicológica, sociológica, política, histórica, etc (BARDIN, 2000: 41).

Franco (2005: 20-4), a partir de Bardin, considera que a análise de conteúdo é “um procedimento de pesquisa que se situa em um delineamento mais amplo da teoria da comunicação e tem como ponto de partida a mensagem”. Franco adverte, contudo, que para se evitar cair na armadilha de “uma mera projeção subjetiva” é necessário que se inicie o processo de análise com base no conteúdo manifesto e explícito da mensagem, assim como “os resultados da análise de conteúdo devem refletir os objetivos da pesquisa e ter como apoio indícios manifestos e capturáveis no âmbito das comunicações emitidas”.

Partindo da semiologia² e do reconhecimento de que o sistema de comunicação é dotado de um corpo de *signos*, Verón (1977: 192) propõe uma *análise pragmática da comunicação social* que, através da *metalinguagem*, é capaz de estabelecer “um plano de descrição de um grau mais alto de complexidade”.

¹ Inferência é definida pelo autor como “operação lógica, pela qual se admite uma proposição em virtude de sua ligação com outras proposições já aceitas como verdadeiras” (BARDIN, 2000: 39).

² No dicionário Aurélio encontramos a descrição da semiologia como ciência geral dos signos que, segundo Ferdinand de Saussure, estuda todos os fenômenos culturais como se fossem sistemas de signos, isto é, sistemas de significação. Em oposição à lingüística, que se restringe ao estudo dos signos lingüísticos, da linguagem, a semiologia tem por objeto qualquer sistema de signos (imagens, gestos, vestuários, ritos, etc.).

Com referência a qualquer sistema de signos, podemos distinguir: (a) o estudo das relações dos signos entre si (a *sintática*); (b) o estudo das relações dos signos com aquilo a que se referem ou que “representam” (a *semântica*) e (c) o estudo das relações dos signos com os usuários, ou seja, com aqueles que os emitem ou recebem em determinadas situações (a *pragmática*) (VERÓN, 1977: 169-70).

Ou seja, a sintática é o estudo das regras de construção dos corpos lingüísticos e simultaneamente tem um sentido descritivo e normativo. A semântica analisa as regras de correspondência entre os signos que compõem os corpos lingüísticos e seus referentes, possuindo um caráter denotativo. E a pragmática é definida por Verón como um *sistema de decisões*. A pragmática é o instrumental que o usuário de um sistema de comunicação utiliza no manejo dos signos, habilitando-o a elucidar tanto o caráter denotativo quanto conotativo das mensagens.

A emissão e recepção de uma determinada mensagem em uma situação exige a aplicação destas regras de uma certa maneira; em outras palavras, exige que se ponha em prática um *sistema de decisões*. Isto indica que tal corpo de regras estabelece certo campo de restrições, mas deixa o usuário uma margem de “liberdade” ou “indeterminação”, de amplitude variável, naquilo que diz respeito à construção de mensagens concretas (VERÓN, 1977: 172).

Verón (1977: 172-6) considera que “um sistema de comunicação não existe sem um repertório de signos e sem um corpo de regras que definam como se selecionam e se combinam esses signos para formar as mensagens transmissíveis”. O que equivale dizer que um sistema de comunicação “é um sistema de operações práticas cujas leis cabe estabelecer: em outras palavras, uma área da práxis social”. Enquanto práxis social, a comunicação humana não se esgota em sua denotação, uma vez que “toda mensagem humana denota em um nível e conota noutro”, é necessário então compreender que o emissor num sistema de comunicação realiza duas operações fundamentais na construção de suas mensagens: a seleção e a combinação dos signos.

(...) *seleciona* no interior do repertório de unidades ou signos disponíveis aqueles que comporão a mensagem; *combina* as unidades selecionadas de uma certa maneira, no interior da mensagem. O significado de uma mensagem depende, então, das opções seletivas e combinatórias que estão a disposição dos emissores (VERÓN, 1977: 177).

A proposta teórica de Verón se materializa de fato no que denomina de *metacomunicação*. Ou seja, na busca do real significado das mensagens em seus determinados contextos. Como descreve o autor:

[...] o significado não é uma propriedade intrínseca da mensagem, mas depende do conjunto do qual provém. Toda mensagem determina o seu significado, para uma situação determinada, em relação com outras mensagens que poderiam ter sido transmitidas em seu lugar (seleção) e outras combinações diferentes dos mesmos elementos que integram a mensagem (VERÓN, 1977: 178).

A metacomunicação refere-se a um fenômeno que só pode ser estudado em relação ao sistema empírico de comunicação em seu conjunto: os emissores, os receptores, e a situação concreta em que a comunicação se produz. Elucidar significado corresponde dizer, no plano da sociedade global, a compreensão de que “a conotação é o nível de transmissão de conteúdos ideológicos”. Ou seja,

Assim como nas relações interpessoais a metacomunicação transmite a “imagem” que o emissor possui da própria relação e de suas características, assim também as mensagens sociais de massa metacomunicam uma imagem da sociedade, uma certa maneira de fragmentar a realidade social para falar dela. Como esta maneira e essa imagem não são as únicas possíveis, e como se transmitem em um nível de significação implícito, o termo *comunicação ideológica* parece perfeitamente adequado (VERÓN, 1977: 180-1).

Verón preocupa-se em deixar claro que seu argumento não busca caracterizar a ideologia como um tipo de discurso ou linguagem³, e sim como um *nível de significação* de qualquer discurso transmitido em situações sociais concretas, “relativo ao fato inevitável de que, por sua própria natureza, toda a mensagem transmitida na comunicação social possui uma dimensão conotativa”. Assim como, esclarece que a ideologia se refere “a uma estrutura cognitiva implícita nas mensagens de comunicação social e não a uma estrutura de avaliações” e “é uma dimensão estrutural de toda comunicação”.

³ De certa forma, este é o posicionamento assumido por Eagleton (1997: 194-5) quando afirma que “A ideologia é antes uma questão de ‘discurso’ que de ‘linguagem’ – mais uma questão de certos efeitos discursivos concretos que de significação como tal. Representa os pontos em que o poder tem impacto sobre certas enunciações e inscreve-se tacitamente dentro delas”.

Dizer que a “informação ideológica” opera por conotação e não por denotação implica em afirmar que a ideologia não é um corpo de proposição (mensagens) e não reside no conteúdo manifesto das proposições, mas reside no sistema de regras semânticas que o emissor aplica para construir as mensagens. A ideologia é um sistema de codificação da realidade, e não um conjunto determinado de mensagens codificado com esse sistema. Assim sendo, explicar o sistema de codificação que um ator social ou um certa classe de atores sociais se utiliza para organizar significativamente a realidade equivale a descrever, do ponto de vista da comunicação, as condições que definem a relação desses atores com o seu mundo social (VERÓN, 1977: 185).

Cabe, contudo, esclarecermos que o procedimento técnico adotado nesta investigação tem, a princípio, elementos dos métodos acima descritos, mas não necessariamente buscou-se aplicar todas as suas normas. Dizemos isto porque o rigor tanto da análise de conteúdo quanto da proposta de Verón acabariam por anular um ao outro. É importante então destacarmos que da análise de conteúdo recuperamos a sua função heurística e a possibilidade de inferência sobre as condições de produção das mensagens. Da análise pragmática proposta por Verón recuperamos os aspectos que se referem à metacomunicação e à conotação como nível de transmissão de conteúdos ideológicos, e menos aos aspectos semiológicos.

De forma simplificada, buscou-se também compreender o contexto em que a “informação ideológica” era produzida. Deste modo, foi realizada no transcórre da pesquisa uma análise de conjuntura com base nas próprias reportagens produzidas pela ISTOÉ. Para Souza (1986), ao se realizar uma análise de conjuntura é necessário observar algumas categorias básicas, como: acontecimentos; cenários; atores; relação de forças; e articulação entre estrutura e conjuntura.

É fundamental perceber o conjunto de forças e problemas que estão por detrás dos acontecimentos. Tão importante quanto apreender o sentido de um acontecimento é perceber quais as forças, os movimentos, as contradições, as condições que o geraram. Se o acontecimento aparece diretamente à nossa percepção este pano de fundo que o produz nem sempre está claro. Um esforço e um cuidado maiores devem então ser feitos para situar os acontecimentos e extrair deles os seus possíveis sentidos (SOUZA, 1986: 14-5).

O autor esclarece que não é possível afirmar que os acontecimentos ocorram “dentro de uma lógica determinada, seguindo um enredo predeterminado”. Na realidade, os acontecimentos possuem sentidos e dinâmicas que escapam ou não

estão subordinadas a determinadas lógicas. “Isto, no entanto, acrescenta Souza (1986: 15), não nos impede de procurar, de pesquisar o encadeamento, a lógica, as articulações, os sentidos comuns dos acontecimentos”. Assim, na análise de conjuntura, a importância dos elementos depende de cada situação e de possíveis relações num contexto mais amplo e mais permanente, de modo que o aspecto político deste contexto, calcado no conflito de classes, ganha destaque. Como explica Souza (1986: 13-7),

Encontrar formas de verificar a relação de forças, ter uma idéia mais clara dessa relação é decisivo se se quer tirar conseqüências práticas da análise de conjuntura. [...] A análise de conjuntura de modo geral é uma análise interessada em produzir um tipo de intervenção na política; é um elemento fundamental na organização da política, na definição das estratégias e táticas das diversas forças sociais em luta.

Não necessariamente com este objetivo, mas com o intuito de compreender o discurso midiático e o processo de construção deste discurso em um contexto marcado pelo conflito de classes, buscou-se empreender de forma dialógico-complementar este conjunto de técnicas no tratamento dos dados pesquisados com esta investigação.

1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

O núcleo desta Dissertação é composto por quatro capítulos. O primeiro encontra-se dividido em duas seções: na primeira parte são apresentadas algumas considerações teóricas sobre movimentos sociais, visando elucidar as distintas concepções a respeito do tema. Em seguida, apresentamos uma breve análise sócio-histórica sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), situando a questão agrária e o embate sobre a reforma agrária brasileira, assim como as estratégias de luta adotadas pelo MST.

O segundo capítulo divide-se em três seções. Inicia-se com uma discussão sobre mídia e ideologia, com destaque para a importância desta na configuração daquela e, logo depois, é feita uma asserção sobre o conceito de representações sociais num contexto ideológico. Em um segundo momento, são apropriados alguns debates sobre o transcorrer histórico do jornalismo, particularmente sobre o jornalismo de revista, e o processo de construção da notícia. O capítulo se encerra centrando-se em considerações sobre mídia e movimentos sociais.

No terceiro capítulo são discutidos, a partir de alguns trabalhos já publicados, os modos como as diversas mídias costumam veicular as notícias a respeito do MST e a forma como o Movimento se posiciona no contexto midiático enquanto motivo de noticiabilidade. E, em seguida, no quarto e último capítulo contribuimos com a análise a partir da revista ISTOÉ e a perspectiva adotada por esta também em relação ao MST, destacando algumas categorias de análise que buscam demonstrar com maior clareza os aspectos aqui investigados.

2 O MST ENQUANTO MOVIMENTO SOCIAL

2.1 MOVIMENTOS: SOCIAIS, POPULARES E SOCIOTERRITORIAIS

Abordar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como movimento social não é consenso entre os estudiosos, pois os NMS (Novos Movimentos Sociais) são identificados como um fenômeno social próprio dos anos setenta em diante, vinculado às questões capitalistas, industriais e urbanas, no qual os aspectos comportamentais e culturais sobrepõem-se às questões econômicas (BERGER, 1998).

Caldart (2004) sugere que a denominação mais apropriada seria *organização social*, contudo, a autora esclarece que não há uma nomeação consensual nem entre os analistas nem entre os próprios Sem Terra.

Na verdade, ainda está para ser construída uma categoria que realmente dê conta de expressar a especificidade “identitária” do MST. [...] O consenso é o de que as categorias *movimento social* ou *movimento de massas*, pelo menos em seu sentido original, não conseguem explicar com precisão o papel histórico do MST (CALDART, 2004: 131).

Para explicitar um pouco mais esta questão, tentaremos estabelecer um pequeno debate sobre estas categorias, iniciando pelos Novos Movimentos Sociais. Touraine, um dos principais autores europeus que se debruçam sobre o estudo dos NMS, analista do que denomina de “sociedade programada”, inicialmente defendeu a tese de que as lutas de classe compõem o conflito central dos movimentos sociais - contudo numa nova roupagem - ao declarar que “os partidários da contracultura enganam-se ao denunciar só a tecnologia ou a cultura de massa. Não percebem que as lutas de classe, longe de estar ultrapassadas por novos conflitos, assumem uma nova forma” (1988: 117).

Em uma análise posterior, Touraine (2002: 253-4) redefine seu posicionamento e conceitua movimento social como “o esforço de um ator coletivo para se apossar de ‘valores’, das orientações culturais de uma sociedade, opondo-se à ação de um adversário ao qual está ligado por relações de poder” e, acrescenta que esta concepção dos movimentos sociais, aplicada à sociedade industrial, está em ruptura com a idéia marxista de luta de classes, mesmo se uma ou outra analisem os mesmos fenômenos históricos. Touraine busca referir-se a um ator coletivo cuja orientação maior é a defesa do sujeito, a luta pelos direitos e a dignidade dos trabalhadores.

A linha analítica sustentada por Touraine nos leva à compreensão de que a análise dos movimentos sociais inexoravelmente remete aos processos de *racionalização* e de *subjetivação* inerentes à *modernidade*, de modo que o conflito social e a perspectiva de um projeto cultural compõem seu referencial de análise. Neste sentido, ele afirma que “um *movimento social* é ao mesmo tempo um conflito social e um projeto cultural”, ou seja, “ele visa sempre a realização de valores culturais, ao mesmo tempo que a vitória sobre um adversário social” (2002: 254).

A partir destes processos de racionalização e subjetivação do mundo moderno, Touraine compreende que devemos abordar o sujeito como movimento social, pois, para ele “a idéia de sujeito é antes de tudo contestadora”, assim como, a *noção de movimento social* deve substituir a *noção de classe social* e a *análise da ação* deve tomar o lugar da *análise das situações*.

Melucci (1989: 3), outro expoente europeu dos Novos Movimentos Sociais, afirma em um texto preliminar que “o problema marxista clássico (como passar da condição de classe para a consciência de classe) ainda existe e não pode ser resolvido sem levar em consideração como um ator coletivo é formado e mantido”. Melucci criticará os estudos dos anos 1970 sobre movimentos sociais ao afirmar que

[...] as teorias estruturais, baseadas na análise de sistemas, explicam *por que*, mas não *como* um movimento se estabelece e mantém sua estrutura, ou seja, elas apenas hipotetizam sobre o conflito potencial sem considerar a ação coletiva e os atores (MELUCCI, 1989: 4).

De fato, para Melucci os movimentos sociais “são *sistemas de ação* que operam num *campo sistêmico* de possibilidades e limites”, nos quais “o modo como

os atores constituem sua ação é a conexão concreta entre orientações e oportunidades e coerções sistêmicas”, assim como, continua,

[...] os participantes na ação coletiva não são motivados apenas pelo que eu chamaria de uma orientação ‘econômica’, calculando custos e benefícios da ação. Eles também estão buscando solidariedade e identidade, que, diferentemente de outros bens, não são mensuráveis e não podem ser calculados... Eles se concentram nas necessidades de auto-realização, mas não numa orientação política, porque contestam a lógica do sistema nos campos culturais e na vida cotidiana das pessoas (1989: 4-6).

Melucci (1989: 9) define um movimento social como “uma forma de ação coletiva (a) baseada na solidariedade, (b) desenvolvendo um conflito, (c) rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação”. Nos mesmos termos, Melucci (2001), num trabalho mais recente, afirma que um movimento é a mobilização de um ator coletivo, definido por uma solidariedade específica, que luta contra um adversário para a apropriação e o controle de recursos valorizados por ambos. A ação coletiva de um movimento se manifesta através da ruptura dos limites de compatibilidade do sistema dentro do qual a ação mesma se situa.

Para Melucci, os atores nestes conflitos não são mais definidos pela classe social, como grupos estáveis definidos por uma condição social e uma cultural específicas (como a classe trabalhadora o era durante a industrialização capitalista):

Os atores nos conflitos são cada vez mais *temporários* e sua função é *revelar os projetos*, anunciar para a sociedade que existe um problema fundamental numa dada área. Eles têm uma crescente função simbólica, pode-se talvez falar de uma função *profética*. Eles são uma espécie de *nova mídia*. Eles não lutam meramente por bens materiais ou para aumentar sua participação no sistema. Eles lutam por projetos simbólicos e culturais, por um significado e uma orientação diferentes da ação social (1989: 11).

Melucci (2001) prefere designar, no lugar de movimentos, termos como *redes de movimento* ou *áreas de movimento*, isto é, “uma rede de grupos partilhando uma cultura de movimento e uma identidade coletiva”. Estas redes têm as seguintes características: a) elas permitem associação múltipla; b) a militância é apenas parcial e de curta duração; c) o envolvimento pessoal e a solidariedade afetiva são requeridos como uma condição para a participação em muitos dos grupos. Este não

é um fenômeno temporário, mas uma alteração morfológica na estrutura da ação coletiva.

Com um posicionamento crítico em relação a estes teóricos, Doimo (1995) adverte que quando falamos em Novos Movimentos Sociais estamos utilizando uma categoria *européia*, cunhada por intelectuais europeus com o intuito de compreender as condutas coletivas e conexões ativas entre diversos agenciamentos que, nos anos 1970, passaram a girar em torno da crise do padrão assistencial-previdenciário do *welfare state* e das transformações da própria sociedade industrial.

Doimo, ao analisar e contextualizar os movimentos sociais ocorridos no Brasil e na América Latina pós anos 1970, sugere que melhor seria reconhecê-los enquanto *movimentos populares*:

Quando falamos em “movimento popular”, estamos diante de uma categoria reconhecidamente latino-americana, cunhada em termos de autoritarismo político pela confluência de outros tantos agenciamentos, para referir-se a uma vasta gama de movimentos reivindicativos referidos ao Estado do “mal estar social” (1995: 67-8).

Para Doimo (1995), os movimentos populares caracterizam-se por serem movimentos reivindicativos de ação-direta e possuem uma dupla face: a face *expressivo-disruptiva*, pela qual se manifestam valores morais ou apelos ético-políticos tendentes a deslegitimar a autoridade pública e a estabelecer fronteiras intergrupos, e a face *integrativo-corporativa*, pela qual se buscam conquistar maiores níveis de integração social pelo acesso a bens e serviços, não sem disputa intergrupos e a interpelação direta aos oponentes.

Na perspectiva de Doimo, é preciso situar a análise dos movimentos populares reconhecendo o papel paradigmático da *Igreja*, que os legitimava com seu apoio material, organizativo e simbólico, principalmente com a participação das pastorais. Bem como, situá-los em seu *campo ético-político*, a fim de captar a recorrência de uma linguagem comum. O que significa dizer, em outras palavras, o reconhecimento de seu *ethos*:

Uma espécie de simbolismo verbal provedor do sentimento de pertença a um mesmo espaço compartilhado, ainda que diverso quanto à base social e quanto às demandas formuladas. Saber “quem sou eu”, num campo de

múltiplos movimentos dispersos no tempo e no espaço, significa enfim, reconhecer-se como parte de um conjunto igualmente compartilhado de valores que indicam “como devo agir” e “para onde vou” (DOIMO, 1995: 126).

Veremos mais adiante que o papel da Igreja e, particularmente, das Comissões Pastorais da Terra (CPT) foram fundamentais na constituição do Movimento dos Sem Terra.

Peruzzo (2004) destaca que para compreender o estabelecimento dos movimentos populares no Brasil é necessário situar o processo num período que perpassa por quatro fases diferenciadas, porém complementares: o primeiro momento é a *mobilização* – fase das grandes manifestações. Como exemplos têm-se as greves dos metalúrgicos do ABC paulista na década de setenta e o Movimento do Custo de Vida que reuniu em 1978 cerca de vinte mil pessoas batendo panela na Praça da Sé, em São Paulo, e colheu para um abaixo-assinado contra a alta dos preços mais de um milhão de assinaturas.

Enfrentando abertamente proibições do regime vigente, acelerou-se um processo de conscientização, fomentado em grande parte pelas comunidades eclesiais de base. A mídia concedeu amplos espaços a essas manifestações, que para o Estado não passavam de afrontas. Alguns teóricos começaram a ver nos movimentos a grande esperança de mudança social (PERUZZO, 2004: 40-1).

Num segundo momento destaca-se a *organização* – fase em que os movimentos se dedicaram à sua própria organização.

Grandes esforços foram canalizados para o fortalecimento interno dos movimentos, envolvendo sua institucionalização (estatutos, sede etc.), a conscientização, mobilização e formação política dos participantes, além de ações coletivas (assembléias, audiências). Agora eles já não apareciam muito nos meios de comunicação (PERUZZO, 2004: 41).

A *articulação* caracteriza a terceira fase e foi preponderante no final da década de oitenta e início dos anos noventa. Transformando-se em organizações mais abrangentes, começam a surgir as federações de associações de moradores e os conselhos populares municipais. Do mesmo modo, aparecem o Movimento

Nacional dos Direitos Humanos e o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. E, em 1994, com o intuito de articular os diversos movimentos em âmbito nacional, surge a Central dos Movimentos Populares.

No momento atual, Peruzzo considera que nos encontramos em sua quarta fase, ou seja, a formação de *parcerias*.

Num quarto momento, atual, as organizações sociais, com vistas a uma eficácia ainda maior na busca de soluções para problemas concretos, formam parcerias com órgãos públicos municipais, estaduais e federais, empresas, organizações não-governamentais (ONGs) e outras instituições. Com isso, a participação dos movimentos torna-se mais efetiva, criando-se canais que potencializam as práticas de apresentação de propostas, da contribuição para a formulação e execução de projetos e programas e da interferência positiva para que as políticas públicas sejam direcionadas em conformidade com as necessidades e os anseios da população (2004: 43).

Para esta autora, os diversos movimentos sociais podem ser classificados conforme sua tipologia. Deste modo, teríamos: os ligados aos bens de consumo coletivo (associação de moradores); os envolvidos na questão da terra; os relacionados com as condições gerais de vida (movimentos ambientais e ecológicos); os motivados por desigualdades culturais (movimentos por questões étnico-raciais e feministas); os dedicados à questão trabalhista (sindicatos); os voltados à defesa dos direitos humanos; e os vinculados a problemas específicos (voltados para determinados segmentos da população).

A sucessão de períodos sugerida por Peruzzo parece desconsiderar que as várias fases indicadas podem, em determinadas circunstâncias, terem ocorridas simultaneamente. Cabe mencionar também que a sua indicação de uma fase atual com predominância das parcerias não percebe a restrição à autonomia dos diversos movimentos sociais. Mesmo que possamos aceitar esta tipologia é necessário observar que na base de suas ações continua a motivação da luta contra a ordem capitalista e a apropriação dos meios de produção e suas conseqüências para o modo de vida globalizado.

Como importante referência para os estudos dos movimentos sociais, Gohn (2002) apresenta um amplo espectro de abordagens na teorização sobre o tema, analisando os paradigmas americanos (clássicos e contemporâneos) e europeus

sobre os novos movimentos sociais, e formulando, por fim, uma proposta teórico-metodológica para a análise dos movimentos sociais na América Latina e Brasil. Com base nesta trajetória, Gohn sintetiza as contribuições elaboradas pelos estudiosos até então e sugere um extenso conceito para movimentos sociais:

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciadas pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural, criam uma identidade coletiva para o movimento a partir dos interesses em comum. Essa identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não-estatal) e privada; participam direta e indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política (GOHN, 2002: 251-2).

Para Gohn, estas contribuições são observadas quando se realizam análises de períodos de média ou longa duração histórica, nos quais são passíveis de serem observados os ciclos de protestos delineados. Deste modo, continua a autora,

Os movimentos participam portanto da mudança social histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista como conservador ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articulados, em suas densas redes; e dos projetos políticos que constroem com suas ações. Eles têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, com agendas de atuação construídas ao redor das demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam (2002: 252).

Esta mesma autora, num trabalho posterior, aproxima-se da teoria da ação comunicativa de Habermas e conceitua os movimentos sociais mudando seu foco para a compreensão de seu aspecto comunicacional no processo de formação de redes, assim, os movimentos sociais seriam:

Ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da

simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, ato de desobediência civil, negociações, etc.), até as pressões indiretas. Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet. Por isso, exercem o que Habermas denominou como o agir comunicacional. A criação e desenvolvimento de novos saberes são produtos dessa comunicabilidade (GOHN, 2003: 13).

Nesta mesma obra, Gohn destaca que o MST é o mais famoso dentre os cerca de vinte *movimentos sociais populares rurais* no Brasil na atualidade. Para ela os movimentos rurais tiveram, nos anos 90, maior visibilidade e importância política que os *movimentos sociais populares urbanos*.

Reconhecemos que o trabalho realizado por Gohn é importante para nos situarmos melhor na discussão em torno dos movimentos sociais. Contudo, a sua perspectiva atual afasta-se do que talvez seja a principal característica de um movimento social de contestação, ou seja, a superação do que se encontra estabelecido, da ordem vigente, do *establishment*. Neste sentido, Gohn assume um posicionamento semelhante ao de Melucci, no qual o aspecto cultural/comunicativo prevalece enquanto princípio analítico para os movimentos sociais.

Por outro lado, em que pese a importância da Teoria da Ação Comunicativa, de Jurgen Habermas, não nos parece que o seu conceito seja o mais adequado para o entendimento dos movimentos sociais. Assim, apenas para situar o debate, pois, não caberia aqui uma digressão sobre a teoria habermasiana, tentaremos elucidar um pouco mais como este autor compreende a ação comunicativa em seu contexto do mundo da vida.

A teoria do agir comunicativo baseia-se na possibilidade do entendimento mútuo a partir do grau de interesses dos participantes do processo discursivo. Habermas considera que o “modelo do agir comunicativo orientado para o entendimento mútuo” contrapõe-se ao “modelo estratégico de ação orientado para o sucesso”. Pois, diz Habermas (1989: 165-6),

O conceito do agir comunicativo está formulado de tal maneira que os atos do entendimento mútuo, que vinculam os planos de ação dos diferentes participantes e reúnem as ações dirigidas para objetivos numa conexão interativa, não precisam de sua parte ser reduzidos ao agir teleológico [...]

Se entendemos o agir em geral como consistindo em dominar situações, o conceito do agir comunicativo extrai domínio da situação, ao lado do aspecto teleológico da execução de um plano de ação, o aspecto comunicativo da interpretação comum da ação, sobretudo a formação de um consenso.

Para entendermos o contexto da ação comunicativa orientada para o entendimento mútuo é imprescindível compreendermos a definição de Habermas para “mundo da vida”, porque é no mundo da vida que não só se encontra o “contexto” para os processos de entendimento mútuo, como também são fornecidos os “recursos” para os processos de interpretação com os quais os participantes da comunicação procuram suprir a carência de entendimento mútuo que surgiu em cada situação de ação.

Os participantes da comunicação baseiam os seus esforços de entendimento mútuo num sistema de referência composto de exatamente três mundos. Assim, um acordo na prática comunicativa da vida cotidiana pode se apoiar ao mesmo tempo num *saber proposicional compartilhado intersubjetivamente*, numa *concordância normativa* e numa *confiança recíproca* (1989: 167, grifos nossos).

A partir de uma práxis cotidiana comunicativa vinculada ao contexto rompem-se as conseqüências mutiladoras de uma auto-referência objetivante e resgata-se a intersubjetividade baseada na perspectiva de uma práxis consciente de si em que a *autodeterminação solidária* poderia vincular-se à *auto-realização autêntica de cada um*. Habermas (2002: 473) considera que o conceito de razão comunicativa, que aponta para além da razão centrada no sujeito, “deve conduzir para fora os paradoxos do nivelamento de uma crítica auto-referencial da razão”.

Contudo, Habermas (2002), referendado pela política do Estado democrático do bem-estar social, questiona a perspectiva revolucionária da filosofia da práxis marxiana, ao afirmar que se desloca o nível em que os conflitos podem surgir, uma vez que as causas das “patologias da sociedade”, que no modelo da ruptura de um macrosujeito ainda podiam ser vinculadas ao antagonismo de classes, desagregam-se em contingências históricas amplamente disseminadas.

Apesar de que do ponto de vista interno aos movimentos sociais é possível falar-se em um agir comunicativo, e mesmo ainda compreendendo que a

emancipação é uma categoria fundamental de análise, caberia destacar também que a teoria habermasiana, ao se afastar do marxismo e se aproximar do pensamento liberal, perde de vista o caráter revolucionário da emancipação – aspecto caro aos movimentos sociais contestatórios - ao deslocá-la para o entendimento entre indivíduos em situação de simetria, próprio dos mecanismos de participação e busca de consenso, a partir das esferas públicas autônomas estabelecidas no Estado democrático de direito. Compreendemos, por fim, que só é possível admitir este posicionamento de Habermas enquanto um tipo ideal weberiano⁴.

Com um posicionamento mais apropriado ao rumo que esta Dissertação se propõe a seguir, Fernandes (2001: 42) sugere que, para se analisar os movimentos rurais no geral e o MST no particular, é necessário compreender os processos de *espacialização* e de *territorialização da luta pela terra*. “Esses processos representam a criação e recriação da luta daqueles que não aceitam o destino de expropriados”.

Fernandes (2001: 52) parte do pressuposto que “*movimentos socioterritoriais* são todos os que têm o território como trunfo”. Todavia, continua, “muitos movimentos não têm esse objetivo, mas lutam por dimensões, recursos ou estruturas do espaço geográfico, de modo que é coerente denominá-los de *movimentos socioespaciais*” (grifos nossos). Assim, continua o autor,

Um movimento socioterritorial como o MST tem como um de seus principais objetivos a conquista da terra de trabalho. E o realiza por meio de uma ação denominada ocupação da terra. A ocupação é um processo socioespacial e político complexo que precisa ser entendido como forma de luta popular de resistência do campesinato, para sua recriação e criação. A ocupação desenvolve-se nos processos de espacialização e territorialização, quando são criadas e recriadas as experiências de resistência do sem-terra.

⁴ Em palestra recente - proferida no I Seminário Nacional sobre Movimentos Sociais e os Novos Sentidos da Política, ocorrido na Universidade Federal da Bahia em Salvador, entre 5 e 7 de junho de 2008 -, Gohn (2008) não deixou claro qual o seu atual conceito sobre movimentos sociais, contudo, para a compreensão dos mesmos, destacou a importância das teorias de Habermas (esfera pública), Bourdieu (miséria da sociedade), Castells (inserção das tecnologias nas práticas sociais e formação de redes), Touraine (superação da política do multiculturalismo em busca de uma interculturalidade com respeito às diferenças), Hardt e Negri (biopoder) e de Bauman (crítica ao novo comunitarismo); a inserção de novos sujeitos como os indígenas e os imigrantes; o isolamento dos movimentos sociais locais autônomos; a heterogeneidade dos discursos; a morte do aspecto político com a inversão do termo movimento social para mobilização social; e, paradoxalmente, conclui com a retomada do conceito de emancipação a partir de Marx.

O movimento territorializado ou socioterritorial está organizado e atua em diferentes lugares ao mesmo tempo, ação possibilitada por causa de sua forma de organização que permite espacializar a luta para conquistar novas frações do território, multiplicando-se no processo de territorialização. Fernandes (2001: 54) define a *espacialização* como “um processo de movimento concreto da ação em sua reprodução no espaço e no território”. E define a *espacialidade* como “um processo contínuo de uma ação na realidade, é o dimensionamento do significado de uma ação”. Assim, o significado de espacialização tem como referência a participação de trabalhadores que já viveram a experiência da ocupação em diversos lugares e regiões. Na militância do movimento social espacializam essas experiências, trabalhando com a organização de novas ocupações, territorializando a luta e o movimento na conquista de novas frações do território.

2.2 BREVE ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA DO MST

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST foi oficialmente constituído em janeiro de 1984 com o I Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado em Cascavel, no Estado do Paraná⁵. Contudo, a trajetória de luta dos sem-terra remete aos anos 1960, particularmente, antes do golpe militar de 1964, em que o campesinato, em sua luta contra o latifúndio e pela reforma agrária, aliado à mobilização de setores do PCB que controlavam o MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra, da Igreja, do Estado e das Ligas Camponesas, implementaram ações significativas, principalmente nas regiões Nordeste e Sul, como a invasão e a desapropriação da Fazenda Sarandi em 1962, no Rio Grande do Sul (DA ROS, 2002; BERGER, 1998).

Com o golpe de 1964, os diversos movimentos sociais urbanos e rurais foram reprimidos. No intuito de desviar qualquer possibilidade de manifestação política no

⁵ Esse encontro teve a participação de trabalhadores rurais de doze estados, onde já se desenvolviam ocupações ou outras formas de luta ou de resistência na terra, bem como de diversas entidades que se colocavam como apoiadoras ou, em alguns casos, articuladoras dessa luta (CALDART, 2004: 101-2).

campo, o governo militar lança na década de setenta programas de colonização na Amazônia e no Centro-Oeste brasileiro. A partir de 1978, com as ações das Comissões Pastorais da Terra (CPT), vinculadas à Igreja Católica e orientadas pela Teologia da Libertação, ocorreu uma retomada da luta por terra no Brasil. Incorporaram-se assim ao pensamento religioso as metodologias analíticas desenvolvidas pelo campo do marxismo, enfatizando a situação objetiva vivenciada pelos trabalhadores, como ponto de partida nos trabalhos de conscientização dos trabalhadores rurais.

Neste cenário, afirma Da Ros (2002: 2), surge o MST para denunciar a

[...] existência de tensões estruturais não solucionadas em nosso país, cuja história está profundamente marcada pela manutenção da elevada concentração da propriedade da terra por um lado e de outro, pela existência de grandes contingentes populacionais destituídos das condições de acesso ao trabalho, relegando estes grupos a uma condição de marginalidade social.

Para Berger (1998), o Movimento dos Sem Terra surge na cena política nacional no contexto de contestação ao governo militar, associado às experiências de resistência às tentativas de expropriação para concentrar o capital no campo, bem como à política do Estado de incentivar a construção de usinas hidrelétricas. Expulsão e resistência (aproximadamente dezesseis milhões de trabalhadores rurais foram expulsos do campo na década de 1970) conjugadas a outras condições, objetivas e subjetivas, foram moldando a face do MST. Ao mesmo tempo, a autora também considera que há uma memória coletiva (religiosa e de contestação) sedimentando sub-repticiamente a organização dos sem-terra.

Para compreender a gênese e o nascimento do MST é preciso considerar a combinação de três conjuntos de fatores complementares. O primeiro deles diz respeito às pressões objetivas da situação sócio-econômica dos trabalhadores do campo e especificamente na região em que surgiu o MST. O segundo se refere a um conjunto de elementos socioculturais e políticos que participam do processo de reação desses trabalhadores à sua situação objetiva. E o terceiro conjunto de fatores está relacionado a alguns fatos que desencadearam lutas localizadas mas com repercussão capaz de fazer nascer a idéia de uma articulação nacional da luta pela terra, exatamente o que foi em um primeiro momento o MST (CALDART, 2004: 102).

Na década de oitenta, o MST consegue participar na tomada de decisões políticas municipais e interferir na elaboração da Constituição de 1988. Este rumo do MST demanda também novas articulações dos ruralistas. Pois os proprietários de terra que, inicialmente, contavam para sua defesa apenas com seus “homens” para ameaçar os sem-terra de expulsão, e que em seguida passaram a necessitar de Força Militar para os expulsar e da Justiça para lhes negar o direito de posse, agora necessitam de outra expressão de força. E a União Democrática Ruralista (UDR) virá para sustentar também a luta política no Congresso, além de realizar com mais eficiência as demais ações já realizadas:

A UDR é criada em 1985, quando o governo Sarney elaborava um plano de reforma agrária, como uma organização paralela ao movimento sindical, para, através da contratação de assessores jurídicos, sustar desapropriações de terras, financiar campanha para cargos eletivos, além de sustentar milícias armadas para defender a terra dos membros da organização. Não que elas não fossem defendidas com armas antes, a diferença é que agora elas são assumidas por uma organização e não praticadas individualmente (BERGER, 1998: 95).

Berger deixa claro que o surgimento da UDR enquanto grupo de oposição ao MST atuando dentro e fora do Congresso, juntamente com as ações legais e ilegais que desenvolve na defesa da propriedade da terra, evidenciam que a luta pela terra ocorre em um contexto de luta de classes.

Construindo sua análise em torno de três grandes momentos históricos na constituição do MST, Caldart (2004: 96-97) destaca que num primeiro momento ocorreu a articulação e a organização da luta pela terra para a construção de um movimento de massas de caráter nacional. Depois, teria ocorrido um processo de constituição do MST como uma organização social dentro do movimento de massas. E, mais recentemente, ocorreu a inserção do MST na luta por um projeto de desenvolvimento para o Brasil. Contudo, a autora esclarece, “são momentos cumulativos e que precisam ser compreendidos articuladamente, mas com suas especificidades históricas”. Ela compreende que no processo de formação do MST se destacam algumas vivências socioculturais básicas, como: a ocupação de terra, o acampamento, a organização do assentamento, o ser do MST, e a ocupação da escola.

Na opinião de Stedile (2001: 35), apesar do MST apresentar um *caráter sindical/corporativo* que interessa particularmente à categoria dos agricultores, possui também um *caráter popular não sectário* com a participação na militância de toda a família e não apenas dos homens, como comumente ocorre com os sindicatos rurais. E, deixando claro que os interesses particulares e corporativos devem estar vinculados aos interesses gerais de classe, o movimento apresenta ainda um *caráter político*, com o qual “a luta pela terra, pela reforma agrária, apesar de ter uma base camponesa, somente seria levada adiante se fizesse parte da luta de classes”.

Quanto ao questionamento comum sobre a transformação do MST em um partido político, Stedile (2001: 81) afirma que o MST não é uma organização partidária e o define como “uma organização política e social de massas ou dentro do movimento de massas”. Este autor esclarece que o MST possui alguns *princípios organizativos* básicos preponderantes para a permanência do movimento, dentre eles destacam-se: 1) direção coletiva ou colegiada; 2) divisão de tarefas; 3) disciplina; 4) educação; 5) formação de quadros; 6) luta de massas; e 7) vinculação com a base. Com esta organicidade, Araújo (2007: 127) entende que

Deste modo o Movimento deixa claro onde reside a grande força que move milhares de pessoas simultaneamente em todo o Brasil quando se quer alcançar um objetivo. A nova cultura de organização política implementada pelo MST, na sua forma de estruturar-se internamente, propicia aos trabalhadores a elevação da consciência social quando distribui tarefas a todos e em todos os níveis, politizando-os da mais simples à mais complexa e proporcionando uma ampla participação das pessoas que compõem o Movimento.

Trabuco (2008: 82) adverte que para operacionalizar estes princípios organizativos é necessária “uma estrutura organizativa bastante complexa, que tem a função de materializar a linha política do MST, fazendo-a chegar até a base”. De forma que “tal estrutura possa permitir ainda o fluxo em sentido inverso, de modo que os anseios da base orientem a elaboração de estratégias de atuação do movimento”. Dentre os elementos que compõem a estrutura organizativa destacam-se os grupos de família, as brigadas, as coordenações, as direções, os setores, as secretarias regionais e estaduais, e os encontros e congressos.

Ressaltando que o MST se insere no embate da luta de classes e contra o capital, Araújo (2007: 133) afirma que o Movimento “traz características e peculiaridades nas quais mistura o tradicional e o moderno, enfocando problemas locais e de alcance global”. A autora compreende que o MST se diferencia dos demais movimentos camponeses existentes na história do Brasil por possuir tais características e peculiaridades próprias, dentre as quais ela destaca: a extensão e organização nacional; a ocupação como principal estratégia em suas formas de luta; a prática de resistência e combatividade; a ruptura com a luta corporativa de categorias isoladas; a formação da consciência social de sua base; a construção de uma nova ética de convivência com a terra e o planeta; e o cultivo da mística.

Sem Terra como o trabalhador sem (a) terra que passa a lutar pela terra; Sem Terra como membro de uma organização social de massas que luta pela Reforma Agrária; Sem Terra que, aos poucos, vai se transformando em um lutador do povo. Essa é, em resumo, a trajetória de formação dos sem-terra através de sua participação na história do MST. O processo através do qual as possibilidades presentes já na gênese e na criação do Movimento foram se tornando realidade concreta na formatação da organização MST, e na formação de cada sem-terra como sujeito dessa organização, e da sociedade como um todo, constitui-se essencialmente educativo, fazendo do Movimento um sujeito de formação humana (CALDART, 2004: 162).

Como esclarece Caldart, entende-se por sem-terra os trabalhadores e as trabalhadoras que trabalham a terra sem ser proprietários dela, ou que têm uma propriedade tão pequena que não consegue atender às necessidades básicas de sobrevivência de uma família. São considerados sem-terra os parceiros, os pequenos arrendatários, os posseiros, os assalariados rurais, os pequenos agricultores, e os filhos de pequenos agricultores. Estes, ao fazerem parte do Movimento, tornam-se trabalhadores rurais Sem Terra.

2.3 A QUESTÃO AGRÁRIA

Norder (2006) considera que a questão agrária brasileira compreende as seguintes dimensões: concentração fundiária; formação do mercado de trabalho; estabelecimento de políticas migratórias e demográficas; exercício do poder político, tanto estatal quanto privado, com o uso da violência física ilegítima; aplicação de determinadas tecnologias; e extração dos recursos naturais de forma predatória e itinerante. O autor considera que a apropriação industrial do processo de produção agropecuária, mesmo compreendendo suas variações históricas e geográficas, levou a uma crescente separação entre a produção agropecuária e as condições locais, dentre as quais: “a natureza e a ecologia, as peculiaridades locais e regionais da força de trabalho e do campesinato, a elaboração de produtos com características culturais e regionais específicas e a organização das forças relativamente autônomas de organização do trabalho” (NORDER, 2006: 112).

Para Fernandes (2001), a questão agrária é um problema estrutural do capitalismo e compreende uma tríplice dimensão: econômica, social e política. Segundo Fernandes (2001: 23-4),

Os problemas referentes à questão agrária estão relacionados, essencialmente, à propriedade da terra, conseqüentemente à concentração da estrutura fundiária; aos processos de expropriação, expulsão e exclusão dos trabalhadores rurais: camponeses e assalariados; à luta pela terra, pela reforma agrária e pela resistência na terra; à violência extrema contra os trabalhadores, à produção, abastecimento e segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos, às políticas agrícolas e ao mercado, ao campo e à cidade, à qualidade de vida e dignidade humana.

O autor considera que a questão agrária tem como elementos principais a desigualdade, a contradição e o conflito. O desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo gerado, principalmente, pela renda capitalizada da terra, provoca a diferenciação do campesinato e conseqüentemente a sua destruição e recriação. Nesse processo, acontece a concentração da terra e a luta pela terra, produzindo implacavelmente o conflito. Inerente ao capitalismo, tal processo faz parte de sua

lógica e sua compreensão é denominada pelo autor como Paradigma da Questão Agrária.

Conforme o último cadastro rural efetuado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em 2003, as propriedades rurais estão distribuídas da seguinte forma (ver Tabela 1): 31,6% dos imóveis não passam dos dez hectares e ocupam menos que 2% da área total, enquanto que 1,6% das propriedades rurais possuem mais de 1 000 hectares e ocupam o equivalente a 43,7% da área total. Se ampliarmos o limite do imóvel para até 100 hectares, os dados demonstram que somam 53,6% das propriedades e ocupam somente 18,2% da área total. Este quadro confirma a concentração fundiária brasileira ao demonstrar que grandes propriedades rurais com extensão acima de 1 000 hectares, apesar de comporem um percentual mínimo de proprietários, ocupam quase metade de todo o território rural brasileiro.

Tabela 1 - Estrutura fundiária brasileira – 2003.

Estratos da área	Número de imóveis	%	Área total em hectares (ha)	%
Menos de 10 ha	1 338 711	31,6	7 616 113	1,8
10 a 100 há	2 272 718	53,6	76 557 747	18,2
100 a 1 000 ha	557 835	13,2	152 407 203	36,3
Mais de 1 000 ha	69 123	1,6	183 564 299	43,7
Total	4 238 387	100	420 345 362	100

Fonte: Cadastro do Incra, 2003.

Derivado do fenômeno de proporção mundial conhecido como Revolução Verde⁶, o agronegócio pode ser definido como a conjunção de grandes propriedades

⁶ A Revolução Verde refere-se ao modo como os países vencedores da 2ª Guerra Mundial e as grandes indústrias de armamento buscaram alternativas para manter os grandes lucros obtidos no período do conflito. Encontrou-se na agricultura uma maneira de empregar todos os serviços tecnológicos desenvolvidos na guerra para manter a atuação no mercado. Com a Revolução Verde passou-se a aplicar na agricultura o conjunto de produtos utilizados nas guerras: os materiais explosivos transformaram-se em adubos químicos; os gases mortais em agrotóxicos; e os tanques de guerra em tratores. “A chamada Revolução Verde tem alguns pilares: grandes monocultivos em latifúndios, mecanização pesada, uso intensivo da química, controle ponta-a-ponta da produção

rurais dedicadas à monocultura, com utilização de alta tecnologia, mecanização e pouca mão-de-obra. Com uso intensivo de agrotóxicos e de sementes geneticamente modificadas, o agronegócio visa principalmente à exportação da produção, que varia entre soja, cana-de-açúcar (para produção de açúcar e etanol), café, algodão, laranja, cacau, e inclui também a pecuária intensiva. Segundo estimativas do Banco Mundial (Bird)⁷, o Brasil dispõe de 150 a 200 milhões de hectares de terras agricultáveis possíveis de serem exploradas pelo agronegócio. Carvalho (2008) ressalta que quatro grupos de produtores respondem por 75% do total das exportações brasileiras de produtos de origem vegetal e animal⁸. O autor também destaca o crescimento da produção da soja e da cana-de-açúcar em território nacional e chama a atenção para importantes impactos sócio-ambientais causados pelo avanço das monoculturas comuns ao agronegócio:

- a) concentração e desnacionalização da posse, do domínio e do uso das terras rurais;
- b) livre exploração dos recursos naturais (e do subsolo) que essas terras suportem;
- c) controle da oferta dos alimentos e das *commodities*⁹ para exportação;
- d) abertura incondicional aos investimentos estrangeiros e ampliação das facilidades para a remessa de lucros, dividendos e royalties para o exterior;
- e) redefinição da natureza do Estado para favorecer apenas o crescimento econômico dos grandes empreendimentos;
- f) retirada da reforma agrária e da defesa do meio ambiente da pauta da política nacional;
- g) desarticulação do campesinato, desagregação dos povos originários e superexploração da força do trabalho;
- h) redução das formas de controle social sobre o capital e sufocamento pela mídia das denúncias ambientalistas; exigência política de estabilidade e repressão das organizações e movimentos sociais populares do campo (CARVALHO, 2008: 38).

por grandes empresas integradoras (hoje multinacionais), preponderância dos grãos, padronização industrial dos alimentos e redução da base genética” (GÖRGEN, 2008: 14).

⁷ Principal agente financiador da considerada *reforma agrária de mercado* (implantada na primeira gestão do governo Fernando Henrique Cardoso e ainda em voga com o governo Lula), o Bird, desde 1997, financia ou estimula a criação de programas de compra e venda de terras por camponeses pobres e trabalhadores rurais sem terra, dentre os quais destacamos: Projeto São José (também conhecido como Reforma Agrária Solidária), Cédula da Terra, Banco da Terra/Fundo da Terra, Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural (CFCP) e o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

⁸ Grupos estes compostos basicamente por doze transnacionais: Bunge, Cargill, Monsanto, Dupont, Nestlé, Danone, Basf, ADM, Bayer, Singenta, Novartis e Louis Dreyfus.

⁹ Palavra de origem inglesa que significa mercadorias. O termo é utilizado nas transações comerciais de produtos de origem primária (cultivados ou de extração mineral) nas bolsas de mercadorias como referência aos produtos em estado bruto ou com pequeno grau de industrialização, de qualidade quase uniforme, produzidos em grandes quantidades e por diferentes produtores. Disponível no endereço: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Commodity>.

Concomitante ao desenvolvimento do agronegócio, pode-se constatar também o crescimento da violência no campo. A partir dos dados levantados pela Comissão Pastoral da Terra¹⁰, observa-se que em 2007 ocorreram 1 538 conflitos por terra com 795 341 camponeses envolvidos, dos quais 28 foram assassinados, e com a expulsão de suas propriedades de 4 340 famílias camponesas. Os dados também demonstram que entre 1998 e 2007 ocorreram 13 115 conflitos no campo com 384 camponeses assassinados. Os executores quase sempre se beneficiam da impunidade¹¹.

O cerne principal de toda esta discussão se concentra em torno da reforma agrária. Stedile (2001: 159-60), por exemplo, distingue três tipos de reforma agrária: 1) a clássica capitalista, que teve como objetivo democratizar a propriedade da terra pela distribuição entre os camponeses, transformando-os em pequenos produtores autônomos; 2) a confusão entre reforma agrária e política de assentamentos, modelo atual implementado pelo governo brasileiro, o qual considera como “uma política de assistência social, apenas para se livrar do problema dos sem-terra e não para resolver o problema da concentração da propriedade da terra no Brasil”; e 3) a reforma agrária proposta pelos movimentos sociais, que consiste em “realizar um amplo programa de desapropriações de terra, de forma rápida, regionalizada, e distribuí-la a todas as famílias sem-terra, que são 4,5 milhões em todo o Brasil”.

Stedile considera que há dois problemas estruturais no meio rural brasileiro: a pobreza e a desigualdade social. Assim, para a concretização da reforma agrária são necessárias mudanças no modelo econômico neoliberal vigente em nosso país, em outras palavras, é preciso “democratizar também o capital”. Ou seja, como o capital consiste em meios de produção acumulados, Stedile acredita que é necessário que o camponês assentado tenha acesso ao crédito subsidiado para desenvolver não só a produção agrícola como suas próprias agroindústrias.

Do mesmo modo, diz Stedile (2001: 161), a reforma agrária precisa estar vinculada à democratização da educação, uma vez que “não é possível viabilizar a democratização da terra e do capital com uma multidão de analfabetos”. Para ele, na

¹⁰ Cf. *Conflitos no Campo – Brasil 2007*. Goiânia: CPT Nacional, 2008.

¹¹ “Trata-se de uma violência que continua impune. O número insignificante de processos julgados e de culpados colocados na prisão é uma afronta ao Direito e à Justiça... Dos mais de 1.800 assassinatos no campo entre 1964 e 1988, não chegaram a 15 os processos que culminaram em condenação e prisão dos culpados. E mesmo em casos de condenação, muitos criminosos conseguem fugir da prisão, ou ficam anos em liberdade aguardando o recurso” (MOREIRA, 2008: 17).

sociedade moderna, ter acesso ao conhecimento, à cultura e à informação é sinônimo de poder. Assim resume Stedile (2001: 162): “nossa reforma agrária é na verdade uma luta contra três cercas. A cerca do latifúndio, que é a mais fácil de derrubar, é só ocupar. A cerca do capital, já mais difícil de ter acesso, construir nossas agroindústrias; e a cerca da ignorância”.

Em um texto mais recente, Stedile (2003) mantém estas mesmas premissas para o que agora denomina de “reforma agrária de novo tipo” ou “reforma agrária popular”. Ou seja, é necessário que além da democratização da terra haja também a implementação de um novo modelo de assentamento, com formação de núcleos urbanos, o que criaria acesso aos benefícios modernos como luz elétrica, água potável, posto médico, escola etc. Prega o desenvolvimento da agroindústria no meio rural de forma cooperativada e a conseqüente formação de mão-de-obra local especializada. Além de ressaltar a democratização da educação e acrescentar o necessário fomento às técnicas agrícolas com incentivo na agricultura orgânica.

Outro aspecto importante a ser considerado, segundo Da Ros (2002), diz respeito à redução das verbas para manutenção do Incra, o que vem comprometendo seriamente a sua ação e demonstra um esvaziamento do papel desta autarquia na condução dos programas de reforma agrária, que em última instância apontam para o deslocamento da reforma agrária do plano político nacional para as esferas locais, historicamente caracterizadas pelo clientelismo político e pelo mandonismo provinciano.

Mesmo compreendendo que as argumentações aqui apresentadas não caminham na direção da superação do sistema capitalista, parece claro que a resolução da questão agrária brasileira não diz respeito apenas à distribuição da terra, mas também ao fato de serem construídas novas relações de poder, com a necessária participação dos trabalhadores na formulação e efetivação das políticas públicas.

2.4 ESTRATÉGIAS DE LUTA DO MST E A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE SEM TERRA

2.4.1 A Ocupação

De antemão, cabe esclarecer que a ocupação de terra não é uma forma de luta criada pelo MST. A sua origem encontra-se na própria constituição dos movimentos camponeses na luta pela terra. O MST elege a ocupação da terra como a forma principal de luta. De fato, quando o MST buscou ampliar sua territorialização por todos os estados brasileiros, considerava-se efetivamente criado a partir da primeira ocupação que realizava em cada região. “A ocupação define, pois, para os sem-terra e para a própria sociedade, a existência social do MST” (CALDART, 2004: 122). Ou seja, o primeiro passo na formação de um novo acampamento é uma ocupação de terra. Todas as famílias acampadas já participaram de pelo menos uma invasão de fazenda.

Participar de uma ocupação é a forma de um agricultor sem-terra ser cadastrado pelo Incra e o cadastro passa a ser um argumento e um documento muito importante para o MST, pois é o reconhecimento oficial dos envolvidos. Assim quando o MST é acusado de abrigar “marginais”, a direção pode esclarecer que o Incra sabe quem são os acampados (BERGER, 1998: 99).

A ocupação é, então, parte de um movimento de resistência na defesa dos interesses dos trabalhadores rurais. Movimento este que se caracteriza por vários aspectos, dentre os quais se destacam: a desapropriação do latifúndio, o assentamento das famílias, a produção e reprodução do trabalho familiar, a cooperação, a criação de políticas agrícolas voltadas para o desenvolvimento da agricultura camponesa e a geração de políticas públicas destinadas aos direitos básicos da cidadania (FERNANDES, 2001).

Para Fernandes, *a organização de uma ocupação decorre da necessidade de sobrevivência*. Ela acontece pela consciência construída na realidade em que se vive.

É, portanto, um aprendizado em um processo histórico de construção das experiências de resistência. Quando um grupo de famílias começa a se organizar com o objetivo de ocupar terra, desenvolve um conjunto de procedimento que toma forma, definindo uma metodologia de luta popular. Essa experiência tem a sua lógica construída na práxis. Essa lógica tem como componentes constitutivos a indignação e a revolta, a necessidade e o interesse, a consciência e a identidade, a experiência e a resistência, a concepção de terra de trabalho contra a de terra de negócio e de exploração, o movimento e a superação (FERNANDES, 2001: 53).

O autor, como já explicitado na seção anterior, parte da compreensão de que os movimentos socioterritoriais realizam a ocupação por meio do desenvolvimento dos processos de espacialização e territorialização da luta pela terra. Como esses processos são interativos, afirma também que a espacialização cria territorialização e é reproduzida por esta.

Nesse sentido, a ocupação é um processo socioespacial, é uma ação coletiva, é um investimento sociopolítico dos trabalhadores na construção da consciência da resistência no processo de exclusão. E, dessa forma, multiplicam-se as ocupações e o número de famílias participantes (FERNANDES, 2001: 69-70).

Stedile compreende que a ocupação, além de ser a principal estratégia de luta do movimento, é vital para a manutenção do MST. Por ser uma forma de luta contundente, é fundamental para a organização do movimento, tendo a família um papel significativo na formação da comunidade. Ele estima que, em quinze anos de atividade do movimento, foram feitas aproximadamente mil e quinhentas ocupações em todo o país.

[...] as ocupações de terra continuam a ser a principal forma de pressão de massas que os camponeses têm para, de forma prática, fazer a reforma agrária avançar e terem acesso direto à terra para trabalhar. Trabalho, escola para seus filhos e a oportunidade de produzir (STEDILE, 2001: 117).

A ocupação, para Caldart (2004: 169-174), configura-se como uma “ação densa de significados políticos e pedagógicos”. Ela destaca três dimensões educativas básicas que a constituem como momento decisivo na formação dos sem-terra do MST: a primeira dimensão se encontra na formação para a contestação social ou para a rebeldia organizada. “A ação de ocupar um latifúndio representa uma desobediência explícita, sem retorno”. A segunda se encontra na formação para a consciência de classe, a partir da vivência direta do enfrentamento. A terceira, por sua vez, caracteriza-se pelo reencontro com a vida. “Ao pisar a terra ocupada, os sem-terra retomam simbolicamente o direito à vida que começaram a perder quando da terra foram arrancados”.

2.4.2 O Acampamento

Ao organizar um acampamento, os sem-terra criam diversas comissões ou equipes, que dão forma à organização. Participam famílias inteiras ou parte de seus membros, que criam as condições básicas para a satisfação das suas necessidades: saúde, educação, segurança, negociação, trabalho etc. Dessa forma, os acampamentos, freqüentemente, têm escolas, ou seja, barracos de lona em que funcionam salas de aula, principalmente as quatro primeiras séries do ensino fundamental; têm um barraco que funciona como uma “farmácia” improvisada, e quando dentro do latifúndio, plantam em mutirão para garantir parte dos alimentos de que necessitam; quando na estrada, plantam entre a rodovia e a cerca. Quando próximos de assentamentos, os acampados trabalham nos lotes dos assentados, como diaristas ou em diferentes formas de meação. Também vendem sua força de trabalho como bóias-frias para usinas de álcool e açúcar ou outras empresas capitalistas, ou para pecuaristas.

O acampamento reveste-se de uma importância significativa na relação entre os líderes e a base e, inclusive, na formação de novos quadros. Neste sentido, afirma Trabuco (2008: 31),

O acampamento é um momento crucial e por isso o Movimento se encontra mais presente junto a sua base. A mobilização de quadros para o acompanhamento dessas áreas se dá por três motivos fundamentais: pela necessidade de garantir proteção às famílias acampadas, dando-lhes o suporte (material ou político) necessário à resistência; por ser o momento propício à constituição da identidade das famílias com o MST, o que se efetiva pela formação política e convívio cotidiano com a práxis do Movimento; e por ser o espaço e o momento de surgimento e formação de novos quadros militantes.

Entre 1995 e 2006, ou seja, entre os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), 1995 a 2002, e o primeiro de Luís Inácio Lula da Silva, 2003 a 2006, tem-se a seguinte distribuição dos números de ocupação no País e da quantidade de famílias envolvidas.

Tabela 2 - Evolução das ocupações realizadas pelo MST no Brasil

Período	Número de ocupações	Número de famílias
1995	93	31 531
1996	176	45 218
1997	281	52 276
1998	388	68 864
1999	489	71 581
2000	186	39 716
2001	82	12 015
2002	136	19 949
2003	223	37 365
2004	638	105 591
2005	606	80 120
2006	292	32 906

Fonte: MST – Dataluta – NERA / UNESP-SP, 2007.

Pela análise da Tabela 2 observa-se a diminuição do número de ocupações em dois períodos, entre 2000 e 2002 e de 2005 para 2006. Os anos de 2001 e 2002 são precisamente os dois últimos anos do governo FHC, anos estes marcados pela forte repressão aos movimentos sociais rurais e, neste sentido, cabe destacar a opinião de Araújo (2007: 129) a respeito:

É importante salientar que estes foram os dois últimos anos do segundo mandato do governo FHC, período caracterizado pela intensificação da criminalização das lutas pela reforma agrária e da não-implantação de assentamentos, tendo no MST o principal alvo dos ataques. Esse refluxo no número de ocupações e de participação de famílias pode estar ligado à implantação da medida provisória nº. 2.109/52, de 24 de maio de 2001, que foi aprovada pelo então presidente FHC na tentativa de criminalizar as famílias que participassem de ocupações de terra.

Compreende-se assim que o Estado promove contra o Movimento o que Fernandes denomina de “perseguição judiciária”. Tal fato contribuiu significativamente para que o número de ocupações diminuísse. Não podemos também deixar de destacar que o MST é vítima constante do processo de violência no campo, onde a impunidade é a regra. Para Fernandes (2001: 46), “é importante destacar que a diminuição das ocupações está relacionada com a intensificação de diferentes formas de violência e da criminalização dos sem-terra, com a cerca da judicialização”.

Já quanto à sensível diminuição no número de ocupações no ano de 2006, alguns autores relacionam a política de cooptação e desmobilização dos movimentos sociais à proliferação de projetos de reparação social adotados pelo governo Lula, particularmente o programa Bolsa Família, capazes de amenizar as possíveis insatisfações com a ausência de uma política concreta de efetivação da Reforma Agrária. Para Carvalho (2005), esta postura política marca o que denomina de *contra-reforma agrária*.

A consolidação da contra-reforma agrária no Brasil deu-se pela conjugação dessas medidas político-administrativas restritivas da reforma agrária aliadas à omissão da autoridade governamental continuada perante o arbítrio de empresários, grileiros e pistoleiros contra os trabalhadores rurais no campo, pela facilitação pelo governo da apropriação privada de terras públicas e dos recursos naturais nela existentes pelo grande capital, pelo apoio irrestrito ao agronegócio burguês e pela cooptação das organizações

e movimentos sociais populares da sociedade civil no campo e na cidade (CARVALHO, 2005: 16).

2.4.3 O Assentamento

Quando se estabelece um assentamento, por sua vez, significa que houve redistribuição de terra. Os assentamentos são compostos, em sua grande maioria, por agricultores, assalariados rurais e filhos de pequenos agricultores que viviam como parceiros e arrendatários. A escolaridade para a maioria dos assentados adultos não passa do terceiro ano primário. Os assentamentos revertem 1% da produção ao MST, constituindo-se em principal fonte de renda do movimento que inclui, também, doações em dinheiro e alimento, vindas de sindicatos, igrejas e pequenos comerciantes. Estes recursos custeiam os acampamentos, ou seja, a compra de lonas, transporte e comida. Até a emancipação econômica de um assentamento, que ocorre em média dez anos depois de sua implantação, este sobrevive com dinheiro emprestado do governo federal e com a ajuda de entidades internacionais como Pão para o Mundo (luterana), Misereor (católica) e Vastenkiet-Cebeno, também ligada a instituições religiosas da Holanda (STEDILE, 2001; BERGER, 1998).

Da Ros (2002: 3) compreende que o assentamento, como um território conquistado na luta, constitui uma nova coletividade, marcada pela confluência de trajetórias individuais que ao se manifestarem denotam a diversidade de um público que no momento da luta se *via e era visto* unificado em torno da identidade de *sem-terra*. “A conquista da terra inaugura um novo tempo, onde a condição de *assentado* traz a tona às expectativas individuais em torno do *viver e do produzir* na terra”.

É fundamental olhar para o assentamento como um lugar social *em movimento*, ou seja, que vai sendo produzido através das relações que ali se estabelecem, e que resultam das decisões que vão sendo tomadas pelas famílias sem-terra... no processo de organizá-lo e de reorganizá-lo permanentemente, a partir de pressões impostas pela realidade (CALDART, 2004: 186).

O assentamento, assim, configura-se com um lugar de contradições e conflitos, com destaque para o que se estabelece entre o desejo de estabilidade e a necessidade de movimento permanente. Fernandes adverte que a transformação de um latifúndio em assentamento não pode ser encarado como o fim da luta, mas sim o território de início de novas lutas:

[...] porque pelas experiências históricas e consciência política os sem-terra sabem que só colherão o que plantarem. Que se não continuarem fazendo a luta, ele morre à míngua. A morte da luta também significa a morte de quem luta (2001: 42).

Para Caldart, o MST vive um momento decisivo na configuração das forças em luta pela Reforma Agrária, e o posicionamento assumido pelos assentados é fundamental na estratégia adotada pelo Movimento neste processo. Assim, esclarece Caldart (2004: 159-160),

Uma das *escolhas* que talvez passe a ser decisiva neste momento é a que deverá ser feita pelas 200 mil famílias sem-terra assentadas, que poderão definir uma força maior ou menor do MST na superação dos desafios deste momento histórico. De um lado, o cotidiano dessas famílias pressiona para que continuem lutando e mesmo para que ampliem a abrangência dessa luta, à medida que o modelo econômico atual marginaliza a atividade na agricultura e lhe deixa sem condições de sobreviver dignamente na terra já conquistada... Mas, de outro lado, a própria crise pode levar a uma posição mais conservadora, motivada pelo medo de perder o que já foi conquistado ou por uma certa cultura de acomodação à lógica de *mais estabilidade e menos movimento*.

2.4.4 A Articulação do Movimento

As ocupações de terras são, sem dúvida, a principal estratégia de luta do MST. No entanto, o movimento sabe que a luta por igualdade no campo não se restringe à zona rural e, por conseguinte, o MST atua também nos grandes centros urbanos com a promoção de grandes marchas e caminhadas, interrupção de rodovias e trevos, greves de fome, visitas aos gabinetes de autoridades estaduais e

federais e, principalmente, ocupações de prédios públicos (feitas simultaneamente em vários estados). Estas ações ganham grande repercussão na mídia nacional, alertando a sociedade para a emergência da questão agrária.

Da Ros (2002) salienta que estas estratégias visam em última instância, ampliar ou reforçar os laços de solidariedade que permitam legitimar a sua existência enquanto movimento. No entanto, a manutenção de sua legitimidade inscreve-se numa luta constante que também sofre abalos, quer seja pela contra-ofensiva das forças políticas contrárias à luta do MST, quer seja pelas estratégias utilizadas pelo movimento que nem sempre alcançam resultados políticos satisfatórios.

Também é possível perceber a participação do MST nas organizações internacionais. A mais recente delas foi a formação da *Via Campesina*¹², organização que procura congrega a diversidade dos movimentos sociais do campo em plano internacional.

As articulações em rede a nível internacional apresentam-se como um elemento que confere uma novidade, cujos significados estão por merecer uma maior atenção da parte das ciências sociais, pois podem ser reveladores de novas possibilidades, na medida em que acionam e sensibilizam a opinião pública internacional o que pode ser convertido num poderoso aliado na luta pela reforma agrária no Brasil (DA ROS, 2002: 14).

Para Gohn (2002: 305) o movimento muda também suas principais diretrizes programáticas e altera sua filosofia política. Na origem, nos anos 70, o MST esteve associado à CPT (Comissão Pastoral da Terra). Nos anos 1980 passou a contar

¹² A Via Campesina surge a partir de um congresso de agricultores realizado em Manágua, Nicarágua, em abril de 1992, sendo efetivada com sua primeira conferência em 1993, na Bélgica. Compõem-se como uma congregação internacional dos movimentos de luta dos camponeses e indígenas, com respeito à autonomia de cada movimento participante. São 160 organizações espalhadas por 90 países. Possui os seguintes temas norteadores das ações: reforma agrária, segurança alimentar, produção e comercialização dos alimentos, pesquisa biogenética, agricultura camponesa sustentável, biosegurança, direitos humanos, migrações e gênero (as coordenações das oito regiões – forma como a Via Campesina estrategicamente estabelece o zoneamento do mundo – é feita obrigatoriamente por um homem e uma mulher). Realizam conferências a cada quatro anos, sendo que na segunda conferência, realizada no México em 1996, por conta dos 19 trabalhadores rurais sem terra assassinados em Carajás, Pará, foi implantado o dia 17 de abril como Dia Internacional de Luta dos Camponeses. Desde a sua criação, foram realizadas três grandes campanhas: Campanha Global pela Reforma Agrária, Campanha Mundial das Sementes – patrimônio dos povos a serviço da humanidade e Campanha pelos Direitos dos Camponeses. Possui como palavra de ordem o lema “globalizamos a luta, globalizamos a esperança” (SANTOS, 2008).

com dirigentes ligados à CUT e ao PT, e a fundamentar seu projeto no socialismo marxista. Nos anos 1990, sem abandonar de vez seus ideais socialistas, o MST redefine suas estratégias para se inserir numa economia de mercado, tornar seus assentamentos produtivos, voltados para o mercado externo e não apenas para o consumo de subsistência.

2.4.5 A Identidade Sem Terra

Discutir sobre a identidade Sem Terra significa marcar a passagem de um trabalhador sem a terra à condição de um trabalhador sem-terra, isto é, a uma categoria social que se percebe e é pelos demais percebido nessa condição. Significa dizer que nesta passagem constitui-se o sujeito Sem Terra, como afirma Caldart (2004: 120-1),

[...] com a identidade de quem decidiu criar uma organização e lutar coletivamente pelo que lhe falta para ser o que mais sabe ser, um trabalhador da terra, seja em um lugar ou outro, com uma tradição cultural ou outra. [...] Quando passa a ser integrante de um movimento social e lutar pelo seu direito de ser um trabalhador da terra, e sobreviver dignamente desse trabalho, ele passa a fazer diferença, a entrar nas estatísticas, na sociedade passa a ter um rosto. Pode apanhar da polícia, pode ser despejado das terras que ocupa, pode ser considerado um *desordeiro*, mas *existe socialmente*, é *sujeito da história*, e mesmo que deixe de participar do MST, jamais será o sem (a) terra de antes. Agarrou com seu próprio corpo a luta pela sua *salvação social*, e isto alterou seu modo de ver o mundo.

A autora compreende que na formação da identidade do trabalhador rural Sem Terra alguns fatores são preponderantes, dentre os quais destaca: a escolha das pessoas de reagir à sua condição de sem terra lutando pela terra, encarando um problema que parecia ser de cada trabalhador, ou no máximo de cada família, como um problema coletivo, e com possibilidades de solução também coletivas; a partir das escolhas historicamente formuladas sobre o seu jeito de lutar, sobre as suas formas de luta, acabaram por constituir o modo de ser Sem Terra, ou o modo de agir do MST; concretiza-se então a idéia do Sem Terra como um lutador permanente, e

do MST como uma organização duradoura, com a formação do valor da solidariedade de classe; a criação dos símbolos que se tornaram a marca da identidade dos sem-terra do MST: a bandeira vermelha e o hino do movimento; e o cultivo da mística como sendo o tempero da luta ou a paixão que anima os militantes.

Herança religiosa vinculada à própria origem do MST, a mística no Movimento está relacionada com alguns aspectos importantes como: a formação de valores humanos que sustentam a escolha de continuar na luta; o cultivo da história ou da memória do povo; e a experiência de produção cultural, “com a *auto-representação* através dos símbolos, da arte, da imagem pública do sentido de *ser Sem Terra, ser do MST*”. Enfim, a mística pode ser definida como

a capacidade de produzir significados para dimensões da realidade que estão e não estão presentes, e que geralmente remetem as pessoas ao futuro, à utopia do que ainda não é, mas que pode vir a ser, com a perseverança e o sacrifício de cada um. É uma experiência pessoal, mas necessariamente produzida em uma coletividade, porque o sentimento que lhe gera é fruto de convicções e de valores construídos no convívio em torno de causas comuns (CALDART, 2004: 210).

Cabe destacar, contudo, que a mística também imprime traços homogeneizadores de um homem massa que não ajuda tanto a florescer a capacidade individual. Pois, ainda que cuidadosamente articulada, a mística retoma práticas de movimentos messiânicos e mesmo de ideologias de massa já praticadas tanto por movimentos sociais quanto pelo Estado e por partidos.

2.4.6 A Comunicação

O MST editou em março de 1995 um documento interno denominado “Por Uma Política de Comunicação do MST”, nele consta a posição oficial do Movimento

em relação ao tema¹³. Há a definição de que “uma política de comunicação acaba sendo um conjunto de normas, regras e procedimentos que, harmonizados e coerentes, contribuem para a consolidação da identidade de uma organização junto à sua base social e com a sociedade” (p.9). Assim, a política de comunicação do Movimento deve necessariamente cumprir um *objetivo interno* – motivar a militância – e um *externo* – divulgar as conquistas, principalmente em relação à educação e à produção.

Quando se fala em políticas de comunicação necessariamente remetemo-nos à inevitável associação com as formas de o Estado controlar os grandes meios de comunicação, ou seja, às ações do Ministério das Comunicações em relação ao rádio, à tevê, às agências de notícias e ao anúncio publicitário. Enfim, à intervenção do Estado no modo de produção (pública e privada) da informação. Atentamos também para as ações dos diferentes poderes, suas políticas estaduais, regionais, municipais em diferentes áreas, bem como as políticas de comunicação para a educação, a saúde e a cultura.

No entanto, é necessário desviar o olhar para a ação dos sindicatos, associações de classe e movimentos sociais que articulam suas próprias estratégias de comunicação. Para Berger (1998: 111), todas estas instâncias consideram que: “a) política de comunicação é a posição oficial fixada em documentos; b) deve estar em sintonia com a política global da instituição; c) deve prever a passagem do discurso para a ação; d) depende de um suporte tecnológico, um suporte organizacional e um suporte administrativo”.

Compreendendo que os movimentos sociais, a partir de suas reivindicações justas e de caráter igualitário, ganham uma maior proporção na disputa pela comunicação, Berger (1998: 88-9) irá considerar que

São os movimentos sociais que, de fato, desestabilizam o campo político ao trazerem vozes dissonantes e desestruturarem a relação situação versus oposição. A luta do campo político está na desproporção entre o capital econômico e político dos dirigentes do campo à falta destes capitais pelos agentes dos movimentos sociais. É a ausência de terra, trabalho, educação e saúde que proporciona o capital simbólico do MST que é fazer crer que,

¹³ Tentamos localizar o documento junto ao MST e não conseguimos. Estabelecemos contato, inclusive, com uma coordenadora do Setor de Comunicação em São Paulo, que se encarregou de pesquisar em outras regionais, porém retornou sem sucesso. Por conta disto, a referência aqui utilizada foi feita a partir de Berger (1998).

efetivamente, necessita. E é desta falta que o autoriza a disputar espaços na mídia, pressionar o poder político e ameaçar o poder econômico.

Peixoto (2006), por sua vez, compreende a busca por espaço midiático enquanto luta por hegemonia. Para ele, pode-se descrever e analisar três momentos da história recente do Brasil em que o MST figura com destaque e participa da luta pela hegemonia. No primeiro, o surgimento, tem-se um movimento de agricultores pobres completamente desprovidos de bens, de terra e de voz e que, motivados pela esperança e a vontade de se transformarem em sujeitos da história, resistem e se colocam contra a ordem vigente. De maneira contestatória e decidida, estes agricultores resolvem tomar o que consideram que deveria lhes pertencer, a terra de que dependem para sobreviver.

Em seguida, por ter experimentado o êxito e se tornado confiante na possibilidade de ampliar o alcance de sua luta, o Movimento estabelece alianças e apoios que ultrapassam os limites de seus assentamentos e acampamentos. O MST passa a se utilizar da mídia, especialmente da mídia de notícias. Ao construir fatos que geram notícias, consegue nortear pautas e coberturas, garantindo a atenção e a repercussão nos noticiários, especialmente entre as classes médias urbanas.

Na terceira fase, constitui-se a disputa de fato pela hegemonia, uma vez que o movimento depara-se com a reação já esperada dos setores dirigentes, das elites e da própria mídia, que até este momento lhe havia garantido visibilidade, notoriedade e apoios. Assim, resume Peixoto (2006: 238),

O MST tem travado um embate com as elites que preservam a situação. Tal embate se dá, entre várias outras arenas ou ringues, na mídia de notícias. Quando o confronto – ideológico – acontece, constata-se que os próprios veículos da mídia tendem a favorecer os discursos conservadores. A grande imprensa fustiga o movimento censurando suas ações, reprovando sua ideologia e condenando seus discursos e postulações. Busca desqualificar e desacreditar para a opinião pública o movimento e as mudanças que ele diz representar, no intuito de deter rupturas radicais no sistema postuladas pelo MST. Em tais momentos, o embate torna-se uma luta MST X Mídia. É a partir deste cenário, é de dentro deste contexto, que o MST passa a formular e aplicar estratégias capazes de reverter as características adversas da mídia em fatores favoráveis à transformação pretendida pelo movimento ou favoráveis à permanência do MST no campo onde se trava a luta pela hegemonia.

Parece que o autor, de alguma forma, idealiza o Movimento ao afirmar que o MST moveu-se por uma vontade de seus membros tornarem-se sujeitos históricos. Assim como, percebe-se que há um excesso do autor neste embate entre o MST e a mídia, afinal o embate é o mesmo anterior contra as classes dominantes e, apesar da tensão e da posição conservadora da mídia, o MST continua utilizando-se também de brechas para sua divulgação.

Contudo, para uma melhor compreensão do que está sendo proposto nesta investigação, faz-se necessária uma aproximação maior com o processo de formação das comunicações de massa, a fim de elucidar os seus conceitos, suas constituições e operacionalizações. No próximo capítulo, buscaremos compreender qual o papel da mídia, ou como preferem alguns estudiosos, dos mídia na sociedade contemporânea e como a ideologia encontra-se visceralmente imbricada neste processo de representação da realidade a partir do discurso midiático.

3 MÍDIA E IDEOLOGIA

3.1 A IDEOLOGIA COMO ASPECTO FUNDANTE DA MÍDIA

Para Bell e Garret (*apud* SOUZA, 2004: 41), entre os motivos que justificam o interesse pelas pesquisas que envolvem a mídia, poderíamos destacar:

- 1) A mídia é um rico recurso de informação acessível para pesquisa e ensino;
- 2) O uso da mídia pode nos informar muito sobre os sentidos sociais e sobre os estereótipos projetados por meio da linguagem e da comunicação;
- 3) O uso da mídia influencia e expõe a maneira pela qual as pessoas utilizam a linguagem numa determinada comunidade;
- 4) A mídia reflete e influencia a formação e a expressão da cultura, da política e da vida social.

Difícil discordar dos autores sobre a importância da mídia em vários aspectos do mundo contemporâneo. Assim como, nos rendemos às observações de Mészáros (1996: 22) quando afirma que “em nossas sociedades tudo está ‘impregnado de ideologia’, quer a percebamos, quer não” e que a ideologia não se trata de ilusão ou superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, “mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada”. E, como tal ela “é insuperável nas *sociedades de classe*”.

Sua persistência obstinada se deve ao fato de ela se constituir objetivamente (e reconstituir-se constantemente) como *consciência prática inevitável das sociedades de classe*, relacionada com a articulação de conjuntos de valores e estratégias rivais que visam ao controle do metabolismo social sob todos os seus principais aspectos (MÉSZÁROS, 1996: 22).

Lima (2006) explica que a expressão *mídia* significa o plural latino de *medium*, meio, e acrescenta ainda que a *mídia* deve ser entendida como o conjunto das instituições que utiliza tecnologias específicas para realizar a comunicação humana.

Vale dizer que a instituição *mídia* implica sempre a existência de um aparato tecnológico intermediário para que a comunicação se realize. A comunicação passa, portanto, a ser uma comunicação *mediatizada*. Esse é um tipo específico de comunicação, realizado através de instituições que aparecem tardiamente na história da humanidade e constituem-se em um dos importantes símbolos da modernidade. Duas características da comunicação *mediatizada* são sua unidirecionalidade e a produção centralizada, integrada e padronizada de seus conteúdos (LIMA, 2006: 53).

Para Lima, é considerável o poder da *mídia* na construção da realidade por meio da representação que faz dos diversos aspectos da vida humana. Deste modo, afirma Lima (2001: 113),

[...] a maioria das sociedades contemporâneas pode ser considerada centrada na *mídia* (*media-centered*), vale dizer, são sociedades que dependem da *mídia*... para a construção do conhecimento público que possibilita, a cada um dos seus membros, a tomada cotidiana de decisões.

Para o autor, o sistema midiático brasileiro é controlado por uns poucos grupos empresariais familiares que comandam, a partir de um processo de concentração e internalização dos meios de comunicação, os grandes conglomerados de *mídia* (os quais denomina de *global players*). Lima (2001: 96-103) destaca que este processo de concentração ocorre da seguinte forma: *horizontalmente*, de modo que a “oligopolização ou monopolização se produz dentro de uma mesma área do setor”; *verticalmente*, em que há a “integração das diferentes etapas de produção e distribuição”; como *propriedade cruzada*, no qual o mesmo grupo é proprietário de diferentes tipos de *mídia* do setor de comunicações; e, por fim, com o *monopólio em cruz*, que não é nada mais do que a reprodução em nível local e regional dos oligopólios da propriedade cruzada¹⁴.

¹⁴ Conforme dados publicados pelo Instituto de Estudos e Pesquisa em Comunicação (Epcom), em 2002, o sistema de telecomunicação brasileiro era composto por seis redes privadas nacionais de televisão aberta com

Somos um país que nunca teve medidas legais eficazes que impedissem a propriedade cruzada e a concentração na mídia. Por isso, quando se trata da radiodifusão e da imprensa, na verdade, nos antecipamos à tendência de concentração da propriedade manifestada pela chamada “globalização”: a propriedade entre nós sempre foi concentrada e, ademais, segundo parâmetros inexistentes em outros países. A sinergia verticalizada em áreas da produção de entretenimento – por exemplo, as telenovelas – é prática consagrada na TV brasileira há anos (LIMA, 2006: 112).

Cabe observar, contudo, que o Brasil não se antecipa, como diz o autor, porque esta tendência acompanha o capitalismo na sua fase monopolista, logo, desde o início do século XX. Salientamos ainda que esse fenômeno também é encontrado na mídia dos demais países.

Ao buscar a conexão entre mídia, neoliberalismo e globalização, Moraes (2004) entende que a assim denominada grande mídia é capaz de fabricar o consenso sobre a superioridade das economias de livre mercado, além de sustentar o posicionamento de que não há saída fora dos pressupostos neoliberais. Para Moraes (2004: 188-91),

A mídia passa a ocupar posição destacada no âmbito das relações produtivas e sociais, visto que é no domínio da comunicação que se fixa a síntese político-ideológica da ordem hegemônica. [...] as organizações de mídia projetam-se, a um só tempo, como agentes discursivos, com uma proposta de coesão ideológica em torno da globalização, e como agentes econômicos proeminentes nos mercados mundiais, vendendo os próprios produtos e intensificando a visibilidade de seus anunciantes.

Concentrados em grandes conglomerados transnacionais, os oligopólios das comunicações devem ser analisados, segundo Moraes, inseridos no que considera como paradigma das *infotelecomunicações*, que, para o autor, “designa a conjunção de poderes estratégicos relacionados ao macrocampo da multimídia”. Moraes denuncia que a mídia global se encontra sob o domínio de não mais do que duas dezenas de conglomerados com capacidade para veicular dois terços das informações e dos conteúdos culturais disponíveis no planeta.

138 grupos regionais afiliados, que controlam 667 veículos de comunicação, entre emissoras de tevê (294 canais que abrangem mais de 90% das emissoras nacionais e 15 emissoras UHF), rádios (122 emissoras AM e 184 emissoras FM) e jornais (50 jornais diários). Disponível em: <http://www.acessocom.com.br>.

Entrelaçam a propriedade de estúdios, produtoras, distribuidoras e exibidoras de filmes, gravadoras de discos, editoras, parques de diversões, TVs abertas e pagas, emissoras de rádio, revistas, jornais, serviços *on line*, portais e provedores de Internet, vídeos, videogames, jogos, softwares, CD-ROMs, DVDs, equipes esportivas, megastores, agências de publicidade e marketing, telefonia celular, telecomunicações, transmissão de dados, agências de notícias e casas de espetáculos. [...] As receitas anuais das 220 maiores corporações globais, orçadas em US\$ 7,1 trilhões, equivalem à riqueza combinada de 80% da população mundial. As matrizes de tais corporações localizam-se nos oito países do G-8. Em um contraste chocante empregam apenas 1% da população (MORAES, 2004: 198-200).

Para Thompson (2002: 253-4), devemos analisar a mídia enquanto indústrias que se desenvolveram em dois níveis: no nível da economia política, e no nível da tecnologia.

As indústrias da mídia nas sociedades ocidentais são, em muitos casos, organizações comerciais ou quase-comerciais, operando num mercado competitivo e sujeito a pressões financeiras e a incentivos de vários tipos; por isso, mudanças nas indústrias da mídia são, até certo ponto, respostas a imperativos econômicos e pressões políticas que afetam essas indústrias *enquanto* interesses comerciais. Mas as indústrias da mídia são, também, fortemente dependentes da tecnologia e da inovação tecnológica.

Segundo Thompson (1998), podemos identificar algumas tendências que marcam o desenvolvimento das indústrias da mídia e que vêm desde o início do século XIX até o presente momento. Dentre elas, destacam-se *a transformação da mídia em interesses comerciais de grande escala; a globalização da comunicação; e o desenvolvimento de formas de comunicação eletronicamente mediadas*. Por conta das fusões, tomadas de controle e outras formas de diversificação, os grandes conglomerados de comunicação, afirma Thompson, emergiram e assumiram um crescente e importante papel no domínio da mídia.

[...] são organizações multimídia e multinacionais que participam dos lucros de uma variedade de indústrias interessadas na informação e na comunicação. A diversificação em escala global permite que as grandes corporações se expandam de modo a evitar restrições ao direito de propriedade presentes em muitos contextos nacionais; ela também lhes permite beneficiarem-se da concessão de certos tipos de subsídios... Estas grandes concentrações de poder econômico e simbólico fornecem as bases institucionais para a produção de informação e conteúdo simbólico e sua circulação em escala global (THOMPSON, 1998: 74-5).

Dentre os aspectos correlacionados à globalização da comunicação, sem dúvida, destaca-se o fato de ser um processo estruturado e desigual que beneficiou mais a uns do que a outros, e que inclui mais rapidamente algumas partes do mundo nas redes de comunicação global do que outras. Neste sentido, Thompson (1998: 143-7) destaca quatro aspectos fundamentais referentes à globalização da comunicação: 1) *a emergência de conglomerados transnacionais de comunicação como peças centrais no sistema global de comunicação e difusão de informação*; 2) *o impacto social de novas tecnologias, especialmente aquelas associadas à comunicação via satélite*; 3) *o fluxo assimétrico dos produtos de informação e comunicação dentro do sistema global*; e 4) *as variações e desigualdades no acesso às redes de comunicação global*.

Thompson (1998: 77-9) compreende que o desenvolvimento dos meios de comunicação cria *novas formas de ação e de interação e novos tipos de relacionamentos sociais*. Formas essas “que são bastante diferentes das que tinham prevalecido durante a maior parte da história humana”. Para compreender os tipos de situação interativa criados pelo uso dos meios de comunicação, Thompson apresenta três tipos de interação com a seguinte distinção: a *interação face a face*, que se caracteriza pelo contexto de co-presença, possui caráter dialógico e *uma multiplicidade de deixas simbólicas* na transmissão e recepção das mensagens entre os participantes interativos; a *interação mediada*, em que o uso dos meios técnicos (p.ex.: papel, fios elétricos, ondas eletromagnéticas) permite a comunicação entre participantes que se encontram em contextos espaciais ou temporais distintos, levando a um estreitamento das deixas simbólicas; e a *interação quase mediada*, que define “as relações sociais estabelecidas pelos meios de comunicação de massa”, dissemina-se através do espaço e do tempo com um número indefinido de receptores. Possui um caráter monológico, ou seja, “o fluxo da comunicação é predominantemente de sentido único”.

É este terceiro tipo de *quase-interação* que interessará a Thompson em sua análise do surgimento da sociedade moderna e, conseqüentemente, da modernidade a partir do desenvolvimento das indústrias da mídia, o que denomina de *organização social do poder simbólico*. “De um modo fundamental, o uso dos meios de comunicação transforma a organização espacial e temporal da vida social, criando novas formas de ação e interação, e novas maneiras de exercer o poder,

que não está mais ligado ao compartilhamento local comum” (1998: 14). É com esta perspectiva que Thompson irá definir a ideologia.

Para Thompson (2002: 76),

[...] estudar ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação. Fenômenos ideológicos são fenômenos simbólicos significativos desde que eles sirvam, em circunstâncias sócio-históricas específicas para estabelecer e sustentar relações de dominação. Desde que: é crucial acentuar que fenômenos simbólicos, ou certos fenômenos simbólicos, não são ideológicos como tais, mas são ideológicos somente enquanto servem, em circunstâncias particulares, para manter relações de dominação.

A análise da ideologia, na perspectiva thompsoniana, está primeiramente interessada nas maneiras como as formas simbólicas se entrecruzam com relações de poder. Ela está interessada nas maneiras como o sentido é mobilizado, no mundo social, e serve, para isso, para reforçar pessoas e grupos que ocupam posições de poder.

Conceituar ideologia em termos de maneiras como o sentido, mobilizado pelas formas simbólicas, serve para estabelecer e sustentar relações de dominação: estabelecer, querendo significar que o sentido pode criar ativamente e instituir relações de dominação; sustentar, querendo significar que o sentido pode servir para manter e reproduzir relações de denominação através de um contínuo processo de produção e recepção de formas simbólicas. [...] Podemos falar de ‘dominação’ quando relações estabelecidas são ‘sistematicamente assimétricas’, isto é, quando grupos particulares de agentes possuem poder de uma maneira permanente, e em grau significativo, permanecendo inacessível a outros agentes, ou a grupos de agentes, independente da base sobre a qual tal exclusão é levada a efeito (THOMPSON, 2002: 79-80).

Para Thompson (2002: 415-6), a interpretação da ideologia pode estimular uma reflexão crítica sobre as relações de poder e de dominação características da vida social. Esta é uma das razões porque a interpretação da ideologia pode levantar reações violentas, ela atinge os nervos do poder, ela coloca em evidência as posições dos que se beneficiam e dos que sofrem as relações sociais que são assimetricamente estruturadas, ela deixa claro o que, muitas vezes, permanece implícito, tido como certo, ou oculto no comportamento diário da vida social. É neste sentido que *a interpretação da ideologia possui uma conexão intrínseca com a*

crítica da dominação, ela está metodologicamente preparada para estimular uma reflexão crítica das relações de poder e dominação, e esta reflexão inclui, em princípio, a reflexão de sujeitos que estão inseridos nessas relações.

Compreendendo a ideologia a partir das novas tecnologias de comunicação, Thompson (2002: 341-7) irá correlacioná-la com o desenvolvimento dos meios eletrônicos de comunicação de massa, o que denomina de *repensando a ideologia na era da comunicação de massa*. Assim, apresenta quatro teses que, segundo ele, fornecerão um conjunto de orientações teóricas para a reorientação da ideologia na era da comunicação de massa: Tese 1 – apesar de não ser o único local da ideologia, a natureza e o impacto da comunicação de massa exerce um papel central na análise ideológica; Tese 2 – por ampliar significativamente o raio de operação da ideologia nas sociedades modernas, os meios de comunicação de massa possibilitam que “as formas simbólicas sejam transmitidas para audiências extensas e potencialmente amplas que estão dispersas no tempo e no espaço”; Tese 3 – as mensagens transmitidas pela mídia devem ser analisadas também em relação aos contextos e processos específicos em que elas são assimiladas pelos sujeitos que as recebem; e Tese 4 – “os vários meios de comunicação de massa e a natureza das quase-interações que esses meios possibilitam e mantêm definem parâmetros amplos dentro dos quais as mensagens assim transmitidas adquirem um caráter ideológico, mas tais meios não constituem essas mensagens como ideológicas”.

Contudo, acrescenta Thompson, é essencial relacionar essas mensagens a contextos específicos dentro dos quais elas são recebidas, pois, é apenas dentro desses contextos que as mensagens mediadas podem, ou não, constituírem-se como ideológicas; é apenas aqui que a mensagem construída a fim de sustentar o poder terá sucesso, ou não, em sustentá-lo.

É óbvio que o uso dos mecanismos intencionais nem sempre produz a ação responsiva conjunta. A própria estrutura da interação quase mediada não permite o controle das reações individuais às mensagens recebidas, ou ações remediadoras para garantir a resposta desejada. A ação responsiva dos receptores pode ser guiada pela mensagem, mas não pode ser controlada ou determinada por ela, precisamente porque ela não faz parte de uma interação recíproca com produtores, mas pertence a um novo conjunto de ações em que há uma grande variedade de possibilidades, expectativas e prioridades articuladas para apoiar as mensagens recebidas (THOMPSON, 1998: 103-4).

Os méritos da análise de Thompson sobre o desenvolvimento das indústrias da mídia, a formação de conglomerados transnacionais, a globalização das comunicações na modernidade e a conseqüente assimetria no fluxo e no acesso às informações são consideráveis. Assim como, a sua contemporânea compreensão da ideologia na era das comunicações de massa e da relativa reciprocidade entre a emissão e a recepção da mensagem midiática¹⁵. Contudo, a sua aproximação com as teorias do poder simbólico de Bourdieu e de dominação e sentido de Weber para conceituar a ideologia torna a discussão politicamente inócua ao desvirtuar o seu caráter de classe¹⁶.

Com o objetivo de elucidar este caráter, o próprio Thompson (2002) tem razão quando afirma que os escritos de Marx ocupam uma posição central na história e no conceito de ideologia. Com Marx, o conceito adquiriu um novo status como instrumental crítico e como componente essencial de um novo sistema teórico. Em *A Ideologia Alemã* [1846], Marx e Engels apresentam a concepção de ideologia como as idéias vigentes da classe dominante:

As idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe também dos meios de produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As idéias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como idéias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as idéias de sua dominação (MARX; ENGELS, 2007: 47).

Continuam ainda Marx e Engels (2007: 47),

¹⁵ Para uma melhor apropriação deste aspecto cf. a discussão de Hall (2003) sobre codificação e decodificação dos significados das mensagens no processo comunicacional de massa.

¹⁶ Quanto a isto, chama a atenção o texto organizado por Slavoj Zizek (1999), denominado de *Um mapa da ideologia*. O livro é composto com artigos de autores como, entre outros, Pierre Bourdieu, Goran Therborn, Jacques Lacan, Michel Pêcheux, Fredric Jamenson e Richard Rorty. Sem dúvida, num trabalho de maior porte, caberia a análise da proposta teórica de cada autor em particular e o que cada um destes compreende por ideologia. Não é este o objetivo aqui. Apenas o que gostaríamos de destacar é o eixo condutor da discussão que perpassa por toda a obra: o subjetivismo acrítico, ou seja, a compreensão do sujeito apenas pelo próprio sujeito. A desvinculação do sujeito ao fazer histórico, ao constituir-se enquanto um ser político capaz de construir e transformar a realidade presente.

Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de idéias, que regulam a produção e a distribuição das idéias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas idéias são as idéias dominantes da época.

Em *O 18 de Brumário de Louis Bonaparte* [1852], Marx descreve um conjunto de fenômenos sociais sem fazer uso explícito do termo ideologia. A concepção latente de ideologia, como considera Thompson (2002), chama a atenção para o fato de que as relações sociais podem ser sustentadas, e as mudanças sociais impedidas, pela prevalência ou difusão de concepções resistentes. Ela chama a atenção para aquilo que poderíamos descrever como um processo de conservação social dentro de uma sociedade que está passando por uma mudança social sem precedentes.

Em *Uma contribuição à crítica da economia política* [1859], Marx apresenta com rigor a ideologia como dependente e derivada das condições econômicas, das relações de classe e das relações de produção de classe. Com esta noção, a ideologia assume um papel sistemático no marco referencial teórico de Marx.

Na produção social da própria vida, os homens contraem relações dominadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais [...] à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o ser social que determina sua consciência. [...]. De formas de desenvolvimento das forças produtivas essas relações se transformam em seus grilhões (MARX, 1996: 52).

Althusser (1987), partindo de uma discussão em torno da “teoria marxista do Estado” e se apropriando particularmente da perspectiva gramsciana, retoma a distinção entre o aparelho repressivo do Estado (ARE) e os aparelhos ideológicos do Estado (AIE). Ele dirá que, diferente do ARE que é único, público e “funciona predominantemente através da repressão”, os AIE são múltiplos, majoritariamente privados e “funcionam principalmente através da ideologia”. Contudo, reconhece Althusser, “não existe aparelho unicamente repressivo”, assim como “não existe

aparelho puramente ideológico”, ou seja, ocorre na verdade uma determinação de “duplo funcionamento”:

Esta observação nos possibilita compreender o que constitui a unidade do corpo aparentemente disperso dos AIE. Se os AIE “funcionam” predominantemente através da ideologia, o que unifica a sua diversidade é este funcionamento mesmo, na medida em que a ideologia, na qual funcionam, está de fato sempre unificada, apesar da sua diversidade e contradições, sob a ideologia dominante, que é a ideologia da “classe dominante”. Se considerarmos que por princípio a “classe dominante” detém o poder do Estado... e que dispõe portanto do Aparelho (repressivo) do Estado, podemos admitir que a mesma classe seja ativa nos Aparelhos Ideológicos do Estado (ALTHUSSER, 1987: 70-1).

Althusser (1987: 68-81) designa pelo nome de aparelhos ideológicos do Estado “um certo número de realidades que apresentam-se ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas”, das quais se destacam: os AIE religiosos (o sistema das diferentes Igrejas); o escolar (o sistema das diferentes escolas públicas e privadas); o familiar; o jurídico; o político (o sistema político, os diferentes partidos); o sindical; o de informação (imprensa, rádio, televisão); e o cultural (literatura, artes, esportes, etc.). Dentre os AIE, o escolar, afirma Althusser, “assumiu a posição *dominante* nas formações capitalistas maduras”, substituindo assim o papel desempenhado pela Igreja no período pré-capitalista. “O par Escola-Família substitui o par Igreja-Família”, numa alusão direta a Gramsci.

Althusser considera que as formulações de Marx acerca da ideologia devem ser encaradas como uma “teoria das ideologias particulares” e propõe a formulação de uma “teoria da ideologia em geral”. Diferente das ideologias particulares que “têm uma história sua” (embora seja ela, em última instância determinada pela luta de classes), a ideologia em geral “não tem história”. O que equivale dizer que, tal qual Freud formulou em relação ao inconsciente considerando-o eterno, a “ideologia é eterna”.

Se eterno significa, não a transcendência a toda história (temporal), mas onipresença, transhistória e portanto imutabilidade em sua forma em toda extensão da história, eu retomarei palavra por palavra da expressão de Freud e direi: *a ideologia é eterna*, como o inconsciente. E acrescentarei que esta aproximação me parece teoricamente justificada pelo fato de que a eternidade do inconsciente não deixa de ter relação com a eternidade da ideologia em geral (1987: 85).

Diante de tal afirmação, Althusser pode desenvolver as seguintes teses a respeito da ideologia: Tese 1 – *a ideologia é uma “representação” da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência*: aqui Althusser discorda de Gramsci quanto ao fato de que as ideologias sejam “concepções de mundo” que representem a realidade, pois, considera que estas concepções de mundo “são em grande parte imaginárias”, ou seja, “não correspondem à realidade”.

[...] toda ideologia representa, em sua deformação necessariamente imaginária, não as relações de produção existentes (e as outras relações delas derivadas), mas sobretudo a relação (imaginária) dos indivíduos com as relações de produção e demais relações daí derivadas. Então é representado na ideologia não o sistema das relações reais que governam a existência dos homens, mas a relação imaginária desses indivíduos com as relações reais sob as quais eles vivem (ALTHUSSER, 1987: 88).

Tese 2 – *a ideologia tem uma existência material*: uma vez que a ideologia existe sempre em um aparelho e em sua prática ou práticas, as “idéias” e “representações” não teriam uma existência ideal, espiritual, e sim material. Combinando as duas teses, Althusser conclui paradoxalmente que “esta relação imaginária é em si mesma dotada de uma existência material”.

Diremos portanto, considerando um sujeito (tal indivíduo), que a existência das idéias de sua crença é material, pois suas idéias são seus atos materiais inseridos em práticas materiais, reguladas por rituais materiais, eles mesmos definidos pelo aparelho ideológico material de onde provêm as idéias do dito sujeito (p.92).

Dentre as noções de sujeito, consciência, crença, atos, ele destacará como elemento principal de sua teoria: a noção de sujeito. De modo que, primeiro *só há prática através de e sob uma ideologia*; e segundo *só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito*. O que encaminha Althusser à sua tese central: Tese 3 – *a ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos*: esta tese é uma explicitação deste segundo momento, ou seja, “a ideologia existe para sujeitos concretos, e esta destinação da ideologia só é possível pelo sujeito: isto é, pela *categoria de sujeito* e de seu funcionamento”. Para ele “a existência da ideologia e a interpelação dos

indivíduos enquanto sujeitos são uma única e mesma coisa” e, considerando a eternidade da ideologia, acrescenta:

Sendo a ideologia eterna, devemos agora suprimir a temporalidade em que apresentamos o funcionamento da ideologia e dizer: a ideologia sempre/já interpelou os indivíduos como sujeitos, o que quer dizer que os indivíduos foram sempre/já interpelados pela ideologia como sujeitos, o que necessariamente nos leva a uma última formulação: *os indivíduos são sempre/já sujeitos*. Os indivíduos são portanto “abstratos” em relação aos sujeitos que existem desde sempre (ALTHUSSER, 1987: 98).

Consideramos que a concepção de Althusser deshistoriciza a ideologia, pois, ao tomar de empréstimo à psicanálise a formulação sobre o inconsciente, aplica-a às representações ideológicas e dá-lhe uma funcionalidade para o reconhecimento do indivíduo na coletividade, situação, portanto, anterior ao surgimento das classes. Dessa forma a formulação de Marx sobre a ideologia pretender eternizar-se, e por isso ser a-histórica, em Althusser objetiva-se como um conhecimento que efetivamente foi produzido fora da história. Ou seja, se para Marx a inexistência de história decorre da própria ideologia, pois, toda ela toma o presente como a eternidade, para Althusser, ao naturalizar o conceito, essa formulação é invertida de tal modo que ter ou não história deve ser visto sobre o ângulo da estrutura interna da ideologia.

Cabe acrescentar que o ensaio althusseriano sobre os AIE parece impensável sem referência ao arcabouço teórico de Gramsci. E, neste sentido, merecem destaque as observações feitas por Hall, Lumley e McLennan (1980), quando afirmam que no ensaio de Althusser

Todo o problema da ideologia foi repensado com as categorias de Gramsci sempre à mente. A lista de Althusser dos AIE é um empréstimo direto dos *Cadernos do Cárcere*. A ideologia é pensada, menos em termos de contraste com a ciência, mais em termos de seu efeito prático-social na consolidação de um bloco dirigente sob uma ideologia dominante. Esta é uma concepção muito gramsciana... A centralidade dada por Althusser ao sistema educacional como um AIE... corresponde à discussão de Gramsci do papel da escola e do sistema educacional na elaboração das várias categorias de intelectuais... Talvez o ponto de convergência isolado mais significativo entre o Althusser do ensaio sobre os AIE e Gramsci seja a firme fixação do conceito de “ideologia” nas práticas e estruturas das superestruturas (HALL; LUMLEY; MCLENNAN, 1980: 84-5).

Gramsci (1981: 16) considera a ideologia como “uma concepção do mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida individual e coletiva”. Para Gramsci só são essenciais as *ideologias orgânicas*, isto é, vinculadas a uma classe fundamental. Inicialmente limitada ao nível econômico dessa classe, a ideologia propaga-se à medida que se desenvolve a hegemonia sobre todas as atividades do grupo dirigente. Este cria uma ou várias camadas de intelectuais que se especializam em um aspecto da ideologia desse grupo: a economia, as ciências, a arte etc. Os diferentes ramos da ideologia, qualquer que seja sua aparente independência, constituem as diversas partes de um mesmo todo: a concepção de mundo da classe fundamental.

De forma não homogênea, a ideologia deve difundir-se por toda a sociedade, atingindo todos os níveis sociais: a ideologia difundida nas camadas sociais dirigentes é, evidentemente, mais elaborada que seus fragmentos encontrados na cultura popular. Gramsci (1981) distingue, pois, diversos graus qualitativos que correspondem a determinadas camadas sociais: na cúpula, a concepção de mundo mais elaborada: a *filosofia*; no nível mais baixo, o *folclore*. Há entre esses dois níveis extremos, o *senso comum* e a *religião*.

Por ser o estágio mais elaborado de concepção de mundo, é na filosofia que se apresenta mais nitidamente as características da ideologia, isto é: como expressão cultural da classe fundamental. Devido ao seu vínculo com a classe dirigente, a filosofia influencia praticamente as normas de vida de todas as camadas sociais. Gramsci esclarece que o papel essencial da filosofia no seio do bloco ideológico é representado pela sua influência sobre as concepções de mundo difundidas no interior das classes auxiliares e subalternas, ou seja, o senso comum. Gramsci constata que a verdadeira relação entre filosofia “superior” e senso comum é garantida pela política, que, deste modo, sustenta a unidade ideológica do bloco histórico.

Talvez seja útil distinguir “praticamente” a filosofia do senso comum, para melhor indicar a passagem de um momento ao outro. Na filosofia, destacam-se notadamente as características de elaboração individual do pensamento; no senso comum, ao invés, as características difusas e dispersas de um pensamento genérico de uma certa época em um certo ambiente popular. Mas toda filosofia tende a se tornar senso comum de um

ambiente, ainda que restrito (de todos os intelectuais). Trata-se, portanto, de elaborar uma filosofia que – tendo já uma difusão ou possibilidade de difusão, pois ligada à vida prática e implícita nela – se torne um senso comum renovado pela coerência e pelo vigor das filosofias individuais (GRAMSCI, 1981: 18).

Gramsci distingue, no seio da estrutura ideológica, as organizações encarregadas da difusão da ideologia daquelas que incorporam, em sua atividade geral, o que denomina de “fração cultural”. Entre estas organizações ele cita, por exemplo, a magistratura e os oficiais de exército. As organizações culturais propriamente ditas são a Igreja, a organização escolar e as organizações de imprensa. Gramsci demonstra grande interesse por essa nova instituição, que ele considera como “a mais dinâmica da sociedade civil”. A imprensa e a edição, assim como a organização escolar, assumem papel essencial, pois são as únicas para Gramsci a abranger totalmente o domínio da ideologia.

O núcleo central do poder deve por isso ser procurado no seio da sociedade civil – sobretudo no controle capitalista dos *meios de comunicação* (imprensa, rádio, televisão, cinema, publicidade), baseado no controle dos meios de produção (propriedade privada) (ANDERSON, 2002: 40).

Quanto à hegemonia, Gramsci (1979: 11) a considera como “o consenso ‘espontâneo’ dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social”, e acontece quando a “concepção do mundo”, a ideologia da classe que representa a nova situação histórica se torna dominante, quando esta classe se torna *dirigente* no plano da “sociedade civil”.

Gramsci deixa claro que o aspecto essencial da hegemonia da classe dirigente reside em seu monopólio intelectual, isto é: na atração que seus próprios representantes suscitam nas demais camadas de intelectuais. Essa atração leva à criação de um “bloco ideológico” – ou intelectual – que vincula as camadas de intelectuais (orgânicos) aos representantes da classe dirigente:

Os intelectuais da classe historicamente (e realisticamente) progressiva, nas dadas condições, exercem um tal poder de atração que acabam, em última análise, por subordinar a si os intelectuais dos outros grupos sociais e, portanto, por criar um sistema de solidariedade entre todos os intelectuais

com ligações de ordem psicológica (vaidade, etc.),... e freqüentemente de casta (técnico-jurídico, corporativo etc.) (GRAMSCI, 1974: 75-6).

Os intelectuais orgânicos são, pois, agentes especializados da superestrutura integrados num “bloco intelectual” (ou ideológico), organizado hierarquicamente a partir de dois planos essenciais: por um lado, o plano da criação ideológica, a cargo dos “grandes intelectuais”, “os criadores das várias ciências, da filosofia, da arte, etc.” e, por outro, o plano da difusão, a cargo “dos mais humildes administradores e divulgadores da riqueza intelectual já existente, tradicional, acumulada”.

Na opinião de Portelli (1987: 67), num sistema realmente hegemônico o bloco ideológico é fator de hegemonia sob um duplo aspecto: por um lado em seu próprio seio, na medida em que os representantes da classe dirigente orientem os de outros grupos sociais e, sobretudo por outro lado, na constituição do bloco histórico, permitindo à classe dirigente controlar, por intermédio do bloco ideológico, outras camadas sociais.

Se a relação entre intelectuais e povo-nação, entre dirigentes e dirigidos, entre governantes e governados, se estabelece graças a uma adesão orgânica,... só então a relação é de representação, ocorrendo a troca de elementos individuais entre governantes e governados, entre dirigentes e dirigidos, isto é, realiza-se a vida do conjunto, a única que é força social; cria-se o “bloco histórico” (GRAMSCI, 1981: 139).

Compreende-se então porque, para Gramsci, os grandes intelectuais devem constituir o ponto de aglutinação das restantes camadas, para que assim se crie, amplie e unifique o bloco intelectual, quer no plano da unificação da camada intelectual da classe dominante, quer pela conquista de intelectuais ligados a outros grupos sociais. Conseguida esta aglutinação de um lado e obtendo-se o controle do Estado por outro, fica assegurada a direção ideológica da sociedade, ou seja, a hegemonia da classe dominante.

A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de “hegemonias” políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira

fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam (GRAMSCI, 1981: 21).

Enfim, Gramsci designa como principais meios de difusão da ideologia a organização escolar, a organização religiosa, o conjunto das organizações que se ocupam da impressão, os canais áudio-visuais, os meios de comunicação oral e, ainda, a arquitetura e o urbanismo. É pelo funcionamento do sistema destes aparelhos de hegemonia, pela criação de um bloco intelectual forte e pela elaboração de sua ideologia orgânica, que uma classe pode conquistar a hegemonia, conquistar a direção ideológica da sociedade.

3.1.1 Da ideologia às representações sociais ou o “efeito bumerangue”

Esta investigação apropria-se do termo “representação” para designar o modo como a revista ISTOÉ veicula as ações do MST, compreendendo que esta formulação encontra-se subordinada ao conceito de ideologia no sentido dos estudos acima discutidos. No entanto, uma outra dimensão das representações sociais é a dos mecanismos psicossociais de apreensão e reprodução da ideologia ou do seu “efeito bumerangue”, focado pela psicologia social e que será aqui abordado em amplos traços, com vistas a compreender como a mídia veicula representações sociais passíveis de serem incorporadas por seus consumidores.

Moscovici (2003) introduz o conceito de representações sociais como uma forma de conhecimento elaborada pelos próprios indivíduos, no quadro da vida cotidiana, visando estabelecer sua comunicação e comportamentos, criando um contexto para que estes últimos se realizem. Moscovici, ao conceituar as representações sociais, considera relevantes a influência dos contextos sociais sobre os indivíduos e a participação destes na construção das realidades sociais.

Para Moscovici, a *teoria das representações sociais* aborda fenômenos que evidenciam a compreensão alcançada por indivíduos que pensam, mas que não pensam sozinhos, porque o conjunto de conceitos, afirmações e explicações, que

formam as representações sociais, são conhecimentos produzidos pelo grupo e estão baseados na tradição e no consenso, através dos quais são promovidas tanto a interpretação, como a criação e recriação das realidades sociais. Concretiza-se, assim, a recuperação da relação existente entre indivíduo e sociedade, porque os pensadores são simultaneamente atores da interação social.

As representações sociais, segundo Moscovici, possuem duas funções básicas: *convencionalizar* e *prescrever*.

Em primeiro lugar elas convencionalizam os objetos, pessoas ou acontecimentos que encontram. Elas lhe dão uma forma definitiva, as localizam em uma determinada categoria e gradualmente as colocam como um modelo de determinado tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas. [...] Em segundo lugar, as representações são prescritivas, isto é, elas se impõem sobre nós com uma força irresistível (2003: 34-6).

Ancoragem e *objetivação* são os dois mecanismos que geram as representações sociais. Para Moscovici (2003: 61-72), a *ancoragem* se processa quando, diante de algo estranho, o classificamos e damos um nome, de modo que se transforme “em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriada”. Já a *objetivação* “é um processo muito mais atuante que a ancoragem. [...] está fundamentada na arte de transformar uma representação na realidade da representação; transformar a palavra que substitui a coisa, na coisa que substitui a palavra”. Ou seja, “é descobrir a qualidade icônica de uma idéia, ou ser impreciso; é reproduzir um conceito em uma imagem”.

Moscovici então sugere uma possível aproximação com a ideologia, sem necessariamente citá-la, no seguinte sentido:

Para alargar um pouco o referencial, nós podemos afirmar que o que é importante é a natureza da mudança, através da qual as representações sociais se tornam capazes de influenciar o comportamento do indivíduo participante de uma coletividade. *É dessa maneira que elas são criadas, internamente, mentalmente, pois é dessa maneira que o próprio processo coletivo penetra, como o fator determinante, dentro do pensamento individual. Tais representações aparecem, pois, para nós, quase como objetos materiais, pois eles são o produto de nossas ações e comunicações* (2003: 40, grifos nossos).

Percebe-se aqui a influência de Durkheim sofrida por Moscovici ao não conceber a contradição entre os grupos sociais na produção coletiva das representações. Curioso observar, contudo, que em sua trajetória intelectual, antes de se apropriar do conceito das representações sociais, Moscovici considerava a ideologia como o principal evento a ser estudado pela psicologia social. Ao analisar a representação social da psicanálise na França no início dos anos 60¹⁷, Moscovici (1978) descreveu três fases de evolução deste conhecimento: a primeira como fase científica, marcada pelo início de uma nova teoria; em seguida a fase representacional, em que as representações sociais da psicanálise se configuram e se disseminam através da sociedade; e por fim a fase ideológica, que se caracteriza pela apropriação da representação por algum grupo ou instituição específica e pela sua reconstrução como um saber criado pela sociedade como um todo e legitimado pelo seu caráter científico. Moscovici relaciona ideologia ao contraste que estabelece entre universo reificado e consensual do conhecimento hegemônico. Para Sawaia (2004: 78),

Moscovici captou o caráter reificador da ideologia como discurso estruturado e estruturante que tende a impor a apreensão da ordem estabelecida como natural e governada por leis impessoais, mas não a vê como imposição mascarada de sistema de classificação e de estruturas mentais objetivamente ajustadas às estruturas de poder, excluindo-a do conflito humano, como se as Representações Sociais fossem produto da ação e da relação entre sujeitos ou grupos de sujeitos ativos, livres e autônomos.

Sawaia considera que o conceito marxista de ideologia desmistifica a ingenuidade do processo cognitivo, deixando claro que tal processo situa-se como mediador nas relações de dominação e exploração sócio-econômica. Assim, afirma Sawaia (2004: 78), “as representações de um indivíduo não são independentes, relacionam-se a outros sistemas de representação e expressam um discurso sobre a sociedade inteira”.

Ao discorrer sobre a diversidade de emprego do conceito de representação social, indo do mais pragmático ao mais teórico, Wagner (1998) afirma que, por um lado, representação social é atribuída a um processo social de comunicação e

¹⁷ Publicada originalmente em 1961, como *La psychanalyse – Son image et son public*.

discurso. Por outro, são atributos pessoais compartilhados. As representações sociais compreendem, para Wagner (1998: 4),

[...] um conteúdo mental estruturado – isto é, cognitivo, avaliativo, afetivo e simbólico – sobre um fenômeno social relevante, que toma a forma de imagens ou metáforas, e que é conscientemente compartilhado com outros membros do grupo social.

Sabemos que nenhuma representação social será plenamente compartilhada por todos os membros de um grupo. Wagner esclarece que não se busca um consenso numérico nas representações sociais e sim um consenso funcional suficientemente qualificado para assegurar o processo de manutenção de uma representação específica e seu objeto. Assim, como as representações sociais referem-se apenas a objetos ou questões socialmente relevantes, estes podem ser considerados relevantes se o padrão de comportamento dos indivíduos ou grupos muda em sua presença.

Retomando Moscovici, Abric (1998) define representações sociais como reestruturantes da realidade para permitir a integração das características objetivas do objeto, das experiências anteriores do sujeito e do seu sistema de atitudes e de normas. Acrescenta que as representações sociais respondem a quatro funções essenciais: *de saber, identitária, de orientação e justificadora*. A primeira permite compreender e explicar a realidade. A segunda define a identidade e permite a proteção da especificidade dos grupos. A função de orientação guia os comportamentos e as práticas. E a última, justificadora, permite a justificativa das tomadas de posição e dos comportamentos.

Abric, numa perspectiva mais estruturalista, sugere o estudo das representações sociais em um duplo sistema, sob o qual uma representação social é organizada em torno de um *núcleo central*. Como elemento mais estável e diferenciador da representação, o núcleo central assegura a continuidade e resiste às mudanças, pois, se ele muda, conseqüentemente, toda a representação social será modificada. “É a base comum propriamente social e coletiva que define a homogeneidade de um grupo” (1998: 33). Independente do contexto imediato, o núcleo central possui um papel fundamental na estabilidade e coerência da representação.

Além do núcleo central existe um *sistema periférico*, de característica individualizada e contextualizada, que permite segundo Abric, adaptação, diferenciação e integração do experienciado cotidianamente. É o processo de subjetivação da representação social a partir do núcleo central, possibilitando a formação de representações sociais individualizadas.

Para Guareschi (2000), as representações sociais são uma tentativa de superação das dicotomias freqüentemente presentes entre o psicológico (caracterizado individualmente) e o social (entendido como oposto ao individual); entre o interno (cognitivo) e o externo (fenômenos sociais); entre o aspecto material e sua representação; entre o consensual (aspecto dinâmico) e o reificado (aspecto estático) e; entre o duradouro e o discursivo (processo de formação das representações).

Alguns autores (ANDRADE, 1995; XAVIER, 2002) consideram que o caminho mais provável para uma aproximação entre os conceitos de representação social e ideologia seja através do senso comum, presente tanto em Gramsci quanto em Moscovici. Como já apropriado acima, Gramsci considera o senso comum, em oposição complementar à filosofia, como concepções de mundo difundidas no interior das classes auxiliares e subalternas. Já em Moscovici, o senso comum corresponde ao próprio processo representativo e diz respeito ao conjunto da sociedade. O que permite a Andrade (1995: 4) concluir que “o senso comum gramsciano é a forma como a dimensão ideológica interage com o processo representativo nas camadas subalternas da sociedade”.

Xavier, por sua vez, também parte deste ponto de vista e amplia um pouco mais a discussão em termos gramscianos. Pois, se compreendemos com Gramsci (1981) que o senso comum também desenvolve as suas teorias, então, reflete Xavier (2002: 9), “todos os seres humanos teriam uma prática filosófica que interpreta o mundo, ainda que frequentemente de forma não sistemática e não crítica. Percebe-se, aqui, a estreita semelhança com a definição de representações sociais como teorias implícitas, espontaneamente elaboradas no cotidiano”. O que, acrescentaríamos, reafirma o efeito bumerangue inicialmente citado, ou seja, o modo como as formulações em torno do conceito das representações sociais acabam por demonstrar os mecanismos psicossociais de apreensão e reprodução

da ideologia. Afinal, e não por acaso, em diversas passagens da *ideologia alemã*, Marx e Engels utilizam o termo representação como sinônimo de ideologia.

Concluindo, retomo Sawaia (2004: 75) quando afirma que “os conceitos de Representação Social e Ideologia apontam a necessidade de partir das relações sociais para compreender como e por que os homens agem e pensam de determinada maneira, afirmando o caráter histórico da consciência” e complemento com uma passagem de Andrade que resume precisamente o que pretendemos demonstrar com o efeito bumerangue.

Se, por um lado, a ideologia é uma dimensão que marca o processo de estruturação do campo de representação, por outro lado o processo representativo remodela e reelabora todos os elementos e dimensões que nele incidem, inclusive a ideologia, reestruturando-os num novo produto diferente deles: o conhecimento do senso comum. Isto explica como ideologia vinculada no discurso da classe dominante é metabolizada pelos dominados com diferentes graus de organização e complexidade. Quer dizer, os mecanismos representativos são responsáveis pela remodelação e, conseqüentemente, pela difusão diferenciada da ideologia dominante entre indivíduos e grupos sociais (ANDRADE, 1995: 3).

Como afirmado no início desta seção, fazemos uso do termo representação para designar o modo como a revista ISTOÉ veicula as ações do MST, compreendendo que esta formulação encontra-se subordinada ao conceito de ideologia, conforme tentamos demonstrar. A partir do discutido, poderíamos sugerir que a veiculação de representações sociais através da mídia como dimensão da ideologia ocorre enquanto formulação discursiva que corresponde ao mecanismo de convencimento psicossocial de seus consumidores.

3.2 JORNALISMO E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA

Como esta investigação se baseia no discurso veiculado por um meio impresso de divulgação de notícias, buscaremos situar em rápidas palavras o desenvolvimento histórico do jornalismo de revista, com o intuito de elucidar a sua

configuração no processo de construção da notícia. Vejamos neste momento alguns aspectos históricos e, em seguida, nos apropriaremos da discussão sobre a noticiabilidade na produção jornalística.

3.2.1 Breve histórico sobre o jornalismo de revista

Estima-se que a teoria da imprensa mais antiga seria a *teoria autoritária*, datada do século XVI na Europa. Derivada da filosofia estatal do absolutismo, baseava-se no reconhecimento da verdade por um pequeno grupo de sábios que exerciam a liderança, promovendo a política do governo e servindo ao Estado. Os editores eram controlados por meio de patentes, autorização e censura. Naquele século, em Veneza, Itália, se situa a primeira coleção e distribuição profissional e comercial de notícias, era produzida pelos *scrittori d'avvissi*. Na Alemanha do século XVII, em 1663, surge a primeira revista que se tem conhecimento, chamava-se *Erbauliche Monats-Unterredungem* (algo como *Edificantes Discussões Mentais*). Segundo Scalzo (2004: 19), “tinha cara e jeito de livro e só é considerada revista porque trazia vários artigos sobre um mesmo assunto – teologia – e era voltada para um público específico. Além disso, propunha-se a sair periodicamente”.

Ainda no século XVII, destaca-se o aspecto mercadológico do jornalismo e a importância da publicidade para a imprensa. Conforme Kunczik (2002: 23),

À medida que progredia a divisão do trabalho e os mercados cresciam mais e mais, tornou-se necessário anunciar os produtos publicamente. Desenvolveu-se a chamada imprensa de inteligência (de *intellegere* = tomar conhecimento), especialmente em Paris e Londres de meados do século XVII, que consistia em páginas especiais de publicidade, com uma parte editorial adjunta.

O termo “revista”, em inglês *magazine*, só irá aparecer a partir de 1704 na Inglaterra. Em Londres, no ano de 1731, é lançada a primeira revista com os moldes semelhantes aos atuais, denominava-se *The Gentleman's Magazine* e inspirava-se

nos grandes magazines (lojas que vendiam um pouco de tudo). Reunia vários assuntos e os apresentava de forma leve e agradável. O termo magazine, desde então, é usado para designar revistas em inglês e em francês. Mas, é somente no século XIX que o jornalismo tornou-se uma profissão de tempo integral da qual era possível sobreviver economicamente¹⁸.

Ao longo do século XIX, a revista ganhou espaço... Com o aumento dos índices de escolarização, havia uma população alfabetizada que queria ler e se instruir, mas não se interessava pela profundidade dos livros, ainda vistos como instrumentos da elite e pouco acessíveis. Com o avanço técnico das gráficas, as revistas tornaram-se o meio ideal, reunindo vários assuntos num só lugar e trazendo belas imagens para ilustrá-las. Era uma forma de fazer circular, concentradas, diferentes informações sobre os novos tempos, a nova ciência e as possibilidades que se abriam para uma população que começava a ter acesso ao saber. A revista ocupou assim um espaço entre o livro (abjeto sacralizado) e o jornal (que só trazia o noticiário ligeiro) (SCALZO, 2004: 20).

O século XX marca o surgimento da primeira revista semanal de notícias. Em 1923, nos Estados Unidos, os editores Briton Hadden e Henry Luce lançam a *Time*. Treze anos depois, em 1936, Henry Luce cria a primeira semanal ilustrada, a *Life*. A *Life* vira modelo mundial de revista e passa a ser copiada em vários países. Na França cria-se a *Paris Match* (inicialmente *Match*), na Alemanha a *Stern* e no Brasil surgem o *Cruzeiro* e a *Manchete*. Antes, porém, de abordarmos o surgimento da revista de notícias em território nacional, situemos um pouco da trajetória histórica da imprensa brasileira e, particularmente, do jornalismo de revista.

A pesquisa sobre os fenômenos jornalísticos no Brasil remonta à segunda metade do século XIX. Sendo que a atenção inicial não se centrava nos aspectos noticiosos e sim nos seus meios de difusão, mais especificamente na tecnologia de impressão de livros, jornais e revistas.

Embora estabelecida tardiamente em território nacional (mais de três séculos nos separam da inovação gutembergiana), a imprensa aqui se desenvolve a partir da chegada da Corte de D. João VI, em 1808. Na verdade, os seus primeiros momentos são tímidos, porque controlados pela censura real, destinando-se a reproduzir informações e documentos do governo (MELO, 2003: 21).

¹⁸ Aspecto, inclusive, de significativa importância na biografia de Marx.

Segundo Melo, o *Correio Braziliense* foi o primeiro periódico nacional. Editado entre 1808 e 1822, por Hipólito da Costa, era produzido em Londres e possuía um caráter de jornalismo científico. Para o autor, o *Correio Braziliense* praticava uma modalidade jornalística vinculada à ideologia do pragmatismo.

Trata-se de efetivo jornalismo científico, mais orientado para a ciência aplicada, ainda que demonstre preocupação em divulgar conhecimentos básicos, sobretudo aqueles subordinados às disciplinas econômicas ou jurídicas (2003: 53).

Para Scalzo (2004: 27),

A história das revistas no Brasil, assim como da imprensa em qualquer lugar do mundo, confunde-se com a história econômica e da indústria no país. As revistas chegaram por aqui no começo do século XIX junto com a corte portuguesa – que vinha fugindo da guerra e de Napoleão. Quer dizer, chegaram junto com o assunto que iriam tratar e com os meios para serem feitas. Antes disso, proibida por Portugal, não havia imprensa no Brasil.

A primeira revista brasileira surge em Salvador, no ano de 1812, com o nome *As Variedades* ou *Ensaio de Literatura* e teve apenas duas edições. Dez anos depois, surge no Rio de Janeiro a *Anais Fluminense de Ciências, Arte e Literatura*. Em 1827, aparece a primeira revista brasileira especializada, *O Propagador das Ciências Médicas*, e a primeira revista voltada às mulheres¹⁹, *Espelho Diamantino*. Com vidas curtas, estas publicações sofrem com a falta de recursos e de assinantes.

Em 1837, contudo, ocorre uma mudança no cenário editorial das revistas brasileiras com o surgimento da *Museu Universal*. Com textos leves e acessíveis, a *Museu Universal* trazia também ilustrações e torna-se modelo para as demais revistas conseguintes, tais como: *Gabinete de Leitura*, *Ostensor Brasileiro*, *Museu Pitoresco*, *Histórico e Literário*, *Ilustração Brasileira*, *O Brasil Ilustrado*, *Universo Ilustrado*, *Íris*, *Guanabara* e *O Espelho*. As três últimas, inclusive, destacavam-se como revistas eruditas.

¹⁹ Atualmente, as revistas caracterizam-se pelo contato constante com o leitor (através de correspondências e pesquisas de opinião), pelo seu formato, sua periodicidade (semanais, quinzenais ou mensais) e, principalmente, por ser segmentada. Quanto a isto, as mulheres são o principal segmento na comercialização das revistas (SCALZO, 2004).

Com a crescente industrialização e as inovações tecnológicas do início do século XX, as revistas diversificam-se e ganham contornos mais modernos com o privilégio das imagens fotográficas. Segundo Sodré (1999: 297),

[...] é um pouco dessa transformação que decorre a proliferação das revistas ilustradas que ocorre a partir daí. Nelas é que irão se refugiar os homens de letras, acentuando a tendência do jornal para caracterizar-se definitivamente como imprensa; as revistas passarão, pelo menos nessa fase, por um período em que são principalmente literárias, embora também um pouco mundanas e, algumas, críticas.

O Rio de Janeiro torna-se o principal centro gráfico do País e, em 1928, os Diários Associados de Assis Chateaubriand lança *O Cruzeiro* que, na década de 50, chegará à marca de 700 mil exemplares semanais, sendo publicada até o ano de 1975. Ainda na década de 50, mais precisamente em 1952, a Bloch Editores publica a *Manchete*. Aperfeiçoando o estilo iniciado pelo *O Cruzeiro*, *Manchete* destacava-se pelo aspecto gráfico ilustrado que caracterizaria o fotojornalismo brasileiro, parando de ser editada semanalmente em 2000²⁰.

Também no ano de 1952 surge a primeira revista semanal de notícias brasileira, a *Visão*, que circulou até 1993. Em 1959 surge a primeira versão da revista *Senhor*²¹, veiculada até o início de 1964. Em 1966, a Editora Abril lança a revista *Realidade* que será publicada até 1976. Em 1968, editada por Mino Carta, surge também pela Editora Abril a revista *Veja*. *Veja* irá se tornar a revista brasileira de maior circulação, possui atualmente uma média semanal de 1 200 000 exemplares. Também Mino Carta, como já vimos no capítulo anterior, lançará em 1976, pela Encontro Editorial, a revista *IstoÉ* que se tornará a segunda revista nacional de notícias de maior tiragem, sendo posteriormente superada em circulação pela revista *Época*, publicada pela Editora Globo desde 1998 (cf. seção 5, tabela 3).

²⁰ Com a falência da Bloch Editores neste ano, a publicação da revista ficou suspensa. Em 2001, um grupo de ex-funcionários obtém o direito de publicação da revista e a *Manchete* teve quatro publicações especiais durante o ano. A partir de janeiro de 2002, a revista passa a ter periodicidade mensal, sendo publicada em edições temáticas especiais.

²¹ A trajetória da revista *Senhor* possui algumas particularidades: em 1978, a Carta Editorial retoma o projeto editorial da *Senhor* e lança a *Senhor Vogue*. Em 1981, como propriedade da Editora Três, voltou a ser novamente apenas *Senhor*. Em 1988, a Editora Três funde-a com a *IstoÉ* e surge a *IstoÉSenhor*, sendo assim publicada até o início de 1992.

3.2.2 A noticiabilidade no circuito midiático

Para Kunczik (2002: 23) o jornalismo moderno caracteriza-se por quatro aspectos básicos: 1) publicidade; 2) atualidade (informação que se relaciona com o presente e o influencia); 3) universalidade (sem exclusão de nenhum tema); e 4) periodicidade (distribuição regular). Complementados pela ética do jornalismo, em que o autor destaca o aspecto normativo que deve guiar o trabalho jornalístico.

Todos esses princípios profissionais exigem que o jornalista respeite a verdade, informe cuidadosa e confiavelmente o público, verificando a fonte das notícias e corrigindo as informações errôneas. Embora no momento não se possa discernir nenhum consenso internacional sobre a ética do jornalismo, é irrefutável a necessidade dessa ética. O objetivo é evitar que as notícias se distorçam e o que os “jornalistas” altamente qualificados utilizem suas habilidades técnicas para a manipulação (KUNCZIK, 2002: 109).

Contudo, esclarece o autor, o trabalho do jornalista não é livre e encontra-se submetido à hierarquia da sala de redação. Em outras palavras, se houver conflitos de idéias a hierarquia predomina. Um outro aspecto importante a ser observado é a pressão dos anunciantes no perfil editorial da publicação. Assim como a busca constante pela objetividade dos textos jornalísticos, “identificados por qualidades de precisão, interesse, verificação, veracidade e neutralidade” (p.230). Devendo o jornalista não se ater à imediatidade da informação, comumente denominado de furo jornalístico, “que na maioria dos casos é incompatível com uma investigação cuidadosa e a divulgação dos antecedentes”. O objetivo, diz Kunczik, é “a atribuição de sentido, a informação orientada para temas de relevância social a longo prazo” (p.390). Assim, numa perspectiva weberiana em que busca descrever o que poderíamos denominar de “jornalismo ideal aplicado ao modo de produção capitalista”, resume o autor:

A linguagem empregada pelos meios de comunicação deve ser clara para que um máximo de receptores possa seguir o conteúdo sem ficar com perguntas sem resposta. Uma regra simples é a de que alguém que deseje comunicar algo deve falar a linguagem das pessoas a quem se dirige. Em

princípio, não deve haver nenhuma manipulação da linguagem e cumpre evitar toda redação que resulte numa influência manipuladora sobre os receptores. [e então conclui] Os meios de comunicação ocidentais *começaram* tratando os movimentos de libertação como terrorista, e não como lutadores em prol da liberdade (KUNCZIK, 2002: 390, grifos nossos).

A análise empreendida por Kunczik elucidada, sem dúvida, alguns aspectos fundamentais para a compreensão da dinâmica do jornalismo numa perspectiva liberal. Parece, inclusive, que esta discussão apenas se sustenta enquanto doutrina normativa, pois, na prática jornalística não há consenso sobre o que é verdade. Assim, consideramos tal análise insuficiente para compreendermos sua organicidade ao sistema capitalista enquanto instrumento de manutenção do *status quo*. Neste sentido, ao analisar os principais jornais italianos à época, Gramsci destaca o seu aspecto de classe na difusão da ideologia dominante. Para Gramsci (1979: 201) o jornalismo se constitui “como expressão de um grupo que pretende difundir uma concepção integral do mundo”.

Tudo o que se publica é constantemente influenciado por uma idéia: servir a classe dominante, o que se traduz sem dúvida num facto: combater a classe trabalhadora. E, de facto, da primeira à última linha, o jornal burguês sente e revela esta preocupação. [...] E não falemos daqueles casos em que o jornal burguês ou cala, ou deturpa, ou falsifica para enganar, iludir e manter na ignorância o público trabalhador (GRAMSCI, 1976: 95-6).

Gramsci (1979: 163) considera que os leitores são considerados pela imprensa a partir de dois pontos de vista principais: “1) como elementos ideológicos ‘transformáveis’ filosoficamente, capazes, dúcteis, maleáveis à transformação; 2) como elementos ‘econômicos’, capazes de adquirir as publicações e fazê-las adquirir por outros”. Ele esclarece que os dois elementos nem sempre podem ser destacados, uma vez que o “elemento ideológico é um estímulo ao ato econômico da aquisição e da divulgação”.

Ademais, é impossível falar de negócio jornalístico e editorial sério se não existir este elemento, a saber, a organização do cliente, da venda; tratando-se de um cliente particular (pelo menos em sua massa), há necessidade de uma organização particular, estreitamente ligada à orientação ideológica da “mercadoria” vendida. É uma observação generalizada a de que, num jornal

moderno, o verdadeiro diretor é o diretor administrativo e não o diretor da redação (GRAMSCI, 1979: 164).

Gramsci deixa claro o aspecto mercadológico na divulgação da notícia ao tratar seu veículo como mercadoria e também já compreendia que o aspecto visual (tema contemporâneo na análise da comunicação social) tem grande importância na aceitação pelo público leitor de uma determinada publicação. A este respeito, assim se pronuncia Gramsci (1979: 179):

O problema fundamental de todo periódico (cotidiano ou não) é o de assegurar uma venda estável (se possível em contínuo incremento), o que significa, ademais, a possibilidade de construir um plano comercial (em desenvolvimento, etc.). Por certo, o elemento fundamental para a sorte de um periódico é o ideológico, isto é, o fato de que satisfaça ou não determinadas necessidades intelectuais, políticas. Mas seria um grande erro crer que este seja o único elemento e, notadamente, que seja válido tomado “isoladamente”.

Numa perspectiva semelhante, Câmara (2003: 2) coloca que “a notícia é o valor-mercadoria produzido pela mídia e a sua reprodução e acumulação dependem dos seus leitores, dos seus anunciantes privados e do próprio estado”. Câmara destaca que, “para vender a mercadoria notícia, a imprensa escraviza-se à novidade, ao furo jornalístico, deixando de lado as implicações históricas e sociais da notícia que está divulgando”. O que também o faz concluir que “interesses econômicos, políticos e ideológicos cruzam-se na disputa pelos leitores e pelo apoio do Estado”.

Para Bourdieu (1997: 23), uma parte da ação simbólica da televisão, no plano das informações, por exemplo, consiste em atrair a atenção para fatos que são de natureza a interessar todo mundo, dos quais se pode dizer que são *omnibus* – isto é, para todo mundo. “Os fatos-ônibus são os fatos que, como se diz, não devem chocar ninguém, que não envolvem disputa, que não dividem, que formam consenso, que interessam a todo mundo, mas de um modo tal que não tocam em nada de importante”.

Bourdieu (1997: 57) analisará o que denomina de *campo jornalístico*, para ele “um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade,

que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de força”.

O universo do jornalismo é um campo, mas que está sob a pressão do campo econômico por intermédio do índice de audiência. E esse campo muito heterônomo, muito fortemente sujeito às pressões comerciais, exerce, ele próprio uma pressão sobre todos os outros campos, enquanto estrutura. Esse efeito estrutural, objetivo, anônimo, invisível, nada tem a ver com o que se vê diretamente, com o que se denuncia comumente (BOURDIEU, 1997: 77).

Em outras palavras, Bourdieu deixa claro que o campo jornalístico impõe sobre os diferentes campos de produção cultural um conjunto de efeitos que estão ligados, em sua forma e sua eficácia, à sua estrutura própria, isto é, à distribuição dos diferentes jornais e jornalistas segundo sua autonomia com relação às forças externas, as do mercado dos leitores e as do mercado dos anunciantes. O autor também destaca a importância dada ao *furo jornalístico* na produção permanentemente renovada da notícia.

Na lógica específica de um campo orientado para a produção desse bem altamente perecível que são as *notícias*, a concorrência pela clientela tende a tomar a forma de uma concorrência pela prioridade, isto é, pelas notícias mais novas (o *furo*) – e isso tanto mais, evidentemente, quanto se está mais próximo do pólo comercial... Inscrita na estrutura e nos mecanismos de campo, a concorrência pela prioridade atrai e favorece os agentes dotados de disposições profissionais que tendem a colocar toda a prática jornalística sob o signo da velocidade (ou da precipitação) e da renovação permanente (BOURDIEU, 1997: 106-7).

Halimi (1998), um autor que se confraterniza com Bourdieu, numa análise mordaz da atuação dos jornalistas franceses e sua convivência ao poder estatal, resume a situação da seguinte forma:

Meios de comunicação de massa cada vez mais presentes, jornalistas cada vez mais dóceis, uma informação cada vez mais medíocre. Ainda durante muito tempo, o desejo de transformação social há de continuar a esbarrar nesse obstáculo. [...] Limitando-se a encontrar “decididores”, pervertendo-se numa sociedade regida pelos cerimoniais de corte e voltada para os interesses do dinheiro, transformando-se em máquina de propaganda do pensamento atrelado à economia de mercado, o jornalismo confinou-se

numa classe e numa casta. Perdeu leitores e seu crédito. Favoreceu o empobrecimento do debate público (HALIMI, 1998: 149-50).

Berger (1998: 37) coloca que é necessário a aprovação do anunciante e a apreciação do leitor para completar o círculo que ajuda a definir a noticiabilidade e, assim, a natureza da imprensa. “A questão para um editor é: o que há de novo no mundo hoje que ‘caiba’ no meu jornal, que conquiste leitores e não se confronte com os que o sustentam economicamente”.

Para Berger, o jornalismo não representa o real, mas o constrói pela linguagem, obedecendo a uma “gramática de produção” própria do contexto e da instituição na qual ele (o discurso) é produzido:

[...] Como todo discurso, mas de modo ainda mais evidente, o jornalístico carrega uma tensão entre o texto e o contexto, ou seja, o sujeito jornalista convive em tensão com suas fontes, com a empresa jornalística e com os leitores, confirmando que as condições incluem a produção, a circulação e o reconhecimento e que, estas, formatam o modo de dizer as coisas do mundo. Tais condições acham-se, portanto, não do lado de fora do texto, mas, absolutamente inserida nele (BERGER, 1998: 127-8).

Apropriando-se de Debord²², Silva (2001: 21) também considera que nos encontramos em uma sociedade do espetáculo. Silva deixa claro a supremacia do editor na publicação da notícia, que pensa como o suposto leitor e está disposto a “abdicar das suas idéias para pôr-se no lugar do consumidor”. Afinal, na avaliação da noticiabilidade, é propriedade intelectual do editor a seguinte frase consensual: “Isto não interessa ao leitor”. E, completa, “o melhor editor é aquele que não tem uma só idéia própria e vive em sintonia com o leitor para o bem da empresa onde trabalha”.

²² Guy Debord lançou em Paris, em 1967, *A sociedade do espetáculo*. E, em 1988, publica *Comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Debord (2004a:13-5) defende que tudo na sociedade vira uma acumulação de espetáculos. “Tudo que era vivido diretamente tornou-se uma representação”. “O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens”. “Considerado em sua totalidade, o espetáculo é ao mesmo tempo o resultado e o projeto do modo de produção existente. Não é um suplemento do mundo real, uma decoração que lhe é acrescentada. É o âmago do irrealismo da sociedade real. Sob todas as suas formas particulares – informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto de divertimentos -, o espetáculo constitui o *modelo* atual da vida dominante na sociedade. É a afirmação da escolha *já feita* na produção, e o consumo que decorre dessa escolha”. Continua ainda Debord (2004b: 225 et seq.), “Espetáculo é o maior acontecimento produzido neste século, e também o que menos se tentou explicar”. “A instalação da dominação espetacular é uma transformação social tão profunda que mudou radicalmente a arte de governar”.

Silva questiona a busca pelo furo jornalístico e coloca que o furo “é uma glória do passado”. Fazendo uso constante da ironia e assumindo uma postura fatalista, Silva considera que “a técnica jornalística é tão apurada que os títulos saem iguais para júbilo dos profissionais”. Como conseqüência, nos encontramos em plena era da informação com a maioria da população brasileira desinformada e manipulada. Quanto à hierarquia na sala de redação, diz o autor, “O jornalismo funciona como um sistema de castas. Cada indivíduo deve aceitar o seu lugar na estrutura. Apenas os arrivistas poderão deslocar-se. A heresia nunca seria punida se servir para confirmar, por linhas tortas, o sistema” (p.31). Para Silva, o jornalismo brasileiro encontra-se na “era do roteiro”:

A opinião deve ficar a cargo dos eleitos. Não está em jogo a consistência da opinião de cada um, mas o fato de que apenas alguns têm direito de opinar, mesmo de forma disparatada, se for rentável e fortalecer a ideologia do rei. [...] Em todo caso, o melhor jornalista, para boa parte dos empresários, é aquele que traz dinheiro sem carregar complicações teóricas e opiniões polêmicas. Isso tem um nome: serviço. Cada vez mais, os jornais brasileiros encantam-se com o serviço, informação em estado puro, resumida, sintética, funcional, objetiva. O jornalismo entra na era do roteiro. Tudo para fazer a vontade do consumidor (SILVA, 2001: 32).

Configura-se então o que Silva denomina de “clip-jornalismo”, isto é, a circularidade da mídia na produção de notícias em torno de assuntos banais, vinculada à lógica do *fait divers* (que, entre outras acepções, significa “notícias de pouca importância”). Como exemplo paradigmático e caricatural do clip-jornalismo brasileiro, o autor satiriza a cobertura permanente da mídia de qualquer assunto ligado ao futebol²³, único evento em território nacional que não precisaria estimular o assédio midiático. O que leva o autor a concluir que “o jornalismo tornou-se a essência do conformismo e do pragmatismo ao final do século XX” (p.106).

Uma das principais características do jornalismo exercido atualmente no Brasil e praticado pela maioria da grande imprensa, segundo Abramo (2004), é a manipulação da informação. Abramo (2004: 23) afirma que a principal conseqüência dessa manipulação é que “os órgãos de imprensa não reflete a realidade”. Apesar

²³ A lógica da cobertura futebolística contraia todas as regras da “seriedade” jornalística. Segunda-feira: “Lesionado, Romário está fora da decisão do próximo domingo”. Terça-feira: “Romário tem ligeira melhora, mas não deve jogar”. Quarta-feira: “Romário pode ser a surpresa do clássico”. Quinta-feira: “Médicos descartam possibilidade de Romário jogar”. Sexta-feira: “Romário ainda sonha com a decisão”. Sábado: “Romário faz tratamento intensivo”. Domingo: “Romário concentrou” (SILVA, 2001: 42).

de ter relação com a realidade, esta relação é indireta e distorcida. Numa frase que poderia inadvertidamente ser identificada como sendo da autoria de Debord, Abramo (2004: 23-4) assim se manifesta:

Tudo se passa como se a imprensa se referisse à realidade apenas para apresentar *outra realidade*, irreal, que é a contrafação da realidade real. É uma realidade *artificial, não-real, irreal*, criada e desenvolvida pela imprensa e apresentada *no lugar* da realidade real. A relação entre a imprensa e a realidade é parecida com aquela entre um espelho deformado e um objeto que ele aparentemente reflete: a imagem do espelho tem algo a ver com o objeto, mas não só não é o objeto como também não é a sua imagem; é a imagem de outro objeto que não corresponde ao objeto real.

Abramo (2004: 25), contudo, adverte que a manipulação da imprensa não se refere a todo o material publicado. Pois, se assim fosse, “o fenômeno seria autodesmistificador e autodestruidor por si mesmo, e sua importância seria extremamente reduzida ou quase insignificante”. Também não ocorre apenas uma vez ou outra, numa ou noutra matéria de um ou outro veículo de comunicação, porque assim “os efeitos seriam igualmente nulos e insignificantes”. Para o autor, “a gravidade do fenômeno decorre do fato de que ele marca a essência do procedimento geral do conjunto da produção cotidiana da imprensa”. Tal procedimento geral é descrito por ele como “*padrões de manipulação* observáveis na produção jornalística”. Para Abramo (2004: 25),

[...] os *padrões* devem ser tomados como padrões, isto é, como tipos ou modelos de manipulação, em torno dos quais gira, com maior ou menor grau de aproximação ou distanciamento, a maioria das matérias da produção jornalística.

O autor então distingue quatro padrões de manipulação gerais para toda a imprensa e um específico para o telejornalismo: 1) *padrão de ocultação* – opera-se nas preliminares da busca de informação, na formatação da pauta e se refere à ausência e à presença dos fatos reais na produção da imprensa. É imprescindível para a compreensão do processo de construção da noticiabilidade no fazer jornalístico. Assim, diz Abramo (2004: 26),

A ocultação do real está intimamente ligada àquilo que freqüentemente se chama de *fato jornalístico*. A concepção predominante – mesmo quando não explícita – entre empresários e empregados de órgãos de comunicação sobre o tema é a de que existem *fatos jornalísticos* e *fatos não-jornalísticos* e que, portanto, à imprensa cabe cobrir e expor os fatos jornalísticos e deixar de lado os não-jornalísticos. Evidentemente, essa concepção acaba por funcionar, na prática, como uma racionalização *a posteriori* do *padrão de ocultação* na manipulação do real.

2) *Padrão de fragmentação* – uma vez eliminados os fatos não-jornalísticos, a imprensa apresentará uma realidade fragmentada “em milhões de minúsculos fatos particularizados, na maior parte dos casos desconectados entre si”. O padrão de fragmentação se efetua pela aplicação de duas operações básicas: a seleção de aspectos ou particularidades do fato e a descontextualização.

3) *Padrão da inversão* – momento de edição da matéria, em que os fatos já fragmentados em aspectos particulares e descontextualizados sofrem “o reordenamento das partes, a troca de lugares e de importância dessas partes”. Há várias formas de inversão, podendo ser usadas numa mesma matéria. O autor, inclusive, considera que “em quase todas as matérias ocorre uma ou outra inversão”. E elas podem ser classificadas como: inversão da relevância dos aspectos; inversão da forma pelo conteúdo; inversão da versão pelo fato; e inversão da opinião pela informação.

[...] o fato é apresentado ao leitor arbitrariamente e escolhido dentro da realidade, fragmentado no seu interior, com seus aspectos correspondentes selecionados e descontextualizados, reordenados invertidamente quanto a sua relevância, seu papel e seu significado, e, ainda mais, tendo suas partes reais substituídas por versões opiniáticas dessa mesma realidade. O jornalismo, assim, não reflete nem a realidade nem essa específica parte da realidade que é a opinião pública ou de seu público (ABRAMO, 2004: 32).

4) *Padrão de indução* – apresentação final da matéria, é o resultado da combinação de outros padrões de manipulação dos vários órgãos de comunicação com que o leitor tem contato. Na opinião de Abramo (2004: 34),

A indução se manifesta pelo reordenamento ou pela recontextualização dos fragmentos da realidade, pelo subtexto – aquilo que é dito sem ser falado – da diagramação e da programação, das manchetes e notícias, dos

comentários, dos sons e das imagens, pela presença/ausência de temas, segmentos do real, de grupos da sociedade e de personagens.

5) *Padrão global* ou o *padrão específico do jornalismo de rádio e televisão* – além de passar pelos padrões anteriores de manipulação, o jornalismo de radiodifusão (televisão e rádio) apresenta um específico. O termo global é utilizado pelo autor como sinônimo de total, completo. Este padrão se divide em três momentos básicos, “como se fossem atos de um espetáculo”. Diante de um fato de caráter coletivo, os meios de radiodifusão comumente seguem a seguinte ordem de apresentação: Primeiro Ato – *exposição dos fatos* - “o fato é apresentado sob os seus ângulos menos racionais, mais emocionais, mais espetaculares e mais sensacionalistas”; Segundo Ato – *a sociedade fala* - são mostrados detalhes dos personagens envolvidos. “Eles apresentam seus testemunhos, suas dores e alegrias, seus apoios e suas críticas, suas queixas e propostas”; e o Terceiro Ato – *a autoridade resolve* – são anunciadas as providências necessárias, as soluções já tomadas ou prestes a serem tomadas. Contudo, adverte o autor,

É claro que pode haver variações, ampliação ou redução de momentos, maior ou menor amplitude de fatos, versões e opiniões diferenciadas, mas a maior parte do noticiário de TV segue esse padrão global. E, freqüentemente, ao Terceiro Ato – o da *autoridade resolve* – segue-se um *epílogo*, em que a própria emissora, por seu apresentador ou comentarista, *reforça o papel resolutório, tranqüilizador e alienante da autoridade* ou a substitui ou contesta quando a mensagem da autoridade não é suficientemente controladora da opinião pública (ABRAMO, 2004: 36).

Difícil discordar dos autores quando trazem a necessidade de se buscar uma menor parcialidade no tratamento da notícia através da democratização dos meios de comunicação. Contudo, fica a questão sobre ser possível ou não alcançar tal democratização mantendo-se a estrutura político-econômica vigente até então. Abramo, ao discutir a relação entre objetividade e subjetividade e os princípios da imparcialidade, neutralidade e isenção no jornalismo brasileiro segue um caminho diverso e lança as seguintes questões:

Na medida em que o jornalismo tem de tratar do mundo real, “natural” ou “histórico”, e que esse mundo real é repleto de contradições reais, de conflitos, de antagonismos e de lutas, o que significa realmente *ser neutro*,

imparcial ou isento? “Neutro” a favor de quem, num conflito de classes? “Imparcial” contra quem, diante de uma greve, da votação de uma Constituição? “Isento” para que lado, num desastre atômico ou num escândalo administrativo? (ABRAMO, 2004: 38).

Assim, Abramo (2004: 38) irá considerar que o jornalismo, “ao contrário que muitos preconizam, *deve ser não-neutro, não-imparcial e não-isento* diante dos fatos da realidade”. O veículo de comunicação deve orientar seus leitores e espectadores como formadores de opinião, auxiliando-os “na tomada de posição e na ação concreta como seres humanos e cidadãos”. Contudo, adverte o autor, no tratamento dos fatos jornalísticos é necessário situar o debate a respeito do conceito de objetividade e sua gradação em direção à subjetividade. Como princípio fundamental, argumenta que é possível buscar a objetividade aproximando-se ao máximo dela. Não da *falsa objetividade*, que se restringe “aos aspectos meramente aparentes e quantificáveis da realidade”, como se toda a realidade fosse mensurável ou redutível a números. A busca pela objetividade se encerra no campo do conhecimento e, neste sentido, afirma Abramo (2004: 41),

O reino da *objetividade* é a informação, a notícia, a cobertura, a reportagem, a análise, assim como o reino da *tomada de posição* era a opinião, o comentário, o artigo, o editorial. É fundamental separar e distinguir informação de opinião, indicar as diferenças de conteúdo e forma dos gêneros jornalísticos, e apresentar toda a produção jornalística ao leitor/telespectador de forma que ele perceba imediatamente o que é exposição da realidade e o que é ajuizamento de valor.

Parece que Abramo acaba por revelar a outra face da mesma moeda. No entanto, a questão ainda permanece: até onde é possível tal dimensão de não-isenção e objetividade, mesmo enquanto conhecimento, na produção jornalística capitalista? De qualquer sorte, cabe acrescentar que, apesar do tom panfletário²⁴ com que Abramo defende suas idéias, seus argumentos se encaixam com precisão no que foi proposto neste momento do trabalho. Ou seja, a compreensão de que o processo de construção da notícia, da noticiabilidade de um evento passa necessariamente pelo crivo daqueles que compõem a sala de redação. Acreditamos

²⁴ Esta observação faz-se necessária apenas por empreender uma análise do texto nos moldes acadêmicos, aos quais este trabalho deve obedecer. Deixo claro que o caráter panfletário é inevitável num texto de denúncia e que este aspecto é bastante coerente com o ser político militante de significativo reconhecimento que foi Perseu Abramo.

que a distinção entre fatos jornalísticos e fatos não-jornalísticos, a fragmentação do fato noticioso e sua conseqüente descontextualização, a inversão em seus múltiplos aspectos e a tentativa de indução do leitor/telespectador empreendidos pelos meios de comunicação, além dos atos espetaculares comum ao telejornalismo, como demonstra Abramo, compõem indubitavelmente a produção do jornalismo de notícia no cenário midiático brasileiro.

3.3 MÍDIA E MOVIMENTOS SOCIAIS

A discussão em torno do tema é recente e não há ainda produções locais específicas que tratem do assunto de forma abrangente. Pode-se, sem dúvida, consultar trabalhos que analisam a relação entre Mídia e MST (vide o capítulo III desta Dissertação) ou a utilização dos aparatos midiáticos pelo EZLN²⁵ (RUBIM, 1996; ORTIZ, 2005), para citar dois exemplos paradigmáticos. Câmara (2003: 1), por exemplo, faz a seguinte consideração:

Os estudos sociológicos sobre o papel da imprensa na divulgação dos movimentos sociais é bastante recente, deriva inclusive da mudança de comportamento da grande imprensa em nível internacional nas duas últimas décadas do século XX, que após longo período enquadrando os movimentos sociais nos seus noticiários vinculados a eventos rotineiros perturbadores da ordem (desordem urbana, crimes etc.), ou ao noticiário econômico e político, descobre nos mesmos uma fonte de informações e material para construção de um imaginário jornalístico mais rico do que aquele produzido até então. Dessa forma, desde os movimentos denominados estritamente como "classistas" (movimento sindical) ou aqueles que abarcam novas temáticas e reivindicações por direitos sociais, luta pela terra, preservação do meio ambiente etc., se tornaram objetos particulares de interesse jornalístico.

Compreendendo estes e outros trabalhos que foram realizados sobre mídia e movimentos sociais a partir da década de 80, principalmente no Reino Unido e na

²⁵ O Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) é formado principalmente por indígenas camponeses e surgiu em 01 de janeiro de 1994 no estado de Chiapas, México. O EZLN ganha destaque e projeção mundial principalmente com a utilização da internet.

França, e no Brasil a partir da década de 90, Marambaia (2002: 48-9) destaca alguns aspectos importantes, tais como:

[...] a interação entre os movimentos sociais e a mídia – particularmente como a imagem que a mídia constrói dos movimentos sociais pode influenciar no próprio destino do movimento divulgado; a inadequação das categorias jornalísticas, forjadas na produção do jornalismo político e do jornalismo econômico, para reconstituir os movimentos sociais; as imagens preconcebidas da imprensa a cerca dos movimentos sociais, o que leva, muitas vezes, os jornalistas a não realizarem investigações efetivas dos movimentos, limitando-se a divulgar clichês ou mesmo a pressupor qual será a trajetória dos movimentos.

Neveu (1999), sociólogo francês dedicado ao estudo do tema, critica tanto a perspectiva europeia da teoria dos “Novos Movimentos Sociais”, por ter focalizado a atenção mais nas questões relativas a valores, às identidades coletivas dos grupos mobilizados, à natureza das reivindicações e menos em relação à mídia ou aos poderes públicos; quanto a teoria americana da mobilização de recursos, por concentrar a discussão a partir das condições estruturais de possibilidade de mobilização. Para Neveu ambas as correntes teóricas desconsideram a importância da relação mídia/movimentos sociais.

Em seu texto, Neveu destaca a importância de trabalhos pioneiros como de Ted Gitlin, que elaborou um estudo sobre a influência da mídia no percurso dos SDS (*Students for a Democratic Society*)²⁶; de Patrick Champagne sobre o modo como alguns grupos mobilizados franceses lidavam com os meios de comunicação²⁷; e de William Ganson que pesquisou o efeito da relação entre mídia e movimentos sociais a partir da aplicação de *survey*²⁸. Para Neveu, é necessário que as pesquisas sobre a relação mídia e movimentos sociais seja realizada partir do que ele denomina de

²⁶ Grupo de estudantes de esquerda radical surgido nos campus universitários americanos na década de 1960, ganha visibilidade midiática a partir de protestos contra a Guerra do Vietnã. Com a projeção alcançada, o grupo sofre alterações significativas em sua estrutura (o número de membros passa de 600 para 10 000 em dois anos). A difusão midiática altera a organização que forma novos líderes vinculados à espetacularização, as ações do movimento passam a ter caráter de radicalidade midiática, contribuindo para sua desqualificação por parte da própria mídia que originalmente o atraiu.

²⁷ Champagne analisou, por exemplo, a manifestação nacional de camponeses ocorrida em Paris, em março de 1982. Ele constatou a banalização das estratégias utilizadas para captação das atenções midiáticas, que acabaram por desqualificar as ações de protestos, ganhando projeção negativa por caracterizar os camponeses como baderneiros e violentos.

²⁸ Ganson em 1989, realizou pesquisa sobre a opinião pública americana a respeito dos discursos relativos à energia nuclear entre 1945-1980. Segundo Neveu, Ganson construiu um quadro interpretativo “associado a uma série de panóplas” (quadros interpretativos) e, a partir deste método, analisou os acidentes nucleares e a sua repercussão em termos de mobilização social e veiculação midiática.

“sistema de interdependências fluídas”, ou seja, a partir de múltiplos aspectos interativos. Pois, deste modo, seria possível identificar com nitidez fatores preponderantes como: a correlação entre jornalistas identificados com a luta social e os que se posicionam contra os movimentos²⁹; a rede de protagonistas; a territorialização dos processos de mediatização; e a rede de operadores.

A breve referência feita acima sobre estudos sociológicos voltados para a prática dos movimentos sociais na Europa e Estados Unidos dão conta de um campo de estudos que se firma desde os anos 1980. Por outro lado, as categorias de análise criadas para interpretar as relações mídia e movimentos sociais ultrapassam aquele limite geográfico e são úteis para analisarmos como ocorre esta relação no Brasil.

Para Gohn (2000), é necessário entender a mídia como uma das principais estratégias de construção de ações coletivas dos movimentos sociais. Significa também, segundo a autora, a possibilidade de compreender as motivações que levam os indivíduos a participarem ou não dos movimentos. Assim como, nos possibilita captar o campo de força social de um movimento. Por outro lado, parece-nos que há uma sobrevalorização do papel da mídia na reflexão da autora ao considerar que, no atual contexto sociopolítico,

[...] a força e a expressividade de um movimento são dadas – mais pelas imagens e representações que eles conseguem reproduzir e transmitir via mídia do que pelas conquistas, vitórias ou derrotas que acumulam (GOHN, 2000: 23).

Entrando no mundo virtual, as lutas sociais se potencializam e passam a atuar em redes que ultrapassam as fronteiras locais e nacionais. Contudo e com razão, adverte Gohn (2000:23),

A mídia tem retratado os movimentos segundo certos parâmetros político-ideológicos dados pela rede de relações a que está articulada. Os interesses políticos e econômicos formatam as considerações e as análises que configuram a apresentação das informações, denotando um processo onde a notícia é construída como mensagem para formar uma opinião

²⁹ Na França há uma particularidade no jornalismo diário, pois, este há décadas pratica o jornalismo social, dedicando uma seção à divulgação de fatos relativos às questões cotidianas de comunidades e grupos sociais.

pública sobre o acontecimento, junto ao público consumidor, e não para informar este mesmo público.

É importante salientar, no entanto, que a relação mídia e movimentos sociais é marcada pela ambigüidade. De um lado os movimentos precisam da presença da mídia para serem noticiados, a fim de divulgarem suas reivindicações e até mesmo suas plataformas de luta. Por outro lado, como destaca Câmara (2003), os movimentos sabem que a imprensa tem o monopólio da informação e o exerce no processo de fabricação da notícia, e a sua veiculação poderá contribuir tanto para conquistar novas simpatias, como para se estabelecer exatamente o contrário, ou seja, a aversão da população. Tal afirmação pode ser resumida da seguinte forma:

Contrariando a sua definição ideológica de relatar a realidade imediata, a imprensa o divulga, recria e reinventa os fatos relativos aos movimentos sociais, adquirindo o caráter de um falso sujeito social. Isto ocorre, pois ao revelar certos aspectos das lutas sociais, outros são ocultados; ao acentuar determinados ângulos da informação outros são suprimidos em função tanto de interesses mercadológicos quanto de compromissos políticos dos proprietários dos meios midiáticos... No entanto, é disseminada a prática de construir-se imagens de movimentos sociais que não correspondem à imagem que eles fazem de si mesmos e que podem contribuir, inclusive, na mudança de rumos (CÂMARA, 2003: 1).

Neste sentido, cabe registrar também a observação feita por Arbex Júnior (2006: 149) de que o jornalismo moderno brasileiro, desde a sua origem, sempre foi marcado “por uma demonstração explícita de hostilidade para com as organizações populares”. Ele cita a revolta de Canudos no interior da Bahia, liderada por Antônio Conselheiro, como “o primeiro grande evento nacional para cuja cobertura foram enviados correspondentes dos grandes jornais da época”.

Inúmeros livros, estudos acadêmicos, documentos e textos apresentados em debates e simpósios nacionais e internacionais demonstram exaustivamente que Conselheiro e sua comunidade foram vítimas de uma imensa e cruel intriga fabricada pela mídia, que serviu para justificar e encobrir o massacre praticado pelo Exército nacional. A mídia da época – isto é, o jornalismo impresso, então o principal meio de difusão de notícia – silenciou sobre a imensa crueldade demonstrada por oficiais e soldados (ARBEX JÚNIOR, 2006: 150).

Sem dúvida, ampliar a discussão em torno do embate mídia e movimentos sociais possibilitará aos estudiosos afins uma melhor compreensão da dinâmica interna desta relação marcada por contradições e ambigüidades. Parece ficar claro que a mídia, apesar de exercer um papel fundamental na manutenção da ordem vigente, possui importância na própria constituição dos movimentos, ao tempo em que os movimentos buscam se afirmar contrapondo-se ao estabelecido e, paradoxalmente, tornando-se visíveis pelas lentes e letras midiáticas.

4 O MST NA (DA) MÍDIA

Mendonça (2005), ao analisar 300 artigos que citam o MST nos jornais Folha de São Paulo, O Globo, O Estado de São Paulo e Jornal do Brasil, no período compreendido entre 20 de abril e 20 de agosto de 1999, constatou que a imagem criada do MST pela imprensa, transforma os membros do Movimento em indivíduos agressivos, guerrilheiros potenciais obcecados pela tomada do poder com violência. Em contraposição, os policiais são postos como defensores da ordem. Já o governo, por sua vez, aparece como o agente negociador, que apóia e investe grandes recursos na reforma agrária.

Guareschi e outros (2000) analisaram o tema MST em um programa matinal diário apresentado por Rogério Mendelski na Rádio Gaúcha da Rede Brasil Sul de Comunicações (RBS), sucursal da Rede Globo, entre 1995 e 1998. A lógica do programa baseia-se em discutir as matérias publicadas no jornal Zero Hora pertencente à mesma rede. Os autores, a partir do discurso do narrador, destacam elementos analíticos de desqualificação associados ao MST, como: movimento de guerrilha, aspecto político-ideológico negativo; ilegalidade (membros como delinqüentes); relações de gênero reificadas e paternalistas; movimento anti-ecológico; os Sem Terras são vistos como gentinha infeliz; e os seus líderes como promotores de invasão; por fim os autores destacaram que o comportamento dos membros do Movimento é identificado como anti-religioso e perigoso.

Para Guareschi e outros (2000), a representação social do MST, tomada a partir desse programa, transforma a ocupação em invasão, nesta última acepção prevaleceriam a violência, a delinqüência, a barbárie e o caos como centro catalisador da imagem do movimento. Pressupõe-se também que o MST partirá do campo para a cidade com o intuito de tomar o poder pela força. Isto ocorreria também com a expropriação dos bens pessoais através de assaltos, invasão das casas e carros roubados, pois, este seria o percurso esperado por um movimento composto por delinqüentes e baderneiros.

Fontes (2001) analisou as citações sobre o MST em 19 reportagens da revista VEJA entre dezembro de 1996 e outubro de 2000 e observou os seguintes aspectos:

- 1) Uma certa má-vontade ou antipatia por parte do semanário em retratar o MST, que, geralmente, constrói suas reportagens a partir dos casos extremos, circunstanciais e fragmentados, emoldurados em sensacionalismo ou espetacularidade;
- 2) Parcialidade do enfoque, com formação de uma imagem agressiva e violenta do movimento;
- 3) Patrulhamento ideológico, onde o MST é apresentado de forma caricata com o propósito de satirizar, descaracterizando os militantes em arruaceiros e baderneiros;
- 4) Vigilância pedagógica na conjunção de forças políticas à esquerda;
- 5) Deslocamento temporal, situando o MST como historicamente retardatário;
- 6) Projeto ético-finalístico com a implantação do regime socialista no Brasil;
- 7) Força pública como ordeira, democrática e submissa à lei.

Para Fontes a imagem do MST veiculada por VEJA pode ser caracterizada como negativa, estereotipada, permeada por juízos de valor; um movimento social que, entre o grotesco e o bizarro, atua por além dos limites da lei e sob o apelo da violência. Assim como, constatou que o periódico não insere o MST em um contexto mais amplo, ausentando-se de seu noticiário análises sobre questões conjunturais e estruturais.

Saliente-se que a revista VEJA apresenta uma singularidade que a diferencia dos demais meios de comunicação aqui analisados. O seu projeto editorial é vinculado organicamente ao Estado. Ou seja, VEJA posiciona-se abertamente a favor do estabelecido e é contrária a qualquer movimento de contestação, a qualquer possibilidade de transformação da realidade social.³⁰ Em uma perspectiva de classe, a revista VEJA pode ser descrita como o instrumento de persuasão e transmissão dos ideais burgueses, por excelência.

Souza (2004) pesquisou o conteúdo de 32 reportagens da revista VEJA sobre o MST entre setembro de 1995 e abril de 2001. Para este autor o discurso de VEJA sobre o MST não é uniforme e se transforma durante o período pesquisado. Souza constatou que há uma mudança de discurso que vai desde o *silêncio* à *satanização*, passando pela *cooptação* e tentativa de *divisão*.

³⁰ Os demais órgãos de imprensa também devem à ordem, no entanto nenhum deles assume de modo explícito a defesa do Estado, tal como o faz a revista VEJA.

O *silêncio* caracteriza a primeira fase na relação entre VEJA e o MST e dura até o segundo semestre de 1995, momento em que ocorrem o III Congresso do MST em Julho e o Massacre de Corumbiara em setembro³¹.

Com a *cooptação*, entendida “como a tentativa de atração feita pelo governo com o intuito de trazer o MST para o arco de alianças que o sustentam”, VEJA, atuando enquanto aparelho ideológico do Estado, teria a intenção de “neutralizar o potencial de contestação do movimento, reconhecendo suas demandas”. O governo, por sua parte, “cederia em algumas questões pontuais, sem, no entanto, intervir de forma radical na estrutura fundiária” (SOUZA, 2004: 65). O marco fundamental que delimitaria o início desta fase seria a grande marcha à Brasília em abril de 1997.

Para Souza, é constante a presença de termos que remetem à idéia de indigência. O objetivo é apresentar ao leitor pessoas que não têm recursos nem para zelar pelas condições de higiene, menos ainda para se inserir na sociedade de consumo usufruída pelo leitor médio de VEJA.

Mas aqui não se trata de apenas fomentar o estranhamento entre um Brasil e outro. A intenção é estimular o sentimento de misericórdia. Por isso, apesar de serem chamados de *pobres, miseráveis, desvalidos e sujos*, o leitor ao mesmo tempo é lembrado que os sem-terra também são *agricultores, lavradores, brasileiros, cidadãos* e, quando sofrem morte violenta, não raro são *mártires*. Estão *desempregados* por uma contingência qualquer, mas a referência às *mãos calosas*, como metonímia daquele que exerce serviços braçais, não nega que são trabalhadores (SOUZA, 2004: 79).

Como a *cooptação* não produziu resultados satisfatórios, passou a ser necessário isolar o Movimento para que ele não ganhasse ainda mais força, assim se caracteriza a fase de *divisão*. A divisão, afirma Souza, se dá tanto externa – jogando o MST contra os seus aliados, quanto internamente.

Já na fase de *satanização*, analisa Souza (2004: 98):

³¹ O Massacre de Corumbiara/RO com 15 mortes, nove desaparecidos e mais de uma centena de feridos serviu como claro aviso que a luta pela terra não podia mais ser ignorada. No entanto, as vítimas não eram membros do MST e sim do Movimento Camponês de Corumbiara (MCC).

Como o MST não cedeu nem à cooptação, nem à tentativa de divisão. Pelo contrário, acirrou ainda mais suas ações no campo, ao mesmo tempo em que passou a praticar a invasão de prédios públicos a fim de forçar a liberação de verbas para plantio e investimentos de infra-estrutura mínima. Restou apenas a repressão aberta.

VEJA insiste na utilização do termo *invasão*, adotada inclusive por quase todos os meios de comunicação. O MST nunca usa essa palavra, prefere *ocupação*.

[...] se houve uma ocupação fica subentendido que a terra não estava ocupada. No universo agrário isso pode significar que a terra é improdutiva e só servia para fins de especulação imobiliária... A palavra invasão carrega em si uma certa idéia de agressão. Invade-se o que é alheio, o que pertence ao outro. Os que invadem são sempre hostis (SOUZA, 2004: 129).

Souza observa que a revista não busca as causas do Movimento Sem Terra e combate todas as suas ações políticas, vistas como negativas e antidemocráticas. Assim como, a revista reproduz o discurso da ideologia dominante e defende a ordem. A sua postura contrária ao MST estaria vinculada ao fato deste manter-se fiel aos seus princípios de luta pelo acesso à terra. A revista classifica essa luta como anacrônica e busca satanizar o movimento. Para isso utiliza-se de um discurso cuidadoso, utilizando as palavras chaves e construindo “uma macro-elaboração do discurso para melhor fixação na mente do receptor”. Por fim, acrescenta Souza (2004: 140), “a estruturação do discurso da notícia reflete as disparidades da sociedade em que vivemos, sua divisão em classes sociais e os conflitos decorrentes das relações entre elas”.

Schwengber (2005) apurou todos os fatos que se referiam ao MST a partir de dois jornais do Mato Grosso do Sul: O Progresso e o Correio do Estado, sendo constatadas, entre 1995 e 2000, 646 referências. A autora evidencia que os jornais pautaram-se pelos seguintes fatos relacionados ao MST: ações do movimento; ações do governo; ações dos movimentos organizados contrários às ações do MST; ações da polícia nos acampamentos e nos atos públicos do MST; intriga ou aproximação entre o MST e outros movimentos sociais de luta pela terra; morte violenta de líderes sem-terra; estatísticas sobre número de acampamentos; acusações mútuas entre representantes do governo e líderes do MST e entre

fazendeiros organizados em associações de classe e líderes do MST; e opiniões de outros grupos sobre o MST, como políticos, comerciantes, professores e a própria população local.

Uma vez identificado que os jornais qualificavam o MST dos seguintes modos: baderneiro, comunista, corrupto, criminoso, guerrilheiro, ilegal, ilegítimo, justo, ladrão, organizado, pacífico, perigoso, político, revolucionário, socialista e violento, Schwengber (2005: 91-2) pôde construir sua análise pautando-se em três grandes conjuntos de valores: os legais, os morais e os políticos. Os valores legais estão de acordo com a concepção de lei jurídica (ocupação de propriedade privada, desvio de dinheiro público, porte ilegal de arma e desacato à autoridade). Os morais referem-se às regras, às normas, aos “valores e motivações que governam o agir e a conduta humana” (violentos e baderneiros). Os valores políticos, por sua vez, constituem “o governo dos homens e a administração das coisas” (aspectos ideológicos, pressão política, organização do movimento).

Assim, Schwengber afirma que ambos os jornais constroem representações negativas do MST, sendo o valor legal preponderante pelo fato da propriedade privada da terra possuir significativo valor estratégico e simbólico em nossa sociedade. A autora conclui com a constatação de que o MST é veiculado de modo recorrente pelos jornais como um grupo de invasores violentos, perigosos e ameaçadores da ordem; e de que há uma priorização de declarações da polícia ou do governo em detrimento de depoimentos dos sem-terra, de modo que a questão social é tratada como caso de polícia, deslegitimando assim as ações políticas do MST.

Aldé e Lattman-Weltman (2006) fizeram um levantamento da inserção do MST em dois telejornais brasileiros: o Jornal Nacional (JN) da Rede Globo de Televisão e o TJ Brasil (TJ) do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT). O escopo da pesquisa compreende 940 matérias veiculadas entre os dias 28 de julho e 2 de setembro de 1997, das quais 14 se referiam ao MST. Os autores partiram do que denominam de “enquadramento do conflito” e centraram a análise nos enquadramentos usados pelos telejornais para narrar os eventos envolvendo o MST, os fazendeiros e o governo, “os três protagonistas do drama em questão”.

Para Aldé e Lattman-Weltman, há diferenças entre os enquadramentos utilizados por cada um dos telejornais. Enquanto o TJ

[...] reforçava os elementos de violência, perigo, iminência de combate, confronto e hostilidade entre os adversários: eram enfatizados os elementos sensacionais do conflito, caracterizando o que chamaremos de um enquadramento dramático, com predomínio de um enfoque extremamente polarizado dos adversários (2006: 3).

O JN, sem abandonar também estes elementos,

[...] assumia um papel moralista em relação ao movimento, arvorando-se em juiz e dando elementos para apelos à lei e à ordem: lamentava, assim, a invasão de terras produtivas, a irracionalidade e irresponsabilidade dos sem-terra, o mau uso da terra distribuída e advogava a viabilidade de outras formas, pacíficas, para solução do problema da terra (2006: 3-4).

Os autores classificaram esse último procedimento como “enquadramento moralista”. Os autores também observaram que ambos os telejornais, contudo, desqualificam a atuação política do MST frente às autoridades constituídas, por considerarem que o Movimento, ao fazer uso da violência, desrespeitaria o direito à propriedade e, além disso, praticaria ações radicais. Concluem então afirmando que, no enquadramento realizado por ambos os telejornais, os membros do MST seriam irracionais e incapazes de garantir o uso adequado da terra por eles ocupada. Apresentando, contudo, uma sutil diferença:

Enquanto, porém, o TJ reforçava os elementos de perigo, iminência de combate, confronto e polarização, num exemplo claro do que chamamos de enquadramento dramático, e ao julgar o MST assumia um tom crítico e moralista apenas em relação ao uso que este fazia da violência política, o JN assumia, além disso, um enquadramento racionalista em relação ao movimento, reproduzindo a postura oficial de deslegitimar politicamente o MST, negando a ele capacidade técnica e, portanto, autonomia, e retratando os sem-terra como violentos, irresponsáveis e pouco dignos de confiança (ALDÉ; LATTMAN-WELTMAN, 2006: 12).

Arbex Júnior (2006) aborda a relação mídia e MST a partir da veiculação de alguns acontecimentos pela Rede Globo de Televisão, pelos jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo e pela revista VEJA, a saber: a repercussão da telenovela *Rei do Gado*, entre junho de 1996 e fevereiro de 1997; a cobertura da ocupação da fazenda Córrego da Ponte no município de Buritis - Minas Gerais, de propriedade dos filhos do então presidente Fernando Henrique Cardoso, em março

de 2002; a possível associação entre o MST e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - Exército do Povo (Farc); e a vinculação entre o MST e o Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições presidenciais de 2002.

Quanto à telenovela, Arbex Júnior coloca que ali é apresentado o “MST de mentirinha”, pois, a novela “vende uma imagem irreal do MST”.

O MST “domesticado” da Rede Globo nada tem a ver com o movimento da vida real. Ora, cada nova ocupação de terra produzirá potencialmente, “decepção” no telespectador, que se sentirá traído quanto às suas expectativas de uma solução “harmônica” para o conflito. Nisso consiste o grande mérito dessa operação: ao dar visibilidade ao MST, contribui para ocultar ainda mais o verdadeiro drama diariamente vivido pelos integrantes do Movimento (2006: 155).

No episódio da ocupação, Arbex Júnior a define como “tragicômica” a “violenta campanha lançada contra o MST”. Um exemplo de “farsa” e “comédia”. Enquanto os ocupantes queriam chamar a atenção para a situação de miséria e fome em que se encontravam oitenta famílias de sem-terra, que viviam naquela região e que, há anos, esperavam por uma providência do governo federal. A mídia imediatamente os qualificou de “terroristas” e, como tais, merecedores de “punição exemplar”. Para Arbex Júnior,

O exemplo é trágico, por revelar a completa falta de escrúpulos de uma elite atrasada, anacrônica e divorciada da nação: o MST agrega cerca de 500 mil famílias de camponeses pobres, e deveria, por isso, merecer o mínimo de respeito por parte das autoridades do país,... e o exemplo é cômico, pelo contexto absurdo e ridículo em que uma acusação de tamanha gravidade foi lançada (2006: 159).

A partir de uma reportagem publicada pelo jornal O Estado de São Paulo em 29 de março de 2002, intitulada “Farc aconselham ação moderada aos sem-terra”, Arbex Júnior ressalta que o autor do artigo, Roberto Godoy, utiliza-se de um expediente “esperto” ao associar diretamente o MST ao grupo guerrilheiro Farc sem fazer acusações que não poderia comprovar, sugerindo, contudo, “que há uma espécie de ação coordenada entre o movimento social brasileiro e a guerrilha colombiana” (p.171). Assim, o autor denuncia:

A sugestão de associação entre as Farc e o MST é muito mais importante do que parece, e é, potencialmente, portadora de gravíssimas conseqüências. Ela remete, perigosamente, a uma estratégia desenvolvida por Washington para justificar a crescente intervenção militar na Amazônia (por intermédio do Plano Colômbia) e a ação cada vez mais ostensiva de agentes secretos estadunidenses na América Latina, incluindo o Brasil (o governo FHC autorizou a abertura de escritórios oficiais da CIA em território nacional!!) (2006: 172).

Para concluir, Arbex Júnior busca resumir qual a representação feita em torno do MST ao destacar o posicionamento da mídia nacional no sentido de demonstrar a vinculação “perigosa” entre o MST e o PT na campanha do então candidato à Presidência da República, Luís Inácio Lula da Silva, e a necessidade do rompimento deste vínculo para fins eleitorais.

Essa tentativa explicita o tom e o sentido global da campanha feita pela mídia em seu conjunto: trata-se de fabricar uma falsa oposição, um inexistente sentimento de antagonismo e atrito entre o MST e Lula. O objetivo da operação é óbvio: construir a imagem do MST como um movimento radical, imaturo, com o qual nem mesmo o governo Lula consegue negociar. Trata-se de isolar o MST, condenar os seus métodos de luta (ocupação de terras, mobilização de rua, debate permanente) e execrar o seu programa político (luta contra o imperialismo, defesa da reforma agrária, da soberania alimentar, da democracia em seu sentido mais pleno e profundo) (ARBEX JÚNIOR, 2006: 187-8).

Almeida (1998), por sua vez, analisa a inserção do MST na Rede Globo de Televisão a partir dos telejornais e da telenovela *Rei do Gado*, de autoria de Benedito Rui Barbosa, transmitida entre junho de 1996 e fevereiro de 1997. A análise de Almeida concentra-se no primeiro semestre de 1997, com destaque para a chegada em Brasília da primeira Marcha pela Reforma Agrária, Emprego e Justiça realizada pelo MST entre fevereiro e abril daquele ano.

Almeida, amparado em pesquisas de opinião realizadas desde o início da década de 60, destaca que a causa em torno da Reforma Agrária tem ampla aceitação na população brasileira. Assim, a correta utilização do espaço midiático na luta pela Reforma Agrária propicia a ampliação da aceitação popular e, conseqüentemente, sua articulação com o fortalecimento do Movimento.

É aqui que onde entra a luta social, colada ao mercado. Ou seja, quando uma luta social, política social ou cultural consegue uma determinada projeção, os mídia não podem deixar de tratar do assunto. [...] A novela *Rei do Gado* já era uma demonstração de derrota parcial do governo [FHC] e da Globo na questão, pois era uma prova indireta da aceitação popular a esta reivindicação. E os noticiários do dia 17 e 18 de abril, passaram a ser sua segunda derrota, pois lá estava a reforma falando pela própria voz, com camponeses de verdade, divulgando suas formas de luta e expondo seus símbolos. A novela pretendia apoiar uma Reforma Agrária sem sujeitos próprios mas, diante da força do movimento na sociedade, acabou ajudando a reforçá-lo e não a isolá-lo (ALMEIDA, 1998: 16).

O autor considera que “este processo mostrou que o mundo não se reduziu aos mídia e ao Estado”, assim como, “os mídia não são meros espelhos da sociedade, janela para o mundo, ou quarto poder: são espaços onde se gera, se ganha ou se perde poder”. Almeida destaca que “a luta social faz a mediação”, sendo significativo, no confronto entre mídia, Estado e MST, a ampliação do debate em torno da reforma agrária. E conclui afirmando que “não há milagres. Apenas o povo objeto agora é povo sujeito. O receptor é ator e emerge na sociedade: contra, com, apesar e através dos mídia. A reforma agrária no ar, também pode vir da terra”.

Marambaia (2002) pesquisou o MST a partir de dois jornais baianos: *A Tarde* e *Correio da Bahia*. O estudo compreendeu um total de 535 matérias relativas ao MST no período de 1997 a 2000. Marambaia (2002: 140) constatou, a partir das categorias ocupação, marchas e acampamentos, “como as principais ações do movimento são reconstruídas pela mídia escrita de modo contraditório revelando e ocultando, informando e estereotipando os fatos”. As informações transmitidas pelos dois jornais assemelham-se em sua formatação e mantêm-se “na esfera do senso comum, apresentando equívocos relativos tanto a elementos factuais quanto conceituais, e neste caso, subordinando-se às interpretações de caráter ideológico”.

Marambaia observou também que a imagem veiculada em torno do MST é espetacularizada, variando entre a dramatização e o sensacionalismo da notícia até a sua omissão; há uma incessante procura pelo novo, pelo furo jornalístico; e por fim estabelece-se uma contradição entre a revelação e a ocultação da notícia.

Desta forma, a pesquisa permitiu compreender que se a produção da notícia oculta certos aspectos particulares relativos às atividades realizadas pelo MST, por outro, também revela elementos que possibilitam a

reconstrução do movimento e de ações do Estado (MARAMBAIA, 2002: 142).

Gohn (2000) investigou o MST no cenário conjuntural brasileiro, entre 1997 e 2000, a partir dos jornais Folha de São Paulo e Estado de São Paulo e dos principais noticiários dos canais de televisão Globo, Bandeirantes, Cultura, Manchete e CNN. O foco principal de sua análise foram as grandes marchas realizadas pelo MST em direção à Brasília naquele período, assim como as manchetes em torno do julgamento do líder José Rainha.

Ao analisar a Marcha pela Reforma Agrária, Emprego e Justiça, realizada pelos sem-terra entre fevereiro e abril de 1997, Gohn afirma que a escolha daqueles espaços públicos objetivava forçar a mídia a dar destaque às ações e às reivindicações do MST. Ocupando-se lugares simbólicos-chaves e de visibilidade política nacional, a marcha ganhou a simpatia popular e foi considerada pela própria mídia como um marco histórico na luta pela Reforma Agrária no Brasil.

A política como espetáculo também teve sua estratégia no MST, num mundo globalizado pela mídia segundo notícias rápidas, espetaculares, de pouco conteúdo informativo e muitos efeitos visuais. O MST concentrou seus militantes de forma que suas bandeiras e bonés vermelhos formassem um todo compacto, transformando-se em instrumentos básicos da coreografia que as 'colunas' formavam. Ou seja, a estratégia de mobilização considerou como um dos pontos-chave as imagens a serem captadas pelas redes de televisão, que seriam transmitidas para todo o país, e, às vezes, para o exterior. Esta imagem criaria também uma identidade, plena de significados. Bastaria usar o boné do MST para ser um sem-terra (GOHN, 2000: 139-40).

Contudo, analisa Gohn, no decorrer das negociações com o Governo, o MST envolveu-se, via mídia, em uma série de polêmicas e perdeu a oportunidade de aproveitar a conjuntura de opinião pública favorável à causa dos sem-terra.

Mas a perda da oportunidade de politização do que ocorre no cotidiano do movimento não foi devido a destemperos e inabilidades de algumas de suas lideranças, como a mídia procurou demonstrar. Ela ocorreu devido a própria mídia, ao tipo de notícia que ela tem priorizado, de destaque aos bastidores mezinhos da política nacional, da espetacularização no tratamento de fatos menores, da eliminação de toda forma de notícia de caráter mais reflexivo. Certamente que, para explicar este comportamento, temos que considerar outros fatores como os interesses de elites e grupos econômicos

que são clientes dos jornais, nas propagandas de marketing comerciais que patrocinam ou promovem na mídia etc (2000: 146).

Diferente de 1997, as Marchas seguintes de 1998, 1999 e 2000 não receberam o mesmo tratamento pela mídia. Nestas, a mídia deu destaque às marchas apenas na véspera do próprio dia 17 de abril. Destacaram-se os aspectos jurídicos, a necessidade de punição dos culpados pelas mortes em Carajás, mas desqualificou-se o MST.

Gohn conclui considerando que “a relação MST/mídia tem sido confusa e contraditória”. Num primeiro momento, ela foi estratégica. Por isto, as grandes ocupações de terra eram “avisadas” à imprensa, para que fossem noticiadas. Mas, à medida que elas passaram a ocupar as manchetes diárias, a exposição excessiva passou a ter efeitos negativos. E o MST passou a ser utilizado, pela mídia, como elemento de geração do medo e da insegurança junto à opinião pública.

As manchetes dos jornais passaram a destacar apenas atos violentos ou de vandalismo, sempre atribuídos ao MST. O clima de caos social passou a ser associado, na mídia, ao MST, de forma que as políticas neoliberais excludentes e geradoras de desemprego passaram a ficar encobertas (GOHN, 2000: 158-9).

Com o objetivo de observar as razões e os modos de relacionamento de um movimento social com a imprensa e, da mesma forma, da imprensa com um movimento social, Berger (1998) apresentará um trabalho diferenciado de análise de como o MST percebe a mediação da informação na sua interlocução com o poder público. Ao mesmo tempo em que a mídia sabe que seu poder está na sua condição de mediação.

Nesta interação (sinuosa, sutil, não dita) ambos se vinculam mediante um “jogo de usos”. O MST precisa encenar suas reivindicações, torná-las fotografáveis e oferecer à imprensa os elementos de confirmação de sua natureza. A ela cabe contar o presente e quanto mais “expediente de real” tiver, maior será sua credibilidade (BERGER, 1998: 11).

Berger analisou 1.227 títulos de matérias sobre o MST veiculadas pelo jornal Zero Hora de Porto Alegre, entre 1990 e 1993, com o intuito de determinar

seqüências discursivas representativas do percurso das dezoito ocupações de terra ocorridas neste período em paralelo com o acontecimento da morte de um soldado em situação de conflito com o MST, registrada em 8 de agosto de 1990.

Aproximando-se de Debord, Berger constata que a ação do MST, ao ocupar um prédio público, pode ser assistida como um espetáculo teatral, onde a peça seria chamada de *O conflito previsto*. A estrutura é o teatro de rua, o cenário o prédio público e os grupos de personagens, que permanecem fixos, são os colonos, os militares e os jornalistas. Com esta tática, o Movimento pressiona o governo e, também, garante sua inclusão na pauta da mídia, o que a autora denomina de seleção de *primeiro grau*: entrar no circuito da informação, onde todos os passos foram cuidadosamente planejados com este fim.

A ocupação é a manifestação mais contundente dos sem-terra, pois indica para o governo que o Movimento conhece as áreas improdutivas, seleciona as de sua preferência e é capaz de mobilizar pessoas para lutar por elas. “Por outro lado, o MST sabe que uma *ocupação* é quase garantia de constar na mídia, pois a *invasão* passa pela seleção de primeiro grau – o critério de noticiabilidade – dos jornais” (BERGER, 1998: 156).

Berger também analisa a diferença semântica entre *ocupar* e *invadir*:

O enunciador ao optar por *invadir* faz a escolha de um signo que preserva o conceito de propriedade privada, em que o sujeito do enunciado encontra-se na ilegalidade e ao destinatário é oferecida uma pista de leitura em que a transgressão tem permissão para ser punida. Caso optasse por *ocupar*, ele estaria sustentado pelo conceito de propriedade social da terra e a ilegalidade se encontraria na ação da repressão (BERGER, 1998: 133).

Para a autora, o jornal Zero Hora conta as ações do MST seguindo um roteiro onde o repórter, ao descrever a cronologia dos acontecimentos, dá lugar às diversas vozes presentes, conferindo veracidade a seu relato; já os títulos e fotos inclinam o leitor a uma posição contrária ao Movimento enfatizando a visão da lei; enquanto os colunistas desabonam suas lutas e, como vimos, ironizam os componentes do Movimento. As posições não são apresentadas com argumentos que oponham o capitalismo ao socialismo e seus respectivos projetos em relação à propriedade da terra, esclarecendo o lugar da crítica e, assim, a opção por *invadir* ao invés de

ocupar. Ao contrário, as posições são construídas com artifícios da retórica da manipulação, que jogam o MST na ilegalidade ou no folclórico, ridicularizando-o e aos seus aliados.

O MST, por sua vez, sintetiza Berger (1998: 120):

[...] propõe um conflito político e, neste campo, é radical: não há conciliação com o poder. As posições saem de lugares opostos, pois a luta de classes marca o confronto. [...] O MST faz também um conflito institucional, quando dirige suas reivindicações a órgãos do governo que se destinam a cuidar dos problemas ligados à terra, como é o caso do Incra. Aqui a posição é de negociação. [...] O MST “encena” um conflito armado, confirmando assim sua radicalidade. [...] o conflito armado responde a uma tática de comunicação: ele é o conflito mais facilmente espetacularizado pelos meios audiovisuais.

A análise realizada por Berger parece demonstrar-nos o significado das relações de poder engendradas por disputas ideológicas que marcam o posicionamento dos respectivos sujeitos dentro do discurso midiático:

Enquanto na grande imprensa as palavras são chamadas à neutralidade, nos movimentos sociais o são ao comprometimento. E, assim, as palavras são percebidas como instrumento, ou seja, em pólos opostos, mas ambas na perspectiva da linguagem, a serviço de, e não em sua dimensão de produtora de sentidos, com a ingerência do enunciador e do destinatário. A desmistificação da “informação objetiva” é tão necessária para quem produz o jornal, como para quem trabalha nos movimentos sociais (BERGER, 1998: 114-5).

A autora destaca que o MST tem clareza do fato de que a luta pela terra e a questão da reforma agrária não são em si notícias no Brasil. Por um lado, porque ela é a mesma há muitos anos e, assim, não corresponde aos critérios de novidade para ser notícia; por outro, porque não vai ao encontro de interesses dos que detêm o poder político e de seus representantes na mídia. Para ela, o MST precisa “reinventar” sua luta, pois, se a questão da terra e a efetivação da reforma agrária não são notícias, os modos de reivindicá-las podem vir a ser. Portanto, famílias morando na beira da estrada, ocupações de terras e prédios públicos e as grandes marchas poderão até constar da primeira página do jornal ou abrir o noticiário da televisão. Neste sentido, torna-se emblemática a seguinte colocação:

Se na sociedade contemporânea importa menos o acontecimento do que sua projeção, é compreensível que um movimento social necessite projetar-se para existir, justificando-se, assim, que tenha uma política de comunicação e busque estratégias para constar na pauta da mídia (BERGER, 1998: 108).

No processo de produção da notícia, o conflito na lógica dos confrontos corresponde às expectativas do jornal e do seu leitor, ao confirmar a natureza violenta dos sem-terra. Por outro lado, contudo, a autora esclarece que um dos objetivos do MST também foi alcançado, ou seja, “ser notícia (mesmo sem aprovar seu teor). E, por ser notícia, inserir-se na pauta do poder, fechando o ciclo da relação Movimento Social *versus* Imprensa *versus* Governo”.

Com um trabalho de fôlego, Peixoto (2006) busca compreender a inserção do MST em vários veículos de comunicação de massa enquanto “possibilidade, via meios de comunicação, de participação de setores subalternos na reconfiguração da hegemonia, entendida como vetor resultante do conjunto de forças que se defrontam na sociedade brasileira”. Para isto o autor analisou, entre 1996 e 2003, material com menção ou referência ao MST exibido em telejornais ou programas da Rede Record de Televisão, da Rede Globo de Televisão e da TV Cultura; material publicado pelas revistas VEJA, Época, Carta Capital e revista *Lide*; como também notícias, fotos, charges, editoriais, entrevistas, reportagens, artigos e colunas publicados pelos jornais Folha de S. Paulo, O Globo, Jornal do Brasil, O Estado de S. Paulo e Valor Econômico.

O foco recai sobre as ambigüidades do jornalismo brasileiro que ora atua como lugar ou espaço midiático de veiculação de discursos concorrentes na composição hegemônica, ora como agente que favorece a manutenção da situação em vigor; e, ao mesmo tempo, sobre a presença na mídia de notícias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra, MST, que, em sua trajetória nos últimos anos, tem se destacado como porta-voz dos setores excluídos, em busca da inclusão social, ao transitar da reivindicação por reforma agrária para uma postulação de reforma do próprio Estado Brasileiro. [...] O que nos interessa são as mensagens, os conteúdos, os silêncios a respeito das postulações e questionamentos trazidos pelo movimento e os barulhos causados por ele, ou seja, as omissões ou censuras e as contestações ou repercussões das ações e propostas do MST (PEIXOTO, 2006: 17-8).

Na disputa pela hegemonia, afirma Peixoto, é fundamental, sempre que possível, apoderar-se das palavras. Porém, esclarece, “não apenas no sentido de poder falar, mas também de escolher como vai ser dito, que significados terão as palavras para quem se está falando”. Ou seja, o autor deixa claro que na disputa pela hegemonia cada agente tenta apresentar sua visão de mundo e convencer os outros de sua validade. Neste sentido, Peixoto (2006: 115-23) coloca que o uso da palavra pela mídia e sua contraposição pelo MST pode ser enquadrado em oito grandes grupos argumentativos, que podem ser resumidos da seguinte forma:

- a) Luta armada e guerra civil: a expressão “guerra civil” e variações como “luta armada” está presente com frequência, apresenta-se como uma possibilidade às vezes mais iminente, às vezes mais improvável, na angulação ou no direcionamento e orientações sobre que aspectos investigar e destacar em matérias sobre o MST;
- b) Democracia: a possibilidade de discursos concorrentes, contendo maneiras distintas de entender a realidade, mesmo que de forma assimétrica, já que opiniões oriundas de membros ou simpatizantes do Movimento são menos freqüentes do que os editoriais, o importante, contudo, é a constatação de que a opinião do jornal é coerente e fundamentada em conceitos básicos, tais como ordem, democracia, legalidade que são comuns a outros veículos e às próprias elites dirigentes ou hegemônicas;
- c) Reforma e revolução: a oposição entre o caráter reformador e a intenção revolucionária, isto é, o esforço por separar os dois entendimentos tem sido constante nas interpretações dos jornais sobre o MST;
- d) Tensão no campo, campo minado: a expressão “*campo minado*”, utilizada pelos jornais em matérias sobre conflitos de terra, ilustra a carga ideológica que o noticiário sobre a área rural passou a ter nos últimos anos. A polícia estadual, a Polícia Federal e mesmo o Exército foram mencionados, conclamados e tornaram-se protagonistas de episódios envolvendo as atividades do MST. É comum conflitos com fazendeiros ou pistoleiros contratados por eles, com chacinas e mortes;
- e) Lei e ordem versus ilegalidade e desordem: os dois pares opostos legal/ilegal e ordem/desordem são constantes no noticiário a respeito do MST. Com prioridade, contudo, para a veiculação da fala de autoridades e membros do governo. O que está em discussão para os jornais é a institucionalidade, a normalidade, a lei e a ordem. O jornalismo se apresenta muito mais como guardião da estabilidade – ou com um entendimento hegemônico de manutenção da estrutura – portanto com uma postura conservadora que se opõe à transformação social, caso esta implique em rupturas e alterações inevitáveis da ordem estabelecida;
- f) Movimento organizado versus bando: dependendo do contexto, do fato, da abordagem que se pretende dar a algum ato protagonizado pelo MST, seus integrantes podem ser chamados de camponeses, pequenos agricultores, trabalhadores sem-terra, manifestantes, excluídos, radicais, invasores, saqueadores, militantes ou assentados;

- g) Juízos de valor: para tratar do MST, a mídia de notícias utiliza um vocabulário que contém os conceitos e valores atribuídos a cada aspecto tratado;
- h) Anacronismo versus modernidade: como importante disputa ideológica na arena das palavras, o embate se dá em torno do moderno como bom e positivo e o antigo ou convencional, como pensamento ultrapassado e, portanto, condenável.

Compreendendo que o jornalismo é um dos campos onde se trava a luta pela hegemonia, o autor observa que contradições e ambigüidades no campo jornalístico podem compensar a desvantagem inicial entre os agentes em disputa. A importância do evento é medida mais pelo seu caráter espetacular, pois, o acontecimento precisa possuir status de notícia para ser anunciado, para ocupar o espaço midiático.

Apresentada como adversária em incontáveis artigos, pronunciamentos, entrevistas e declarações de líderes do MST, a mídia de notícias, enquanto poderoso aparelho ideológico a serviço da hegemonia mostra-se igualmente relevante, útil e indispensável à luta contra-hegemônica protagonizada pelo MST. O fato de estar na mídia, de se tornar notícia, como aconteceu com o MST, não garante que esteja ocorrendo necessariamente a mediação que se espera dos meios de comunicação, mas apenas a ocupação do espaço midiático. Isto é, os motivos que levam os sem-terra a atrair as atenções da mídia de notícias, muitas vezes têm mais a ver com a espetacularidade de seus atos do que necessariamente com a importância de suas mensagens ou postulações e a aceitação por parte dos meios de comunicação de que elas ingressem no debate (PEIXOTO, 2006: 150).

Peixoto também descreve o procedimento de como o MST pode se tornar pauta do noticiário. Primeiro, o jornal deverá considerar o fato potencialmente noticiável. A existência do MST, por si só, não mereceria grande espaço ou tempo nos veículos de informação. Nem mesmo a intenção ou o plano, mas apenas a ação concreta poderá ocupar a manchete de primeira página. O autor cita como exemplo a marcha a Brasília liderada pelo MST em 1997, que embora tenha sido iniciada dois meses antes, somente tornou-se notícia às vésperas da chegada.

Uma vez estabelecido o assunto como pauta e levando em consideração o interesse que o assunto certamente irá merecer por parte dos leitores, é preciso planejar a cobertura correta. Neste aspecto, deve-se levar em conta a disponibilidade de repórteres, o tempo necessário para que a reportagem seja feita e, particularmente, os custos que acarretará a realização de tal empreitada. Por fim, estabelece-se a angulação, o foco, o que afinal despertará maior interesse dos

principais agentes envolvidos na concepção e recepção da notícia: a organização jornalística, o repórter e os leitores. Segue-se então um roteiro onde os seguintes passos precisam ser observados: “o que será perguntado nas entrevistas; quem irá ser ouvido; que documentos deverão ser verificados; que fragmento de realidade deverá ser registrado por foto, ou ainda o que deverá ser descrito no texto”. Assim, acrescenta Peixoto (2006: 177):

As ações do MST podem facilmente ser analisadas sob este enfoque. Produzindo eventos noticiáveis e cruzando o interesse pela noticiabilidade a que se submetem os jornalistas com o próprio interesse em tornar-se notícia, o MST conseguiria transpor a barreira da invisibilidade e do silêncio sobre sua existência.

As ações empreendidas pelo MST, de modo geral, são enquadradas no campo argumentativo dos juízos de valor, no qual ocupações são tratadas como invasões de propriedade alheia; os líderes são denominados de chefes de bandos; as atitudes são classificadas como radicais, agressivas e intransigentes; e a conduta considerada ilegal. Além disto, o autor também discrimina alguns outros adjetivos atribuídos aos sem-terra, como: messiânicos, ingênuos e delirantes; antiquados, ultrapassados e anacrônicos; antidemocráticos; perigosos para a paz; corruptos por desviar verba pública; incompetentes e responsáveis pelo mau uso do dinheiro público; violentos; assaltantes de banco; ladrões de caminhão; cobradores de pedágios; traficantes associados às Farc; seqüestradores; e terroristas ou guerrilheiros.

Por fim, Peixoto ressalta que para a manutenção de um público presente e interessado é necessário o respeito a princípios básicos indispensáveis à garantia da credibilidade do campo jornalístico. Em outras palavras, compreendendo o campo do jornalismo como palco de uma das formas de disputa da hegemonia, as regras da disputa pela hegemonia contribuem para a própria manutenção do campo. Neste sentido, ele chega à seguinte conclusão:

Por mais que a imprensa tenha vínculos históricos, econômicos, de classe, por mais que dependa de seus anunciantes e por mais que se dirija preferencialmente às classes que detêm o poder ou fale em nome delas, para continuar desempenhando o papel – reivindicado por ela própria e esperado pelo público – de instituição fundamental à democracia, isto é,

para continuar abrigando o jogo da hegemonia ou o debate permanente que sustenta a democracia, não pode vedar de maneira absoluta e impermeável sua superfície. Ainda que pretenda, de modo funcionalista, preservar o sistema como o encontra e de onde surge, a imprensa permanece como um dos mais eficazes canais para a participação política e para a luta por cidadania. Como o faz ou afirma estar disposto a fazer um movimento social como o MST (PEIXOTO, 2006: 237).

Em uma análise do conjunto das obras aqui apresentadas, pode-se concentrar a discussão em torno de dois grupos temáticos principais: no primeiro grupo encontram-se os trabalhos que abordam a relação mídia/MST destacando os aspectos negativos presentes na configuração da imagem midiaticamente veiculada do Movimento Sem Terra. Compõem este grupo os trabalhos de Mendonça (2005); Guareschi e outros (2000); Fontes (2001); Souza (2004); Schwengber (2005); Aldé e Lattman-Weltman (2006); e Arbex Júnior (2006). No segundo grupo localizam-se os trabalhos que tratam dessa abordagem considerando também, além da representação negativa do Movimento (o que parece ser inevitável face ao conflito de classes que se manifesta neste embate), que a divulgação do MST é necessária para o próprio Movimento. Este grupo seria composto pelos trabalhos de Almeida (1998); Marambaia (2002); Gohn (2000); Berger (1998); e Peixoto (2006). No que segue, passaremos para a análise da representação do MST na revista ISTOÉ, compreendendo a inserção deste trabalho como uma possível contribuição para esse segundo eixo temático.

5 O MST NA (DA) ISTOÉ

5.1 A REVISTA ISTOÉ POR ELA MESMA³²

A revista ISTOÉ surge em maio de 1976 por iniciativa de Domingo Alzugaray e dos irmãos Luís e Demétrio Carta (Mino Carta³³). Editada inicialmente pela Encontro Editorial, tinha periodicidade mensal. A partir da décima edição (março de 1977) e sob a responsabilidade da Editora Três, a ISTOÉ tornou-se semanal e trazia matérias econômicas, entrevistas, notícias internacionais, cultura e análises de comportamento. Segundo a Redação da Editora Três, por identificar os autores de seus textos, a ISTOÉ tornou-se “o primeiro semanário de autor do Brasil”.

Durante todo esse período, teve como diretor comercial Domingo Alzugaray. A redação era composta por Mino Carta, Armando Salem, Fernando Sandoval, Tão Gomes Pinto além de diversos colaboradores. Quando passou a ser semanal, a redação foi incrementada com profissionais como Nirlando Beirão, Bolívar Lamounier, Alex Solnik, Aluísio Maranhão e Sérgio Augusto. A revista que de mensal passou a ser semanal manteve seu posicionamento de levar ao leitor a verdade factual. Sem prender-se a uma unidade de estilo, identificava os autores de seus textos. Foi, portanto, o primeiro “semanário de autor” do Brasil. A censura estava deixando as últimas e mais resistentes redações e ISTOÉ, mostrando cara e coragem, teve o papel de porta-voz dos melhores anseios de liberdade nutridos em diversos setores da sociedade brasileira (REDAÇÃO, 2006: 2).

No início de 1980 deixa de ser propriedade da Editora Três, passa a ser exclusivamente de Mino Carta, que se encontrava à frente da Caminho Editorial. Com Raimundo Faoro na presidência do conselho editorial e Fernando Moreira

³² Parte das informações aqui contidas foram gentilmente fornecidas pela Redação da Editora Três. Outra parte encontra-se publicada na ISTOÉ, edições 1733 de 18/12/2002 e 1931 de 25/10/2006.

³³ Nascido em Gênova, Itália, e morando no Brasil desde os doze anos de idade, Mino Carta destaca-se por ter criado importantes publicações como Quatro Rodas, Jornal da Tarde, VEJA, ISTOÉ, Jornal da República, Senhor e, a mais recente e na qual permanece como diretor de redação, Carta Capital. Mino Carta afirma que o jornalista deve se pautar em três princípios básicos: primeiro, o respeito pela verdade factual; segundo, o exercício do espírito crítico em relação a quem quer que seja; e terceiro, a fiscalização do poder onde quer que ele se encontre (cf. “A mídia sempre esteve a favor do poder”. Entrevista com Mino Carta publicada na Caros Amigos, ano IX, n.10, dez. 2005).

Sales como diretor-presidente, a diretoria da Caminho Editorial era composta também por Armando Salem e Antônio Fernando de Franceschi. Contudo, em função de problemas com a censura, Mino Carta deixa a chefia da redação em maio de 1981 e, logo depois, transfere a propriedade da ISTOÉ para Luís Fernando Levy do jornal Gazeta Mercantil. Nesta fase, a direção da redação ficou a cargo de Milton Coelho da Graça (DUARTE, 2007).

Em julho de 1988, a Editora Três recupera a marca ISTOÉ e realiza a fusão com a já estabelecida SENHOR, surgindo então a revista ISTOÉ SENHOR. A redação foi entregue mais uma vez para Mino Carta que permanece na direção até agosto de 1993. Compunham também a redação nomes como Nelson Letaif, Antônio Carlos Prado, José Carlos Bardawil, Bob Fernandes, Carlos José Marques, Marcelo Parada, Francisco Viana, dentre outros.

Em abril de 1992, a Editora Três exclui o nome SENHOR e o semanário volta a ser somente ISTOÉ, tornando-se sua principal revista. Este inclusive é um ano importante para a ISTOÉ por ter iniciado o processo de investigação e denúncias que implicou no *impeachment* do então presidente Collor de Melo³⁴. A partir da edição de 17 de abril de 1996, a ISTOÉ torna-se também *on line*. Desde então, fica disponibilizado na *web* todo o conteúdo da revista impressa, com acesso livre.

Com a saída de Mino Carta, a direção da redação é assumida por Tão Gomes Pinto, sendo substituído, em abril de 1996, por Hélio Campos Mello que permanece no cargo até fevereiro de 2006, quando então assume o atual diretor de redação Carlos José Marques. A Revista, neste momento, sofre uma reformulação gráfica e passam a prevalecer textos mais curtos com menor profundidade de análise.

Conforme dados fornecidos gentilmente pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC), durante o período pesquisado, o semanário ocupou a terceira posição em número de tiragem, sendo precedido por suas concorrentes diretas, as revistas VEJA e ÉPOCA. Analisando a Tabela 3 observamos que, enquanto a VEJA obteve no período pesquisado uma média de 1 235 000 exemplares semanais, a ÉPOCA alcançou uma média de 506 000 exemplares publicados por semana e a ISTOÉ teve uma tiragem média semanal de aproximadamente 431 000 exemplares.

³⁴ Em 1º de julho, a ISTOÉ publicou, com exclusividade, uma entrevista com o então motorista de Collor, Francisco Eriberto França.

Tabela 3 – Média de tiragem semanal das revistas VEJA, ÉPOCA e ISTOÉ.

TIRAGEM POR ANO (um.)							
REVISTAS/ANO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Média
VEJA	1 274 920	1 252 800	1 217 660	1 219 200	1 227 930	1 217 820	1 235 055
ÉPOCA	535 086	498 765	491 130	493 801	508 613	507 335	505 788
ISTOÉ	442 059	429 060	417 118	447 498	444 775	407 702	431 369

Fonte: IVC, 2007.

A partir das informações fornecidas pela Redação da Editora Três (2006: 4), constata-se que os leitores da ISTOÉ possuem em geral o seguinte perfil: é lida por homens e mulheres, pertencentes à classe B e C, na faixa de idade entre 20 e 39 anos, com grau de instrução colegial, que possuem renda média familiar de até cinco salários mínimos.

A ISTOÉ considera que o jornalismo nela exercido é o reflexo de seu leitor. Não um leitor comum, mas aquele que procura uma abordagem mais ousada, completa e investigativa dos fatos. Em um formato editorial moderno e criativo, o semanário autodenomina-se progressista e imparcial:

A revista é semanal e faz uma cobertura das principais notícias do Brasil e do Exterior e sua maior marca é a imparcialidade. Apresentamos os fatos e deixamos que os leitores, por si só, tirem suas próprias conclusões. Não nos furtamos em apontar, sempre que se faz necessário, e de forma bastante responsável, condutas comprometedoras de governos, governantes ou em qualquer setor nacional. Nosso compromisso é com a verdade e com o exercício do bom jornalismo (REDAÇÃO, 2006: 5).

A redação da Revista subdivide-se em oito editorias e uma seção de cartas. As editorias são: **A Semana, Brasil Confidencial, Brasil e Política, Economia e Negócios, Internacional, Saúde e Comportamento, Artes e Espetáculos, e Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente**. Consideramos para a análise de pesquisa treze seções, onde se incluem as oito editorias mais **Capa, Editorial, Entrevista** (páginas vermelhas), **Fax Brasília** e **Avenida Brasil** (charges). A **Seção de Cartas** foi considerada enquanto informação adicional para se entender o perfil do leitor.

A partir de janeiro de 2006, a Editora Três (agora denominada Três Editorial) estabelece uma parceria com a multinacional *AOL Time Warner Inc* e parte da revista americana *Time* (traduzida para o português) é incorporada semanalmente à edição da revista ISTOÉ. Também a partir desta data, a seção **Fax Brasília** deixa de ser editada e a seção **Brasil Confidencial** passa a ocupar o dobro do espaço, agora com duas páginas. Assim como, a seção de charges, denominada **Avenida Brasil**, deixa de ser veiculada.

5.2 A REPRESENTAÇÃO DO MST NA ISTOÉ

Como já foi dito na introdução, o trabalho de pesquisa foi realizado junto à Biblioteca Central do Estado da Bahia, em Salvador, sendo analisado o universo total de matérias produzido pela revista ISTOÉ entre janeiro de 2001 e dezembro de 2006. O período foi assim delimitado com o intuito de observar o desenvolvimento discursivo do semanário a respeito do MST nos dois últimos anos do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e na primeira gestão do governo Luís Inácio Lula da Silva.

Na avaliação dos dados pesquisados, trabalhamos com a análise de conteúdo e com a análise pragmática da comunicação social, definindo-se categorias básicas encontradas no discurso da mídia e nas técnicas de produção deste discurso. Trabalhamos também com a análise de conjuntura, buscando correlacionar tais aspectos ao contexto nacional no momento de sua ocorrência, utilizando como principal fonte as reportagens publicada na ISTOÉ durante o período pesquisado.

A partir dos dados levantados, constatou-se que o MST aparece na ISTOÉ quase sempre de forma indireta. Em todo o material pesquisado - o que perfaz um total de 310 edições - só houve apenas seis reportagens que trataram diretamente

do tema MST. De fato, ocorreram neste período 107 referências³⁵ ao Movimento (cf. Tabela 4), sendo 10 referências e nenhuma capa, reportagem ou entrevista em 2001; 24 referências em 2002, incluindo uma nota de capa, uma reportagem e uma entrevista com João Pedro Stédile, membro da direção nacional do MST; 40 referências em 2003, com duas notas de capa, três reportagens, uma entrevista com Diolinda Alves de Souza, líder no Pontal do Paranapanema; oito referências em 2004 e nenhuma capa, reportagem ou entrevista; oito referências em 2005, incluindo uma reportagem; e 17 referências em 2006, com uma citação de capa e uma reportagem.

Tabela 4 - Comparativo do número de citações do MST entre Folha de São Paulo, VEJA e ISTOÉ.

Quadro comparativo: quantidade de citações do MST por ano							
Periódicos/Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Total
Folha SP ³⁶	668	714	1.218	803	648	444	4 495
VEJA ³⁷	24	35	68	40	19	41	227
ISTOÉ	10	24	40	08	08	17	107

Já as ações do MST durante os anos de 2001 e 2006 são bastante significativas. Mesmo a revista VEJA que também adota, entre outras, a estratégia do silêncio para com os movimentos sociais, como já citado na seção anterior, fez um total de 227 referências entre 2001 e 2006, ou seja, mais que o dobro de referências feitas pela ISTOÉ. Com relação à Folha de São Paulo, apesar de ser um periódico diário, a distância entre os números é considerável, ocorreram 4 495 referências no mesmo período. Fazendo uma simples operação aritmética de proporcionalidade, obtém-se um fator de 6,52/1 edições da Folha em relação à ISTOÉ. Assim, dividindo a quantidade de referências da Folha por seis e o resultado

³⁵ Consideramos como referência a aparição de qualquer um dos termos: MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento dos Sem Terra em qualquer seção da revista, considerando cada seção contendo a referência como unidade.

³⁶ Números levantados a partir do endereço eletrônico: <http://www.folha.uol.com.br>.

³⁷ Números levantados a partir do endereço eletrônico: <http://www.vejaonline.abril.com.br>.

pelo fator de proporcionalidade, obtêm-se uma média anual aproximada de 115 referências ao MST³⁸, o que é superior ao total de referências feitas pela ISTOÉ durante todo o período pesquisado (107 referências). Ou seja, a partir da análise dos números constantes da Tabela 4, fica claro que não interessa à revista ISTOÉ noticiar as ações empreendidas pelo Movimento dos Sem Terra. O que nos faz perceber que o *silêncio* talvez seja a principal estratégia de ação da ISTOÉ para com o MST.

A ISTOÉ, em todo o período pesquisado, manteve-se no processo discursivo de forma semelhante, isto é, privilegiando o silêncio e, quando rompido, tratando o MST quase sempre de forma indireta, utilizando-se predominantemente do discurso de terceiros para tratar do tema. A análise dos dados demonstra que não há diferença de perspectiva na abordagem que a Revista faz sobre o Movimento Sem Terra. Em todo o período pesquisado o MST é representado como um movimento radical e negativo de modo geral.

Constatamos também que, no processo discursivo de enquadramento do MST, destacam-se algumas categorias de análise, tais como: ação associada a terrorismo; promoção da violência e criminalização do Movimento; divisão do Movimento; ilegalidade das ocupações: “invasão”; anacronismo versus modernidade: apologia ao agronegócio; e organicidade entre o MST e o Partido dos Trabalhadores (PT) e posterior tensão entre o MST e o governo Lula. Destaca-se também a constante recorrência ao discurso de autoridade que, contudo, não iremos considerá-lo como uma categoria de análise isoladamente pelo fato de perpassar quase todo o processo discursivo aqui investigado.

5.2.1 Ação associada a terrorismo


A Revista ISTOÉ associa as ações de ocupação realizadas pelo MST ao “terrorismo” em alusão à definição que nos anos 1960/70 foi utilizada pelo Estado para referir-se aos grupos armados no Brasil.

³⁸ A operação é feita da seguinte forma: $4.495 : 6 = 749,16 \Rightarrow 749,16 : 6,52 = 114,90$.

Esta referência direta consta da edição de 11 de abril de 2001, seção A Semana, na qual a ISTOÉ estampa a seguinte chamada: “Terrorismo” (Quadro 1). A chamada impressiona em todos os seus detalhes: o título; o tom do quadro em vermelho púrpuro; o texto com expressões que denotam, de um lado, atitudes violentas como “os invasores ameaçaram a polícia com facões e cobras” (reforçadas pela manipulação de uma imagem fotográfica que pode assustar o mundo urbano mas que se encontra absolutamente dentro da lógica da vida camponesa)³⁹ e, por outro, a contraposição entre a ação ‘desumana’ do MST, em introduzir répteis na fazenda, com a sua exigência de ser tratado com civilidade por “reclamaram ao serem ameaçados pelos cães pastores da tropa de choque”.

Terrorismo

O MST invadiu a fazenda do embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, em Minas Gerais. Durante a ocupação, que terminou na quarta-feira 4, os invasores ameaçaram a polícia com facões e cobras. Introduziram o réptil no que chamaram de “esquema de resistência”, mas reclamaram ao serem ameaçados pelos cães pastores da tropa de choque



Quadro 1 - MST associado às práticas terroristas.

Fonte: ISTOÉ, edição 1645, p.20.

5.2.2 Promoção da violência⁴⁰ e criminalização do Movimento

Associado a esta visão de terrorismo e barbarismo a Revista constrói a imagem de um movimento violento que deve ser enquadrado na justiça comum, responsabilizado por seus “crimes”. Para isso, utiliza-se de setores da Igreja católica

³⁹ Isto significa dizer que a ambigüidade da representação imagética é visível, pois, quando interpretada a partir da lógica camponesa nos encontramos diante de uma troça dos Sem Terra com a cobra e o facão, não de um instrumento que pode ser utilizado para matar a cobra. Não se encontrando no quadro nenhum sinal de agressividade.

⁴⁰ Em abril de 2004, o IBGE divulgou uma pesquisa sobre violência no Brasil. Esta pesquisa é parte do trabalho denominado pelo Instituto de Síntese dos Indicadores Sociais. Os dados demonstram que, num período de 20 anos, entre 1980 e 2000, foram assassinados quase 600 mil brasileiros e que a mortalidade por homicídio cresceu neste período 130%, superando os acidentes de trânsito e tornando-se o principal motivo de morte por causas externas no país. Somente na década de 90 foram aproximadamente 370 mil homicídios. Em sua grande maioria, são jovens negros de baixa renda, com idade entre 15 e 24 anos.

que buscam o distanciamento do MST por enveredar pretensamente pelos caminhos da violência. Como pode ser visto na entrevista, concedida à jornalista Eliane Lobato em 03 de outubro de 2001, pelo então arcebispo (hoje cardeal-arcebispo) do Rio de Janeiro, Dom Eusébio:

ISTOÉ – Qual a relação da Igreja com o MST? **Dom Eusébio** – *A Igreja não está de acordo com certas estratégias e modos de agir com **violência** que o MST passou a adotar. Não há relação entre os dois.* Isso não significa que muitas pessoas da Igreja não tenham simpatia pelo MST. É uma das poucas forças que se opõem ao desmantelamento do bem comum que aí está. Muito do que se conseguiu em reforma agrária, que não é tanto assim, se deve bastante ao MST (Edição 1670, p.42, grifos nossos).

A utilização da fala de uma autoridade de uma instituição que apoiou o surgimento do MST, destacando a sua discordância com a violência, exime a Revista de posicionar-se abertamente quanto à pretensa radicalidade do MST. Como visto em que pese o acento sobre a negatividade da ação, a Revista transcreve também a importância que o religioso atribui ao movimento na luta pela reforma agrária.

A construção da imagem de violência ampara-se também em declarações de autoridades políticas, como o caso do Presidente da Câmara Severino Alves⁴¹. Em matéria intitulada “**Até eu evoluo: Severino impõe derrota histórica ao PT e segue rota conservadora ao pregar cadeia para o MST, censura na tevê e aumento de salário aos deputados**”, por Luiz Cláudio Cunha e Weiller Diniz (edição 1845 de 23/02/05), a Revista dá continuidade à construção da imagem de ‘violência’ do MST. Acompanha a matéria uma entrevista com o deputado, destacando-se os seguintes trechos:

ISTOÉ – Qual sua posição sobre a reforma agrária? **Severino** – Nós temos que fazer a reforma dentro de determinadas normas. Dar terra a um, que passa dois anos, vende e vai tomar a terra dos outros... Isso nós temos que ter controle. Não há controle. **ISTOÉ** – **É o que está acontecendo com o MST?** **Severino** – Exatamente. O MST toma a propriedade, passa dois

⁴¹ Em fevereiro de 2005, o deputado federal Severino Cavalcanti, do Partido Progressista (PP) de Pernambuco, surpreende o governo e se elege presidente da Câmara dos Deputados. Em 21 de setembro de 2005, a fim de evitar uma possível cassação e a perda dos direitos políticos por oito anos, Severino Cavalcanti renuncia à presidência e ao mandato parlamentar por ter recebido propinas para prorrogar a concessão de um restaurante da Câmara. Logo em seguida, foi eleito presidente da Câmara dos Deputados o alagoano Aldo Rebelo, do Partido Comunista do Brasil (PC do B) de São Paulo, um aliado governista.

anos ali, vai para outra e vende a terra. **ISTOÉ – O clima no campo está se agravando? Severino** – Exatamente. Tem que haver respeito, tanto a esses sem-terra como aos proprietários. É o seguinte: tem a falta de atenção do governo, que devia botar tudo na cadeia, aqueles que fazem crimes, porque o crime do Movimento dos Sem-Terra é igual ao crime comum, mas botam a mão em cima e não tomam providência. **ISTOÉ – Quem põe a mão em cima? Severino** – O governo. **ISTOÉ – O sr. está responsabilizando o governo do PT? Severino** – Perfeitamente. Ele devia punir esses bandidos (p.26-8).

Neste pequeno segmento observamos a descrição de um MST que é composto por membros baderneiros, aproveitadores, violentos, marginais, que merecem o tratamento apropriado para os bandidos, a cadeia. Podemos encontrar aqui o que pode ser descrito como o “retrato falado midiático” do Movimento dos Sem Terra. Como também, a matéria, para além da intencionalidade da Revista, demonstra as contradições internas dos representantes políticos de setores conservadores.

O outro lado da questão, qual seja o da ação da justiça contra o ‘movimento violento’, aparece na edição 1779, de 05 de novembro de 2003, com matéria intitulada: “**Justiça caolha: juiz do Pontal de Paranapanema é acusado de parcialidade ao decretar prisões de líderes do MST**”⁴². A matéria aponta pretensas irregularidades nos julgamentos de processos envolvendo membros do MST. O juiz da Comarca de Teodoro Sampaio, interior de São Paulo, Átis de Araújo Oliveira assinou, entre maio de 2002 e outubro de 2003, 11 decretos de prisão de 42 trabalhadores rurais sem terra. No momento da reportagem, oito desses decretos haviam sido revogados por tribunais superiores e os demais se encontravam em tramitação aguardando resolução. Curiosamente, lideranças sem terra foram aprisionadas ao comparecerem a uma audiência de rotina.

Da reportagem, merecem destaque a transcrição das falas do juiz e do dirigente estadual do MST, Paulo Costa Albuquerque. Novamente a Revista utilizará o discurso de autoridade para associar o movimento social a bandidos. O juiz considera como equivalentes as ações do movimento social e o furto, e defende a ordem pública.

⁴² Com esta reportagem de Mário Simas Filho e Alan Rodrigues (fotos), a ISTOÉ refere-se ao MST em sua terceira e última matéria do ano de 2003 - que será complementada na edição seguinte pela entrevista com Diolinda Alves de Souza, esposa de José Rainha Júnior e também líder nacional do Movimento no Pontal de Paranapanema, interior de São Paulo (ISTOÉ, edição 1780 de 12/11/2003, “**Falta um pedaço**”: Diolinda, líder do MST, sai da cadeia e agora vai lutar para libertar o marido, José Rainha”, por Mário Simas Filho).

“Aqui não há perseguição a ninguém. *Prendo o líder máximo do MST, assim como qualquer outro criminoso.* O problema é que se há um sujeito que todos os finais de semana furta as residências da vizinhança, ele deve ser preso preventivamente para que outras casas não sejam furtadas. *O mesmo se aplica a essas pessoas do MST. Eles sempre invadem fazendas e durante as invasões furtam objetos, matam o gado e danificam a cerca.* Se isso ocorre sempre, não há por que não detê-los. *Em minha interpretação, isso é prejudicar a ordem pública.* Pode ser que quem esteja em Brasília ou em São Paulo veja de outra forma”, disse Átis (p.42, grifos nossos).

Observe-se que dois tipos de ações aparecem aqui como complementares, de um lado a invasão da propriedade privada, de outro os furtos, matança de gado e danificação de cerca. A defesa da propriedade privada por parte do juiz apresenta-se assim acima da própria lei da reforma agrária, que reconhece que as propriedades que não cumprem a sua “função social” seriam passíveis de desapropriação.

A própria Revista registra a posição dos tribunais superiores, contrária à do juiz de Teodoro Sampaio, esse ignoraria a Constituição ao decretar prisões sem especificar e provar quais são os efetivos autores dos crimes. Foi baseado neste princípio, que, em setembro, o juiz condenou Diolinda Alves de Souza a dois anos e oito meses de prisão por formação de quadrilha. Assim como, dois meses antes, já havia decretado a prisão de José Rainha Júnior por porte ilegal de armas, condenando-o a dois anos de reclusão. A posição da direção do MST quanto à ação do citado juiz também é transcrita pelo órgão de imprensa:

“Acreditamos que essas coisas não ocorrem por acaso e que há um movimento visando criminalizar o MST e tirar os sem-terra do Pontal, visando à privatização das terras devolutas para a exploração de soja”, conclui Paulo Albuquerque, referindo-se a projeto já encaminhado pelo governador Geraldo Alckmin à Assembléia (p.42).

A reportagem encerra-se nesta fala do dirigente estadual não explorando os motivos que estariam levando um representante do poder judiciário a tomar atitudes consideradas inconstitucionais por instâncias superiores do mesmo poder. Atitudes estas que caracterizam o que aqui é analisado como processo de criminalização dos

movimentos sociais. E, neste sentido, a reportagem sobressai-se por trazer de forma patente este processo.

Na contramão dessa imagem de violência a Revista explorará o assassinato da missionária católica Dorothy Mae Stang no Pará, indicando outros sujeitos geradores da violência no campo: grileiros e políticos⁴³.

Com semelhante enquadramento como ‘a violência dos movimentos sociais’, a ISTOÉ veiculou uma reportagem sobre a ação efetuada no Congresso Nacional pelo Movimento pela Libertação dos Sem Terra (MLST)⁴⁴. Em seu primeiro parágrafo, encontramos a referência ao MST, curiosamente apresentado como um movimento “concorrente” ao MSLT. O tom de ironia marca o início da reportagem.

Dono de um apartamento duplex de 220 metros quadrados num bairro nobre do Recife, filho de usineiro e político sem voto, o chefe petista Bruno Maranhão teve uma idéia para tirar do ostracismo o seu MLST – Movimento pela Libertação dos Sem Terra, organização que no passado recebeu R\$ 9 milhões do governo federal. Essa idéia foi invadir e depredar o Congresso, como se viu na terça-feira 6, de maneira premeditada e covarde. O plano da invasão começou a ser pensado dois meses atrás, quando Maranhão, então no cargo de secretário de Organização Popular do PT, reuniu cinco chefes do MLST no Recife e concluiu que sua facção precisava ganhar visibilidade, ofuscada pelas freqüentes invasões de terra patrocinadas pelos concorrentes do MST – o Movimento dos Sem Terra. Na semana anterior ao ataque, com o requinte de uma gravação em vídeo, os últimos detalhes foram acertados em Brasília. No melhor estilo dos guerrilheiros, escolheu-se, ali, o papel de cada invasor durante a missão e a estratégia a ser seguida. “Entraremos como um cavalo doido”, definiu um dos soldados de Maranhão. O plano – do ponto de vista dos agressores – foi um sucesso (Edição 1912 de 14/6/2006, p.37).

⁴³ Na edição 1845, de 23 de fevereiro de 2005, a ISTOÉ retrata a violência no campo. O fato gerador foi o assassinato da missionária católica americana irmã Dorothy Mae Stang, no município de Anapu, Pará⁴³. Na semana seguinte, a ISTOÉ apresenta os executores da irmã Dorothy Stang presos e traz à tona os verdadeiros motivos que envolvem a violência no campo, particularmente, na região amazônica: as mega-fraudes com incentivos fiscais na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), com envolvimento de políticos importantes e de altos funcionários dos órgãos federais responsáveis pela legalização e fiscalização agrário-ambiental como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Denominada pela Polícia Federal de “Máfia da Transamazônica”, o desvio de verbas públicas através da Sudam impressiona pelo volume da operação: “Dos 151 projetos financiados pela Sudam no período compreendido entre os anos de 1998 e 1999 na região da rodovia Transamazônica (BR-230), em cerca de 20 deles a polícia Federal e o Ministério Público encontraram irregularidades. Dos R\$ 547 milhões liberados para esses projetos, cerca de R\$ 132 milhões foram parar nos bolsos da quadrilha. Os procuradores da República envolvidos nas ações comprovaram que nada menos que 25% dos recursos do Fundo de Investimento da Amazônia (Finam) foram desviados pelo propinoduto montado na Sudam” (Edição 1846 de 2/3/2005, p.38).

⁴⁴ Edição 1912 de 14 de junho de 2006, “**Selvagens:** quem são e como agem os baderneiros do MLST, a organização que recebe verbas do governo e fez a maior ação de vandalismo já vista no Congresso Nacional”, por Alan Rodrigues, com colaboração de Rodrigo Rangel.

A ação do MSLT é descrita de forma detalhada pela reportagem. A referência ao governo Lula e ao MST são imediatas. O Movimento é enquadrado como grupo guerrilheiro agressivo. Termos como “chefe petista”, “plano de invasão”, “reuniu cinco chefes do MSLT”, “sua facção precisava ganhar visibilidade, ofuscada pelos freqüentes invasões de terra patrocinadas pelos concorrentes do MST” e “melhor estilo dos guerrilheiros” demonstram o tom de ironia. Destaque para uma das fotos que acompanham a reportagem. Ela é bastante intensa e encaixa-se perfeitamente na perspectiva adotada pela Revista.

Atônito, o País assistiu a um agrupamento de 540 homens, mulheres e crianças tomarem de assalto as dependências do Congresso. A partir das duas horas da tarde da terça-feira 6, a turba do MLST forjou uma briga na entrada dos fundos do Congresso, agrediu seguranças com pedradas e golpes de porretes, estilhaçou vidros, invadiu o prédio, revirou um automóvel, decapitou estátuas, danificou equipamentos, enfim, fez de tudo para atingir uma das pilastras do regime democrático. Nada menos que 41 pessoas ficaram feridas. Os prejuízos materiais foram estimados em R\$ 150 mil. Pergunta-se: no governo do PT, o petista Maranhão e seu séquito terão a punição que merecem? (p.37).



Fúria e depredação: invasão planejada para desmoralizar o Congresso.

Fotografia 1 - Ação do MSLT no Congresso Nacional.

Fonte: ISTOÉ, edição 1912, p.38.

Contudo, o momento crucial da matéria são os aspectos criminais com os quais a Revista irá caracterizar o MSLT, deixando claro para os leitores que, antes de ser um movimento social, o MSLT deve ser encarado como um grupo de agentes ilegais, criminosos. O que pode ser estendido ao MST, aqui posto como “concorrente” do MSLT. Repete-se aqui o posicionamento político-ideológico assumido pela Revista ao condenar moralmente as ações do MSLT. Acrescente-se a isto um toque de “sarcasmo intelectual”, ao basear a dinâmica do MSLT a partir das idéias de alguns teóricos socialistas.

Outra faceta desconhecida da organização é sua prática de assaltos à mão armada. O serviço de informação do governo já sabe que foi de responsabilidade do MLST o assalto a uma agência do Banco do Brasil no interior da Bahia, seis anos atrás. Depois disso, sempre em nome de promover a reforma agrária, os bandoleiros passaram a roubar cargas de caminhoneiros na região Nordeste. No Triângulo Mineiro, outra área de atuação do MLST, depoimentos de militantes colhidos pela Polícia Civil mostram que os que tentam sair do movimento têm a própria vida ameaçada. Nada muito estranho para uma facção que se orgulha de misturar, em sua ideologia, idéias de Mao Tsé-tung e Che Guevara. Um coquetel que, em nome da liberdade, permite roubar e, até, matar. Isso explica a extrema violência empregada pelos invasores do Congresso contra Normando Fernandes, da polícia legislativa. Agredido à base de pedradas, ele sofreu traumatismo craniano e teve de ser levado às pressas a uma unidade de terapia intensiva (p.37-8).

Por fim, fechando a reportagem encontramos a tentativa de vinculação entre o MSLT e o governo Lula (tópico que será tratado mais adiante com relação ao MST). O fato do líder, Bruno Maranhão, ser um dos quadros do PT municiou a Revista para exigir que o governo e o Partido agissem de modo mais definido em relação a esse movimento. E destaca-se mais uma vez a utilização de tom jocoso ao se referir ao principal objetivo do Movimento: a reforma agrária.

A julgar pelas primeiras atitudes do governo, o caso, que é único e exclusivo de polícia, poderá ser interpretado como um ato político. Afinal, o MLST diz que sua razão de existir é a reforma agrária. Tem até militância contumaz dentro do PT, o partido em que Maranhão fazia parte da comissão executiva até a semana passada, quando foi afastado – e não expulso com desonra, como caberia. Essa militância se dá por meio da corrente chamada Brasil Socialista. A tendência não tem nenhum parlamentar diretamente identificado com sua cartilha, mas em tempos de eleições muitos petistas atrás de votos visitam os assentamentos do MLST, que, neste momento, somam cinco fazendas, com cerca de mil famílias em cima da terra (p.38).

Um outro aspecto importante também relacionado a este tópico aparece quando a ISTOÉ entrevista o recém empossado diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), o delegado da Polícia Civil de São Paulo, Mauro Marcelo de Lima e Silva⁴⁵. A ISTOÉ pergunta ao dirigente da ABIN sobre a posição do órgão em relação ao MST, obtendo, assim, uma resposta ambígua, pois o diretor afirma não vigiar os movimentos sociais, mas admite a necessidade de acompanhar a questão agrária e conseqüentemente a ações dos seus militantes.

ISTOÉ – O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) é um alvo da Abin? Mauro Marcelo – Não o MST, mas a questão agrária, pois essa é uma demanda da sociedade. Sob meu comando não haverá em hipótese alguma essa idéia de infiltrar pessoas nos movimentos sociais. Mas vamos acompanhar tudo o que acontece. Há coisas em que o governo não pode ser surpreendido. Por exemplo, o MST invadiu uma delegacia na Bahia e libertou dois militantes. Isso pode acontecer em outros lugares. Preciso saber quantos integrantes do MST estão presos em outros lugares. Assim o governo pode se antecipar. Isso não significa que colocarei agentes disfarçados de sem-terra para obter informações. Seria absurdo. E veja bem, não estou dizendo que vamos acompanhar o MST, mas as demandas sociais (p.10).

Assim como, o destaque que é dado à prisão de um dos líderes do Movimento, com atuação no Pontal do Paranapanema, em São Paulo, José Rainha Júnior. Observe-se que a fotografia enaltece o caráter de criminalização do MST.



Tensão: Rainha foi condenado por porte de arma.

Fotografia 2 - Prisão de José Rainha Júnior.
Fonte: ISTOÉ, edição 1766, p.34.

⁴⁵ Nas páginas vermelhas da edição 1816 de 28/7/2004, “**Arapongas na mira do chefe:** novo diretor da Agência Brasileira de Inteligência critica o uso de métodos ilegais de investigação e promete transparência”, por Mário Simas Filho.

5.2.3 Divisão do Movimento

A revista ISTOÉ enfoca também possíveis divisões internas ao MST diante de determinadas conjunturas, a exemplo da transição de Mário Covas para Geraldo Alckmin em São Paulo. Particularmente no que tange aos conflitos no Pontal de Paranapanema⁴⁶.

Até mesmo um grupo de dirigentes do MST, liderados por José Rainha Júnior, foi render homenagens. “Ele (Covas) foi um exemplo de coerência e honestidade. Nunca deixou de cumprir com as promessas que fez ao MST e tratou a questão da reforma agrária não como um problema de polícia, mas de política. Sua meta era assentar oito mil famílias até o final do mandato. Até agora forma assentados quase seis mil no Estado”, ressaltou Rainha (Edição 1641 de 14/3/2001, p.37).

Em uma análise mais apurada, observa-se que a ISTOÉ personaliza a direção do movimento e explora as contradições do discurso de um desses dirigentes que elogia o falecido governador. A homenagem pessoal de Rainha aqui aparece como a fala do MST, que teria deixado suas desavenças com o Estado para homenagear o ex-governador Mario Covas. O discurso ideológico de unanimidade em torno de lideranças burguesas é bastante praticado no Brasil – aqui reforçado por José Rainha -, sobretudo após a morte de seus representantes, ganha destaque nesta reportagem.

De forma mais direta, a Revista irá explorar a possibilidade de divisão do Movimento quando o MST ocupou a fazenda da família de FHC⁴⁷. A matéria busca

⁴⁶ O falecimento do então governador do Estado de São Paulo, Mário Covas, marca um processo importante de transição do poder no PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira). Geraldo Alckmin, vice-governador, ganha destaque nacional ao assumir o governo do principal Estado brasileiro, o que o projetará para concorrer à presidência da república nas eleições de 2006. A ISTOÉ, ao publicar reportagem sobre o falecimento de Mário Covas, assinada por Florência Costa, Inês Garçon e Juliana Vilas, traz despreziosamente uma fala de José Rainha (na oportunidade um dos dirigentes do MST, com destaque nas ações empreendidas pelo Movimento no Pontal do Paranapanema, interior de São Paulo).

⁴⁷ O episódio ocorreu em 23 de março de 2002 e foi reportado pela ISTOÉ na edição 1696, de 03 de abril de 2002, com a seguinte matéria - assinada por Florência Costa, Ricardo Miranda e Vasconcelo Quadros: “**Invasão.** João Pedro Stédile, líder do MST, sobre as cenas desta página: ‘Foi uma cagada’”. Na capa desta edição (ponta superior direita, em tom preto) consta a seguinte chamada: “**Tiro no pé.** Nem o MST aprovou a invasão do MST”, o que de início já sugere a divisão dentro do próprio Movimento.

explorar divergências internas do Movimento ao destacar a posição de Stedile desautorizando as ações ocorridas em Buritis. Vejamos o seguinte trecho:

De uma tacada só, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) conseguiu espalhar estilhaços para todos os lados, ferindo, inclusive, a si próprio, ao invadir a Fazenda Córrego da Ponte, em Buritis (MG), do presidente Fernando Henrique Cardoso. As cenas dos sem-terra refestelados no sofá da sala do presidente, assistindo à tevê, comendo, bebendo e usando o telefone deixaram o MST em maus lençóis diante da opinião pública. “Foi uma cagada”, admitiu o maior expoente do MST, João Pedro Stédile... O PT e a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, sempre tido como parceiro histórico do movimento, também foram atingidos em cheio (p.30).

Observe-se que a ISTOÉ julga a ação do Movimento, considerando que ela atingia a todos os lados (governo e movimento), confirmado pela transcrição de uma frase de Stedile e pela observação final sobre a “candidatura Lula”, mas vai além da descrição política contrastando moralmente a ocupação (situação de sacrifício) com o conforto vivido pelos seus integrantes (refestelados no sofá), seria esse usufruto das comodidades burguesas que deixariam o MST em “maus lençóis”. No transcorrer da matéria, a imagem veiculada pelas fotografias que acompanharam a reportagem são peças utilizadas pela Revista para construir uma representação negativa do Movimento. Em seqüência e com legendas ‘orientadoras’ vemos os Sem Terra “refestelados”, e a “humilhação da prisão”; que podemos ler como a consequência do que a Revista considera como desvio de prumo do MST.



Um grupo de sem-terra se esparrama...



... na casa do presidente: "Todos perderam".

Fotografia 3 - Ocupação da Fazenda Córrego da Ponte.

Fonte: ISTOÉ, edição 1696, p.30.



Humilhação: Depois de presos, sem terra são obrigados a deitar no chão.

Fotografia 4 - Subjugação de membros do MST por policiais.

Fonte: ISTOÉ, edição 1696, p.34.

5.2.4 Ilegalidade das ocupações: “invasão”

Como já observado ao longo desta Dissertação, o MST ocupa as terras improdutivas como forma de forçar o governo a realizar desapropriações com fins de efetivar a reforma agrária. E, para isso, ampara-se na própria Constituição do Brasil. Por lado, tendo por referência o estatuto da propriedade privada, os meios de imprensa sempre caracterizam esses atos como invasão. Logo, encontramos-nos diante de uma disputa ideológica que envolve tanto o fato material (existência da propriedade privada) como sua interpretação jurídica. A disputa dos grandes proprietários de terra com os movimentos sociais encontra correspondente no âmbito discursivo, com a mídia acolhendo a versão dos grandes proprietários. No caso da ISTOÉ tal postura aparece na descrição de eventos envolvendo autoridades públicas e o movimento, como ocorreu em 2001 em situação envolvendo Jader Barbalho, governo e MST⁴⁸, que culminou com a ocupação de uma propriedade do político.

Nos últimos seis meses, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) *invadiu* a Fazenda Chão Preto, em São Domingos do Capim, no Pará, três vezes. A primeira foi em 1º de maio. Alegando ser o proprietário das terras situadas às margens da BR-010, Jader Barbalho, ainda senador, foi à Justiça paraense e em 20 dias conseguiu a reintegração de posse. Em 5 de junho, o MST voltou a ocupar a fazenda, mas o ainda senador obteve nova vitória judicial e, em 26 de junho, foi feita a desocupação, *com a prisão de 37 sem-terra*. Em 2 de novembro, *o MST derrubou as cercas da fazenda pela terceira vez, ocupando, inclusive, sua sede construída no meio dos*

⁴⁸ O ano de 2001 foi palco de um episódio marcante no cenário político nacional com a renúncia do senador Antônio Carlos Magalhães e mais adiante do senador Jader Barbalho, que entrega carta de renúncia ao então presidente do senado, Ramez Tibet (PMDB-MS), em 10 de outubro de 2001. O caso envolve denúncias de desvio de verbas públicas do Banco do Estado do Pará (Banpará) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), além de uso inapropriado dos Títulos da Dívida Agrária, os famosos TDAs, na apropriação indébita de terras no Estado do Pará. Contudo, o que se destaca do ponto de vista do noticiário sobre o MST é a reportagem publicada por ISTOÉ (edição 1678 de 28/11/2001) com o título **“Mais uma do Barbalho”**, de autoria de Mário Simas Filho. A reportagem demonstra as irregularidades cometidas pelo ex-senador Jader Barbalho na disputa com o MST pela apropriação de terras devolutas já desapropriadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Economicamente, o desempenho brasileiro para o ano de 2001 foi, no mínimo, acanhado. A taxa de crescimento não superou os 1,3%. No início do ano projetava-se taxa de crescimento próxima aos 5%, contudo, sucessivos acontecimentos, como a crise argentina, o colapso energético, o desaquecimento da economia americana, a ameaça de recessão mundial agravada pelos atentados no Estados Unidos, a elevação do dólar americano entre janeiro e dezembro em mais de 30%, puxaram a taxa de crescimento para baixo e forçaram o governo brasileiro a aumentar a taxa de juros de 15,25% no início do ano para 19% em dezembro.

mais de 3 mil hectares. A insistência dos sem-terra em ocupar a fazenda é, na verdade, mais do que uma pendenga política contra o ex-senador... Na semana passada, o ex-senador ganhou mais uma vez na Justiça e, na quinta-feira 22, os sem-terra estavam cercados pela polícia (p.34-5, grifos nossos).

A Revista alterna na descrição acima o termo invasão (primeira ação) com ocupação (ações subseqüentes), o primeiro sentido será reforçado por termos como “prisão”, “reintegração de posse”, “derrubou” e “cercados pela polícia”. Acompanhando a reportagem, tem-se uma fotografia de meia página com a imagem do ex-senador sobreposta a de um agrupamento dos Sem Terra, com a seguinte legenda: “**INSISTÊNCIA.** Na terceira *invasão* consecutiva, o MST ocupou até a sede da Fazenda Chão Preto” (p.35, grifos nossos). Além da legenda da foto, o termo invasão aparece apenas uma vez, no entanto é o mais forte e, de fato, caracteriza o conjunto de ações do Movimento no episódio relatado. Isto nos remete à discussão anteriormente formulada por Berger sobre a primazia do uso do termo pela mídia em relação à “ocupar”, com caracterização de “ilegalidade” das ocupações de propriedades privadas. Cabe aqui ser retomada a citação:

O enunciador ao optar por invadir faz a escolha de um signo que preserva o conceito de propriedade privada, em que o sujeito do enunciado encontra-se na ilegalidade e ao destinatário é oferecida uma pista de leitura em que a transgressão tem permissão para ser punida. Caso optasse por ocupar, ele estaria sustentado pelo conceito de propriedade social da terra e a ilegalidade se encontraria na ação da repressão (BERGER, 1998: 133).

Retornando à matéria em análise, as únicas falas transcritas são feitas pelo advogado da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Belém, Carlos Guedes e pelo professor de direito fundiário da Universidade do Amazonas, ex-diretor técnico do Instituto de Terras do Pará, Paraguassú Eleres, que analisam o termo de propriedade da área apresentado por Jader Barbalho.

Segundo o advogado, o documento apresentado pelo ex-senador para justificar a propriedade da Fazenda Chão Preto não se refere às terras onde hoje está efetivamente a fazenda, e sim a uma área localizada a cerca de 20 quilômetros dali, do outro lado da rodovia. E mais, as terras descritas no documento foram desapropriadas em 1987 e hoje abrigam um assentamento do Incra. [...] “Essa documentação comprova que a Fazenda Chão Preto foi erguida em terras que na verdade pertencem ao Estado do

Pará. São terras devolutas que devem ser usadas para a reforma agrária”, diz o advogado Guedes (p.36).

A ambigüidade que cerca as reportagens da Revista aparece aqui, na medida em que o advogado da CPT e o Professor da Universidade (autoridade intelectual) são testemunhos da “ilegalidade” da Fazenda do senador, que se encontraria em terras devolutas. No entanto, o próprio título da reportagem refere-se apenas ao ex-senador, sugerindo que o debate será estabelecido em torno somente das irregularidades cometidas por este; e a forte caracterização da ação como invasão conduzem o leitor a uma outra imagem, qual seja: a da representação de um movimento marcado por atitudes de vandalismo, ilegalidade e violência, que deve ser tratado necessariamente pela força policial. O aparente contraste das declarações do advogado com o quadro descrito anula-se, assim, em função do julgamento moral das ações do MST.

Continuando com esta perspectiva, podemos encontrar na seção **Brasil – Reforma Agrária**, a primeira das três reportagens feitas pela ISTOÉ a respeito do MST no ano de 2003⁴⁹. A matéria⁵⁰ pode ser dividida em três momentos que se interpenetram e possui alguns trechos que merecem destaques:

Os três segundos durante os quais o presidente Luiz Inácio Lula da Silva passou com o boné do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) na quarta-feira 2, no Palácio do Planalto, desencadearam uma enxurrada de protestos no Congresso e das entidades ligadas aos produtores rurais. Em seu primeiro encontro depois de eleito com 27 membros da cúpula do MST, Lula mais uma vez não resistiu ao improvisado, que tem gerado dores de cabeça ao governo. [...] O presidente Lula não pediu e o MST também não prometeu trégua nas invasões. “O governo não tem por que pedir trégua, pois não tutela os movimentos civis. Ao governo cabe fazer cumprir a lei”, diz o ministro da Reforma Agrária. “Não houve conversa de trégua. O governo se compromete com a reforma agrária. Se for feita, os conflitos no campo vão diminuir”, reforça o líder do MST Gilmar Mauro (Edição 1762 de 9/7/2003, p.27-8).

⁴⁹ De todo o período pesquisado, o ano de 2003 é o período mais significativo na obtenção dos resultados da pesquisa. Acreditamos que isto ocorreu vinculado ao fato de ter sido o primeiro ano de gestão do governo Lula, cabendo aos meios de comunicação explorar a tensão entre MST e governo, assim como cobrar qual posicionamento este governo iria tomar.

⁵⁰ **“Bola dividida:** Lula põe boné do MST ao receber líderes do movimento, provoca protestos na oposição e preocupação em aliados de que o governo, com esses afagos, estimule invasões”, assinada por Eduardo Holanda e Weiller Diniz.

Neste primeiro momento, os autores da matéria ressaltam que a postura do presidente Lula talvez tenha sido impensada e que as conseqüências podem ser prejudiciais ao seu governo, pois, estaria autorizando o MST a cometer atos de vandalismos e ilegalidades. Como também, sugere, via fala do próprio Ministro da Reforma Agrária, que o principal mecanismo de pressão adotado pelo MST, a ocupação de terras e prédios públicos, seja passível de punição por parte do governo. Em seguida, destacaríamos:

No mesmo instante em que Lula se confraternizava com os líderes do MST em Brasília, a onda de saques, invasões, bloqueios de estradas e ocupação de prédios públicos varria quatro Estados do País. Em Minas Gerais, 400 trabalhadores rurais fecharam as vias de acesso à cidade de Buritis, no noroeste do Estado... Em Cuiabá (MT), militantes do MST ocuparam pela segunda vez em uma semana a sede do Incra. Em Maceió, 400 trabalhadores rurais ligados ao MST invadiram a Companhia de Energia. “O sujeito passando fome faz qualquer besteira”, argumentou Stédile. A demonstração de força não ficou só a cargo do MST. Os fazendeiros do explosivo Pontal do Paranapanema (SP) fizeram questão de demonstrar na tevê seu poderio bélico. Um pelotão de 15 homens encapuzados, com revólveres, fuzis AR-15 e carabinas 44 fez uma sessão de treinamento de tiro no mesmo momento em que acontecia a reunião no Planalto. A disposição de tratar invasões a bala aconteceu, de fato, na quinta-feira 3, no Paraná. O agricultor Emílio José Ferreira foi atingido com três tiros depois que um grupo de sem-terra tentou invadir uma fazenda do noroeste do Estado. Os disparos foram feitos por seguranças da fazenda. O estado de saúde de Ferreira é estável (p.28).

Neste segundo momento, a reportagem dá destaque ao que classificamos acima como “criminalização dos movimentos sociais”. Ou seja, processo em que a grande mídia atua na representação dos movimentos reivindicatórios enquanto promovedores de atos ilegais e violentos, passíveis de serem condenados pela justiça e mercedores da ação policial repressiva.

Percebe-se, contudo, que se trata de fato do conflito de classes sendo matizado pela manipulação ideológica de primazia da propriedade privada, para garantia da manutenção do sistema agropecuário. Fechando a reportagem temos a seguinte passagem:

O tiroteio ecoou no Congresso. O líder oposicionista, senador Artur Virgílio (PSDB-AM), protocolou o pedido com 35 assinaturas para abertura de uma CPI destinada a investigar as invasões feitas pelo MST: “O que se assiste hoje é a uma sinistra e perigosa escalada que o governo tolera de maneira

silenciosa, por vezes indecorosa.” Na Câmara, o afago também gerou muitas broncas. “É o início de um processo de radicalização. Quando o presidente usa o boné do MST, passa a idéia de que está estimulando o conflito”, avaliou o líder tucano Jutahy Magalhães Júnior. Ex-presidente da UDR e um dos líderes da bancada ruralista, o deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO) criticou Lula. “Ao apoiar um movimento que descumpra a lei colocando seu boné, ele leva a população a um estado de perplexidade. Seu gesto pode estimular invasões”, afirmou. “O presidente não pode assumir o símbolo de um movimento que insiste em se manter à margem da lei, que invade propriedades, saqueia e rouba cargas”, bradou o líder do PFL, José Carlos Aleluia. Mas não só a oposição ficou irritada com as deferências de Lula. O ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, confessou sua preocupação e até o líder aliado, Renan Calheiros (PMDB), está angustiado com os desdobramentos: “Quando o prefeito fecha a prefeitura (Divaldo Pereira, prefeito de Presidente Epitácio, no Pontal) por causa dos conflitos, está se repetindo o que ocorreu com as Farcs” (p.28).

Aqui, tem-se o terceiro e último momento da matéria. De um lado, através de falas oficiais, o MST é enquadrado, aproveitando os próprios termos do senador Artur Virgílio, de forma “sinistra e perigosa”. O Movimento ganha destaque pelo seu “processo de radicalização”. Ao “estimular invasões”, “insiste em se manter à margem da lei” e aproxima-se de um “grupo guerrilheiro envolvido com o narcotráfico” (trecho subentendido), “as Farcs”. De outro, a ISTOÉ busca uma definição do governo Lula quanto ao seu posicionamento político. Afinal, o governo precisa se decidir por qual direção irá trilhar para manter a tal “governabilidade”. Observa-se então como a matéria indica a disputa em questão: os fazendeiros armados e o Congresso reagem contra o MST e chama o presidente à razão. Logo, aqui temos sim matéria que escapa à simples manipulação e nos permite (quando tiramos o “véu que tenta ocultar”) ver o conflito e seus contendores de classe.

Seguindo a linha editorial proposta, a ISTOÉ edita nova matéria⁵¹ correlacionando as ações dos movimentos sociais no cenário político formado a partir do governo Lula. Desta, destacamos as seguintes passagens:

Todo governante em regime democrático tem a sua panela de pressão para administrar. Luiz Inácio Lula da Silva está cumprindo o seu script. Na sua ampla mesa de negociação têm lugar garantido os atores da sociedade que lutam por interesses opostos: de sem-terra a fazendeiros, de operários a empresários. *Quando a conversa não surte efeito e um dos lados radicaliza, o governo fala alto, como fez com o MST, avisando que não vai tolerar o*

⁵¹ Na segunda reportagem da ISTOÉ em 2003, o MST divide as atenções com o Movimento dos Sem Teto do Centro de São Paulo (MSTC). Na edição 1766 de 06 de agosto, as jornalistas Florência Costa e Juliana Vilas assinam a matéria “**Panela de pressão:** movimentos populares apertam o cerco ao governo Lula, que adota o lema endurecer sem perder a ternura”.

*atropelo da lei, como aconteceu no dia 18 de julho na Fazenda Nova Jerusalém, em Unaí (MG), onde os invasores depredaram a propriedade e mataram os animais. [...] **Contra-ataque** – Os tucanos partiram para o ataque, acusando o governo de ser fraco. O líder do PSDB no Senado, Artur Virgílio (AM), comparou Lula a João Goulart, que assumiu em 1961 e foi deposto em 1964. “São as mesmas contradições internas, a mesma falta de comando e a mesma infelicidade na escolha de aliados, como o MST”, disparou. Na quarta-feira 30, o líder do MST no Pontal do Paranapanema, José Rainha Jr., foi condenado a dois anos e oito meses de prisão por porte ilegal de arma. [...] O Planalto já deixou claro que não pretende ser surpreendido com ações radicais: agentes da Polícia Federal foram infiltrados entre os movimentos sociais e entre os fazendeiros que organizam milícias armadas (p.32-5, grifos nossos).*

Nesta passagem alguns aspectos merecem destaque: a postura do governo exigida pela direita, o radicalismo, a violência e a ação destrutiva dirigidos ao MST, o Congresso encrudecendo, o tratamento dispensado a um dos dirigentes do Movimento, a polícia federal infiltrada. Novamente, para além das intenções da Revista, delinea-se um quadro de mudanças conjunturais contra o Movimento noticiado. Dentre as imagens que compõem a reportagem, merecem destaque duas fotografias associadas em paralelo. Mais uma vez as imagens são veiculadas pela Revista com o intuito de desqualificar os movimentos.



Ações: sem-terra radicalizam e queimam fazenda invadida em Minas, e sem-teto fazem ocupações de terrenos e prédios em São Paulo.

Fotografia 5 - Destaque negativo às ações do MST e do MSTC.

Fonte: ISTOÉ, edição 1766, p.32.

Em fevereiro de 2004 explode o caso Waldomiro Diniz, considerado pela grande mídia como *Waldogate*⁵². Um tempo depois, a ISTOÉ entrevista o presidente Lula e, dentre outros assuntos, surge o tema MST tratado da seguinte forma:

Lula – [...] Veja a questão da reforma agrária. O meu desafio, e assumimos o compromisso de atendermos 430 mil famílias, é fazer um novo tipo de reforma agrária. Dar a cada assentamento as condições de produtividade que precisam para que justifique o investimento público feito. **ISTOÉ – Mas as invasões continuam. Lula** – Isso é outra coisa. Houve uma invasão no Incra, por exemplo, a respeito da qual o MST declarou não ter responsabilidade. É uma dissidência deles. As ocupações acontecem porque as pessoas querem se fazer enxergar, querem dizer: “Eu existo, lembrem de mim.” Temos que tratar com carinho. A reforma agrária é uma necessidade. Mas tão necessário quanto fazermos a reforma agrária é garantirmos o sucesso da política agrícola para a agricultura familiar. O desafio é fazermos as coisas diferentes do que se vinha fazendo (Edição 1806 de 19/5/2004, p.29).

Apesar da assertiva provocativa do jornalista, mantendo o tom estereotipado com que a Revista costuma se posicionar a respeito do MST, Lula dialoga com o interlocutor preferindo o verbo “ocupar” em vez de “invadir”. Contudo, o seu discurso apresenta contradições que apontam para o descompasso entre a política agrícola aplicada em seu governo e a efetivação da reforma agrária.

⁵² Torna-se público uma fita, gravada pelo bicheiro Carlinhos Cachoeira, em que Waldomiro Diniz, então assessor direto do principal articulador político do governo Lula e Ministro da Casa Civil, José Dirceu, é flagrado pedindo propina a um bicheiro quando presidia a Loterj, em 2002. O ministro José Dirceu (considerado pelos militantes do partido como o “czar petista”) mantém-se na Casa Civil, porém é afastado da articulação política do governo. Na verdade, a principal crise ético-política do governo Lula ocorrerá no ano seguinte. Em maio de 2005, estoura a maior crise ético-política enfrentada pelo governo Lula e sua base aliada no Congresso Nacional por conta das denúncias de corrupção feitas pelo então deputado federal Roberto Jefferson (denúncias de compra e pagamento de mesadas a deputados para a formação da base aliada). Amplamente divulgada pela imprensa na época, o escândalo contou com a participação do publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza, sócio das empresas de publicidade SMP&B e DNA, e envolveu, além de nomes importantes da cúpula do Partido dos Trabalhadores (PT), um número significativo de parlamentares brasileiros. O volume de dinheiro movimentado nas contas de Marcos Valério, entre 2001 e 2005, foi estimado pelos analistas da Receita Federal e do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) em R\$ 2 bilhões. Neste momento, José Dirceu (mais uma vez no centro dos acontecimentos) é afastado do governo, sendo substituído na Casa Civil pela então ministra das Minas e Energias, Dilma Rousseff e cassado pela Câmara dos Deputados por quebra de decoro parlamentar em dezembro de 2005, tornando-se inelegível até 2015.

5.2.5 Anacronismo versus modernidade: apologia ao agronegócio

O contraste entre a luta pela reforma agrária e o sucesso do agronegócio, em que o primeiro é visto como anacrônico e o segundo como a modernidade no campo, aparece na Revista com destaque para a reportagem de capa de sua edição de 21 de fevereiro de 2003. Tal capa apresenta uma montagem na qual um trator de arado encontra-se em meio a uma “plantação de dólares”, com a seguinte chamada: **“Tem um Brasil que dá certo: no momento em que os juros sobem, o governo faz cortes e a atividade econômica se desacelera, a agropecuária brasileira cresce cinco vezes mais que o PIB”**. A reportagem referente à capa, assinada por Eduardo Marini e Luiza Villaméa, traz o seguinte título: **“Verde que te quero dólar: com tecnologia e pesquisa, a agropecuária bate recordes sucessivos, cresce a ritmo chinês e cria um país à parte, moderno e rico”**. Seguem alguns trechos da reportagem:

ISTOÉ visitou fronteiras agrícolas em várias regiões do País e encontrou resultados de uma espécie de furacão de bonança que atingiu a agropecuária brasileira na década passada e, sobretudo, nos últimos cinco anos. [...] As estatísticas convincentes brotam de todo lado. Agricultores e pecuaristas formam o setor da economia brasileira que mais cresce. De acordo com o Banco Central, o Produto Interno Bruto (PIB) nacional deverá crescer 1,6% em 2002... Enquanto isso, nos dez primeiros meses de 2002, o PIB agropecuário engordou 8,51%... “Isso tudo responde por 27% do PIB, calcula o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues. “Gera 37% dos empregos e equivale a 41% do total de nossas exportações. É o maior negócio do país”, completa. [...] No total, o Brasil tem mais de 90 milhões de hectares virgens, a serem explorados pela agropecuária. [...] Embora não altere a trajetória daqueles que vivem da agricultura de subsistência, o sol tem iluminado grandes e pequenos, em diversos pontos do país. Levino Marasca, dono de 125 hectares em Ernestina (RS) [...] [fechando a reportagem] Por enquanto, é estimulante saber que, embora venha revelando resultados excepcionais, a agropecuária brasileira tem muito campo para crescer (p.38-44).

Esta longa citação tem por objetivo esclarecer alguns pontos referentes ao posicionamento da Revista ao que poderíamos chamar de “comportamento editorial”. De um lado, a representação do MST e sua luta pela redistribuição de terras face à histórica concentração fundiária brasileira, do outro, o agronegócio e o seu “bem sucedido” ‘modelo’ capitalista de gerir a agropecuária em solo nacional. Pois bem, o primeiro será então representado como “arcaico”, “anacrônico”, “não

produtivo”, “ilegal”, “violento”, “baderneiro” e “caricatural”. O segundo, por sua vez, será apologeticamente tratado como “atual”, “contemporâneo”, “milagroso”, “político-economicamente correto”, e, principalmente “noticiável”. Desta forma, compreendemos a preferência da ISTOÉ pela veiculação de matérias sobre o agronegócio e seus “bons resultados” para a economia brasileira⁵³. De tal modo, que em novembro de 2004 a Editora Três passou a publicar uma revista especificamente voltada para o agronegócio, a “Dinheiro Rural: a revista do agronegócio brasileiro”. Note-se que o diretor de redação é o mesmo que irá assumir a direção da ISTOÉ em fevereiro de 2006, Carlos José Marques. Para Marques, o agronegócio é o fruto do “momento épico da economia rural no Brasil. São personagens do grande mundo dos negócios que já estão ganhando dinheiro no campo” (Edição 1830 de 3/11/04, p.82).

Tabela 5 - Quantidade de matérias veiculadas pela ISTOÉ a respeito do Agronegócio e do MST.

Matérias publicadas pela ISTOÉ durante o período pesquisado							
Tema/Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Total
MST	-	02	04	-	01	01	08
Agronegócio	-	01	05	09	04	-	19

Quanto à citação especificamente destacam-se três aspectos. O primeiro, a forma como a notícia é credenciada pelo discurso de autoridade do ministro da Agricultura, demonstrando a importância que o agronegócio possui no crescimento da economia nacional. Como já mencionado anteriormente, esta é uma estratégia bastante utilizada pelos meios de comunicação para patentear o discurso midiático, com a autoridade atestando a veracidade dos fatos narrados. O segundo, é a citação, não encontrada em nenhuma passagem que trate dos Sem Terra, dos “90 milhões de hectares virgens para serem explorados pela agropecuária”. O terceiro, é a referência ao fato de “embora não altere a trajetória daqueles que vivem da agricultura de subsistência, o sol tem iluminado grandes e pequenos, em diversos

⁵³ Conforme dados de 2004 do Ministério da Agricultura, o agronegócio corresponde a 34% do Produto Interno Bruto (PIB). Como também, responde por 37% dos empregos e por 43% das exportações brasileiras.

pontos do país”, justificando esse paradoxo com o depoimento de um agricultor de Ernestina, município do Rio Grande do Sul, possuidor de “125 hectares”. A reportagem omite que a agricultura de subsistência ocupa áreas bem inferiores aos 125 hectares mencionados. A média nacional para assentamentos, apenas para citar um exemplo, é de 34 hectares⁵⁴. E, de acordo com o censo rural, a agricultura de subsistência é praticada, sobretudo, em estabelecimentos com áreas inferiores a 10 hectares⁵⁵. A convivência harmônica dos desiguais, característica do discurso ideológico, aqui aparece como uma iluminação solar igualitária no processo capitalista de produção agropecuária.

Dando seqüência ao contraste modernidade versus anacronismo, destaca-se a reportagem da ISTOÉ publicada uma semana após a emissão da Medida Provisória (MP) de nº.131, em setembro de 2003, que autoriza o plantio de soja modificada em todo o País⁵⁶. A matéria busca dá ênfase às posições contrárias aos transgênicos: “**Batalha no campo: estudo científico reforça a tese dos ecologistas e mostra que duas entre três lavouras transgênicas têm menos plantas e insetos do que plantios convencionais**”, assinada por Leonel Rocha⁵⁷. No entanto, mantendo a ambigüidade já vista anteriormente, a ISTOÉ dá prosseguimento à discussão publicando entrevistas realizadas com dois deputados petistas que defendem posições diametralmente opostas. De um lado, o renunciante Fernando Gabeira (PT-RJ), opositor ferrenho dos transgênicos, e do outro, o deputado Paulo Pimenta (PT-RS), defensor das sementes modificadas e relator da MP 131. Das entrevistas,

⁵⁴ Dados disponíveis na página eletrônica do MST: <http://www.mst.org.br>.

⁵⁵ Dados disponíveis na página eletrônica do Incra: <http://www.incra.gov.br>.

⁵⁶ A ISTOÉ tratou do assunto com a reportagem “**Cenas de novela: para atender ao lobby dos ruralistas, governo atropela os ambientalistas e libera os transgênicos**”, por Eduardo Hollanda e Leonel Rocha, edição 1774 de 1/10/2003. “A polêmica discussão em torno dos transgênicos vem desde 1998, quando a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, a CTNBio, autorizou a Monsanto a plantar a soja *Roundup Ready*, que possui um gene para resistir ao herbicida *Roundup*. Há cinco anos o assunto atrai entusiastas e críticos ferrenhos, na mesma proporção. [...] O maior entrave nacional hoje é a falta de legislação definitiva que regulamente tanto o plantio quanto a comercialização dos transgênicos no País, o que a MP do governo Lula não cumpre. Outro ponto de discórdia é a rotulagem dos alimentos modificados, que deixariam claro ao consumidor o que ele está comprando. Na prática, já existem muitos produtos com ingredientes transgênicos à venda no Brasil” (p.34).

⁵⁷ A reportagem refere-se a um estudo feito por cientistas da Sociedade Real Britânica e publicado no jornal inglês *The Guardian*. “O estudo levou três anos para ser concluído e foi o maior experimento científico já realizado até hoje no mundo. Ele servirá de munição para os ambientalistas na guerra contra os transgênicos. Até então, não havia nenhuma grande pesquisa mostrando os malefícios dos produtos geneticamente modificados. Este, aliás, era o principal argumento a favor desses produtos. Para cegar a esta conclusão, os cientistas ingleses compararam o número de aranhas, borboletas e besouros presentes em fazendas com transgênicos e em outras, que usava sementes não modificadas. Todas as lavouras foram tratadas com herbicidas para matar ervas daninhas. Nas áreas com transgênicos se constatou uma menor presença de insetos e plantas. Ao serem modificadas geneticamente, as sementes de milho, de colza, de beterraba ou mesmo as de soja recebem um gene que as torna resistentes aos inseticidas. Assim, as ervas daninhas e os insetos morrem quando se alimentam nas lavouras transgênicas” (p.36-7).

destaca-se a referência negativa feita por Paulo Pimenta ao MST, na qual sugere que o Movimento (contrário aos transgênicos) possua uma postura anti-ecológica. Como estratégia já anunciada algumas vezes neste texto, a ISTOÉ utiliza-se do discurso de terceiros, devidamente qualificado enquanto discurso de autoridade, para atingir o MST.

ISTOÉ – *Como área livre de transgênicos o Brasil teria mais espaço no Exterior?* **Pimenta** – Não encontrei ninguém que mostre qualquer país que não compre soja transgênica ou que se disponha a pagar mais pela soja convencional. Os setores com perdas na comercialização dos herbicidas são aliados dos que se opõem ao cultivo da soja transgênica. Por que não exigir relatório de impacto ambiental de lavoura convencional nas margens de rios, que usa veneno (agrotóxicos), inclusive nos assentamentos do MST? (Edição 1776 de 15/10/2003, p.102).

Logo, o que inicialmente aparece como um debate científico sobre os transgênicos, rapidamente se transforma em um discurso crítico ao MST que, apesar de ser crítico das sementes geneticamente modificadas, pratica agricultura com uso de agrotóxicos.

Por fim, o contraste moderno/anacrônico é também acentuado em relação à introdução da febre aftosa no Brasil, vista como de responsabilidade do MST. Com o título “**MST na rota da aftosa: relatório da polícia de MS confirma que doença veio do Paraguai e começou em assentamentos dos sem-terra**”, por Vasconcelo Quadros, a ISTOÉ irá tratar do preocupante surto de febre aftosa que afetou o rebanho bovino e sua repercussão nas exportações da carne brasileira. O tom da reportagem é acusatório e tenta demonstrar que a responsabilidade do início do surto da aftosa no Brasil seria do MST.

Um lote de bois retirado de caminhão do Assentamento Rural Savana, em Japorã, na fronteira com o Paraguai, para ser abatido num frigorífico de Eldorado, está na origem da febre aftosa que provocou o maior estrago na economia agropecuária brasileira no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O assentamento, localizado na antiga Fazenda Indiana, desapropriada há seis anos, **pertence a agricultores ligados ao barulhento Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)** e foi responsável por aquilo que se tornou comum numa faixa de fronteira seca de 1.500 quilômetros: **a compra de gado contrabandeado do Paraguai**, apesar de se saber que o controle sanitário paraguaio é precário. [...] a doença veio do Paraguai, numa demonstração da promiscuidade existente na fronteira entre os dois países. Em um lugar onde a divisa só existe nos

mapas, o gado passeia de um lado para outro, sem nenhum controle sanitário (Edição 1882 de 9/11/2005, p.84, grifos nossos).

Destaca-se na reportagem acima o tom acusatório ao MST, visto como movimento **barulhento** e, agora, classificado como **contrabandista**. No entanto, uma análise das informações contidas no texto aponta para a contradição dos argumentos jornalísticos. Como poderiam os agricultores ligados ao MST serem os responsáveis pelo ingresso da aftosa no terreno brasileiro se a faixa limítrofe entre os dois países é de 1.500 quilômetros, em uma zona onde a compra de gado contrabandeado é comum? E onde o próprio gado (aquele criado de forma extensiva) campeia sem fronteiras? Estamos diante de um dos raros momentos no qual a Revista se expressa por si mesma, com seus jornalistas tomando posição política sobre a disseminação da febre aftosa no rebanho bovino brasileiro, como se o próprio MST fosse o “agente causador de chagas sociais” que precisam ser controladas pela “vigilância midiática”.

5.2.6 Organicidade entre o MST, o Partido dos Trabalhadores e o Governo Lula

Dentre as categorias de análise apresentadas neste estudo, a busca de uma ligação orgânica do MST com um Partido político e com um governo perpassa quase todo o período pesquisado. À exceção do primeiro ano de pesquisa (2001), a ISTOÉ buscou constantemente correlacionar o MST tanto ao Partido dos Trabalhadores (PT) quanto ao governo Lula. Durante o ano de 2002⁵⁸, por exemplo, a ISTOÉ

⁵⁸ Ano eleitoral marcado pela disputa entre os candidatos presidenciais Luís Inácio Lula da Silva, do PT, e José Serra, do PSDB, partido do então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC). Em maio, foi divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU) o relatório com os dados levantados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) para o ano de 2002. De acordo com o *ranking* mundial de Desenvolvimento Humano, o Brasil ocupa a 73ª. posição (entre 173 países pesquisados) em Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a 4ª. em índice de concentração de renda, perdendo apenas para os países africanos Serra Leoa, República Centro-Africana e Suazilândia. Os dados também demonstram que diminuiu o ritmo de crescimento do IDH brasileiro. Enquanto no período entre 1990 e 1995, antes do governo FHC, havia crescido 3,4%. De 1995 a 2000, o crescimento não foi superior a 2,7%. Os dados aqui apresentados constam na

vinculou o MST ao PT e à campanha de Lula. O Movimento aqui aparece como o lado morto que poderia prejudicar a sua eleição. A Revista, por sua vez, tenta alertar o Partido para a necessidade da prática do bom senso, o que significaria afastar-se do MST.

Para podermos demonstrar tal postura, retomemos a matéria sobre a já citada ocupação da fazenda da família de FHC (cf. nota 14). Nas páginas iniciais desta edição tem-se o seguinte editorial: “**Estupidez e inteligência**”, por Hélio Campos Mello, Diretor de Redação.

Os estragos causados pela mais espetacular e mais desastrosa invasão do MST vão muito além do mobiliário, dos charutos e da adega da fazenda do presidente da República. Para as eleições presidenciais – este grande espetáculo de mídia atualmente em cartaz, que vamos ter de agüentar até outubro próximo –, as imagens dos militantes do MST refestelados nos sofás de dona Ruth tiveram impacto semelhante aos R\$ 1,34 milhão, em pacotes de notas de R\$ 50, encontrados nos domínios da candidata Roseana⁵⁹... O ministro da Justiça, Aloysio Nunes Ferreira, antecipou-se com agilidade de gato e declarou aos microfones do grande show: “Foi um ato nitidamente político-eleitoral. É o MST trabalhando como braço do PT”... A propriedade de Buritis é alvo do MST desde 1999, e já foram várias as tentativas de invasão. Os invasores estavam sendo intensamente monitorados pela ABIN, a agência de inteligência oficial (Edição 1696 de 3/4/2002, p.19).

O título do editorial demonstra uma postura preconceituosa da Revista com relação ao MST e caracteriza a escolha de classe ideologicamente camuflada da ISTOÉ. Estupidez dos membros do MST ao “invadirem” de forma “espetacular” e “desastrosa” a “fazenda do presidente da República”, causando prejuízo político-eleitoral ao candidato do PT. Estupidez por se encontrarem os pobres sem terra “refestelados nos sofás de dona Ruth”, o que também contribuiria para prejudicar a eleição de Lula com a comparação ao “impacto semelhante aos R\$ 1,34 milhão,... encontrados nos domínios da candidata Roseana”. Observa-se também que a ISTOÉ demonstra antipatia pela candidatura de Lula ao associá-la ao MST, o que

reportagem de Marcos Pernambuco, “**Sem justiça:** Brasil está no topo da concentração de renda”, publicada na ISTOÉ, edição 1713 de 31 de julho de 2002.

⁵⁹ Em 01 de março de 2002 a Polícia Federal apreendeu 1,3 milhão de reais na empresa Lunus Serviços e Participações Ltda, sediada em São Luís/MR e de propriedade da então governadora do Maranhão e pré-candidata à presidência da república pelo PFL Roseana Sarney e de seu marido Jorge Murad. Por conta disto, Roseana Sarney foi obrigada a desistir da candidatura. Fato registrado pela ISTOÉ, edição 1698 de 17/4/2002, com a seguinte reportagem, assinada por Weiller Diniz e Leonel Roca: “**Jogada ao mar:** PFL força Roseana a renunciar e agora fica dividido entre apoiar Ciro Gomes [também candidato à presidência] ou pagar o mico de voltar ao governo”.

sugere que o candidato seria conivente com as ações do Movimento caso fosse eleito.

Nesta mesma edição, a Revista traz uma entrevista realizada com João Pedro Stedile por Vasconcelo Quadros. Das doze perguntas realizadas pela ISTOÉ nove correlacionavam o MST e o PT/Lula. Em questionamentos como: “**ISTOÉ** – As ações do MST afetam o PT. Como dissociar o movimento do partido?” (p.35), constata-se que a Revista indiretamente posiciona-se cobrando um afastamento entre o PT e o MST⁶⁰. Na reportagem de capa tem-se a seguinte passagem:

A mais desastrada ocupação dos sem-terra deixou em lados opostos o MST e o PT, evidenciando um distanciamento a cada dia maior. [...] Era como se desmoronasse todo o trabalho do publicitário Duda Mendonça, de lapidar o perfil de Lula. “O PT faz tudo para desvincular sua imagem do MST, para parecer menos radical. O problema é que o MST saiu do controle”, opinou o cientista político David Fleisher, professor da Universidade de Brasília. Desta vez, os petistas já avisaram que não vão apagar incêndio. O MST deve responder sozinho pelas conseqüências de seus atos. “Não contem com o partido para nenhuma aventura política ou medida fora da lei. Pela força e pela violência, o MST não terá nosso apoio em nenhum momento. Vamos repelir, repudiar e condenar”, afirmou o presidente nacional do PT, deputado José Dirceu (SP). “Foi um ato de desrespeito e de abuso”, completou o senador Eduardo Suplicy (SP), até então o mais fiel escudeiro do MST dentro do PT (Edição 1696 de 3/4/2002, p.30-2).

A ISTOÉ habilmente utiliza-se de discursos que, de fato, apontam para a estratégia eleitoral do Partido dos Trabalhadores afastando-se do MST para conseguir a vitória eleitoral. Isso implica no uso de declarações de autoridades científicas – cientista político David Fleisher -, e declarações de próceres da corrente majoritária do PT. Assim, busca explorar as contradições entre o PT e o MST, com José Dirceu e Eduardo Suplicy (este último tratado com ironia), sugerindo uma posição da Revista favorável ao afastamento de Lula dos radicais do MST. O que continua na edição da semana seguinte com a fala de José Genoíno⁶¹. Na oportunidade, a ISTOÉ estampa a seguinte frase:

“Eu defendo o rompimento puro e simples. O MST continua fazendo provocações contra o PT”. José Genoíno, candidato do PT ao governo de

⁶⁰ O que o partido se esforçará para fazer na tentativa de mostrar que havia mudado seu posicionamento, distanciando-se das lutas sociais, adquirindo uma postura mais flexível.

⁶¹ Os três são membros da cúpula do Partido dos Trabalhadores.

São Paulo, sobre as relações de seu partido com o Movimento Sem Terra (Edição 1697 de 10/4/2002, p.22).

Mantendo o mesmo enquadramento, a ISTOÉ apresenta em seu editorial⁶², como registro da opinião da Revista, a seguinte passagem:

Guido Mantega, seu principal e mais brilhante assessor econômico, continua com o trabalho de convencimento nos ambientes empresariais. E este trabalho é **exorcizar demônios**: o PT não vai dar calote nem renegociar a dívida, vai implementar as exportações, conversar com o FMI e, **para alívio das platéias, o MST não é o PT e os radicais não mandam no partido** (p.19, grifos nossos).

Logo em seguida, nesta mesma edição, tem-se a seguinte reportagem, realizada por Ana Carvalho e Inez Garçon: **“A estrela sobe**: Lula vai à tevê, pula de 26% para 31% nas pesquisas e recebe o apoio de Jospin na França”, da qual destacamos o seguinte trecho:

No programa de tevê assinado pelo marqueteiro Duda Mendonça, o petista defendeu **o direito à propriedade**, mostrando estar distante da estratégia de um de seus aliados, o MST, que invadiu, no dia 23 de março, a fazenda de FHC em Minas... **a invasão promovida pelo MST** não atingiu Lula nas pesquisas, conforme mostrou o Datafolha... Segundo analistas, no entanto, a população já consegue dissociar a imagem de Lula e seu partido do Movimento dos Sem-Terra (Edição 1698 de 17/4/2002, p.28, grifos nossos).

Cabe observar que a revista não deforma a realidade neste conjunto de informações sobre o PT, pois, este de fato alterava seus posicionamentos históricos, apresentando-se como um partido palatável à elite nacional. É possível constatar também que a Revista busca tensionar ao máximo as divergências, objetivando atingir não o PT, mas o próprio MST. Afinal, a “domesticação” do PT era interessante para a burguesia, uma vez que o candidato Lula aparecia com amplas chances eleitorais. Como visto na discussão teórica, a imprensa não se limita a informar e por em relevo às discussões existentes na sociedade, a sua ação visa também alterar posições conjunturais. Vimos como movimentos sociais foram promovidos e

⁶² Edição 1698 de 17/4/2002: **“Idas e vindas”**, por Hélio Campos Mello, Diretor de Redação.

desmoralizados pela grande mídia, aqui a impossibilidade de alterar os rumos do MST e o risco efetivo de escolha de um candidato com histórico de esquerda levam a ISTOÉ a “contribuir” para a alteração do rumo do PT, exigindo responsabilidade e isolamento do MST.

Confirmando tal análise, encontramos uma curiosa citação feita pela ISTOÉ (ao falar das campanhas dos presidentiáveis) sobre o contrato estabelecido entre a campanha de Lula e os cantores sertanejos Zezé de Camargo e Luciano. Na oportunidade, Florência Costa assina um quadro intitulado “**Ingrediente sertanejo**”, e lá consta a seguinte passagem:

Lula e Zezé se conheceram em agosto do ano passado, num jantar na casa da prefeita de São Paulo, Marta Suplicy. “Minha imagem do PT era de **invasão de terra, de anarquia**. Hoje sei que é uma visão distorcida. Eu conheço os lugares mais miseráveis do Brasil. Fiquei impressionado com o conhecimento que o Lula tem do Brasil” (Edição 1719 de 30/08/2002, p.27, grifos nossos).

Apesar de não haver referência direta ao MST, a passagem fortalece o posicionamento da Revista contrário aos procedimentos adotados pelo Movimento, assim como, mais uma vez estigmatiza-o negativamente com associações à baderna e à ilegalidade, ao tempo em que prossegue na construção de uma imagem palatável do candidato Lula. O título ganha destaque com a utilização do termo “sertanejo”, para designar a presença de uma dupla de cantores ideologicamente vinculada ao sistema na campanha do candidato Lula, quando o termo etimologicamente refere-se ao camponês que ocupa áreas de sertão. Ganha destaque também uma referência posterior (após a eleição de Lula) a este mesmo cantor⁶³, em que a lógica discursiva mantém-se no mesmo sentido.

Camargo – Há dez anos eu achava que o PT era sinônimo de baderna, de invasão de terra. Muita gente ainda pensa assim. [...] **ISTOÉ** – *Você tem duas fazendas, uma em Goiás e outra em Mato Grosso. Como se comportaria, caso o Movimento dos Sem Terra invadisse suas propriedades?* **Camargo** – A reforma agrária tem que ser feita no Brasil e é

⁶³ A ISTOÉ publicou uma entrevista feita por Celso Fonseca e Domingos Fraga, na qual o entrevistado, Zezé de Camargo, fala sobre as perspectivas para o novo governo de Luís Inácio Lula da Silva (recém eleito para presidente da República), com a seguinte chamada: “**Lula vai juntar pobres e ricos**. Engajado de corpo e alma nas idéias petistas, Zezé Di Camargo propõe até doar um pedaço de suas terras para a reforma agrária” (edição 1726 de 30/10/2002).

necessária. Eu concordo com a reivindicação do MST. Não concordo com seus métodos. Invadir a propriedade alheia é um absurdo. É inconstitucional, você não pode invadir o que é dos outros. Eu tenho minhas fazendas perto de alguns assentamentos realizados há dois anos e 30% das terras já foram vendidas. Ou seja, invade a terra, vende e sai. Virou profissão. O MST perdeu uma grande chance de fazer uma revolução agrária neste país (p.124-5).

Podemos observar aqui a referência explícita à negatividade do MST. A matéria destaca um aliado do presidente recém eleito defendendo o direito de propriedade e acusa o MST de invadir e depois vender as terras ocupadas pelos militantes. Novamente a Revista utiliza-se do método de fazer um outro qualificado falar por ela, o que dá bastante veracidade a seus argumentos. Nota-se também que Camargo se diz a favor da reforma agrária, sugerindo, portanto, que este não é o problema principal e sim a violência do MST. Contudo, deseja o respeito à ordem e à lei, o que, obviamente, impediria a reforma agrária.

Nesta mesma edição, intitulada de *Edição Histórica*, destaca-se a capa inteira com a foto do presidente eleito Luís Inácio Lula da Silva (expressando contentamento) e a bandeira do Brasil ao fundo, com a seguinte chamada: **“Lula: como será o Brasil do novo presidente”**⁶⁴. Em uma das muitas reportagens que compõe esta edição, destacamos a seguinte passagem⁶⁵:

O pacto idealizado pelo PT é um binômio que costura maioria ampla no Congresso e a criação de um fórum de notáveis batizado de Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Trata-se de um órgão de assessoria para o presidente da República. Um grupo eclético e conflitante que reúne Fiesp, Febraban, CNI, CGT, CUT, Força Sindical, CNBB, **MST**, ONGs, intelectuais e ex-ministros. [...] Lula pretende pôr em prática o velho sonho de construir um governo de centro-esquerda. [...] O PT planeja oferecer ao PMDB algumas jóias do poder: a presidência do Senado ou da Câmara e um ministério... A idéia ainda não contagiou todos os peemedebistas. Dentro da cúpula, Temer [Michel Temer, então presidente do PMDB] é, até aqui, o mais permeável à governabilidade, mas quer compromissos prévios para negociar o apoio. “Não pode haver desvios radicais nos rumos do País. Ou seja, romper contratos, negar a globalização e deixar sem controle o **MST e os radicais.**” (Edição 1726 de 30/10/2002, p.42-6, grifos nossos).

⁶⁴ De fato, estamos diante de um fato histórico. Pela primeira vez na história brasileira, um operário “sem-diploma” ocupa o cargo máximo. Após treze anos em três tentativas anteriores sem sucesso, Lula tornou-se o trigésimo presidente da República e o décimo sétimo eleito pelo voto direto. Lula é o primeiro presidente pernambucano do Brasil e o primeiro representante da classe trabalhadora a governar um país na América Latina.

⁶⁵ Reportagem assinada por Florência Costa, Sônia Filgueiras e Weiller Diniz, **“A vez do pacto: antes da posse, Lula vai procurar Serra e tentar viabilizar coalizão de centro-esquerda com o PSDB e o PMDB”**.

Aqui, mais uma vez o MST é citado na perspectiva assumida pela Revista, sempre autorizada por falas de personalidades (do mundo científico, artístico ou político). O MST e os radicais deveriam ser controlados, pois, seriam capazes de causar danos irreparáveis à nação, podendo prejudicar, inclusive, o “pacto de governabilidade” proposto pelo novo governo.

O posicionamento acima, exigindo controle do MST e afastamento do governo, não impede a Revista de utilizar-se de entrevistas de suas lideranças para aparecer como crítica do próprio governo. Deste modo, aparentando uma reviravolta editorial, a ISTOÉ publica uma reportagem sobre o Programa Fome Zero⁶⁶. Na oportunidade, o então ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, José Graziano da Silva, ressaltou a importância da participação da sociedade na erradicação da fome no Brasil⁶⁷. Ganha destaque, contudo, a contraposição feita a partir da transcrição também da fala de João Pedro Stedile.

Mas o governo não pretende ver os cidadãos comuns seguindo o exemplo da modelo. “A doação de dinheiro é pra as grandes empresas, os indivíduos devem entrar com ações de trabalho voluntário nas comunidades carentes”, sugeriu Graziano. [...] É nesse trabalho conjunto que Lula espera encontrar respostas para as principais restrições feitas ao Fome Zero. Os mais críticos alertam que até agora o governo só apresentou medidas paliativas. “A questão não é só dar comida, o principal é mudar o modelo econômico para permitir a distribuição de renda”, afirma João Pedro Stédile, coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (Edição 1740 de 5/2/2003, p.28).

Nesta reportagem a ISTOÉ faz o jogo inverso ao da campanha eleitoral, pois, nela, um dos coordenadores nacionais do MST posiciona-se criticamente em relação ao Programa Fome Zero, acentuando suas dificuldades operacionais e, sobretudo,

⁶⁶ Como medida emergencial para estabelecer um amplo programa de combate à fome no Brasil, o novo governo lança a campanha “Fome Zero”. A ISTOÉ, como todos os demais meios de comunicação, cobriu o seu lançamento. Com a campanha, o governo busca demonstrar que o Fome Zero não será uma simples distribuição de dinheiro para comprar comida. Assim como, afirma que montará uma grande campanha de solidariedade com traços educativos. “Cada família cadastrada receberá um cartão magnético para comprar alimentos. Estuda-se que, em troca, os beneficiários participem de atividades comunitárias relacionadas à melhoria da qualidade de vida... A administração vai montar uma rede nacional de arrecadação de doação de empresas, ONGs, sindicatos e de pessoas físicas que poderão ser feitas até pelo telefone [...] A distribuição de cartões-alimentação cobrirá todo o Nordeste. O programa começa no próximo dia 10, no Piauí com a entrega de dois mil cartões. Será criado um cálculo oficial para fixar a linha de pobreza brasileira” (Edição 1736 de 8/1/2003, p.38).

⁶⁷“**Foi dada a largada:** combate à miséria no País é lançado e Lula faz apelo para que a sociedade também participe”, por Antônia Márcia Vale (edição 1740 de 5/2/2003, p.28). A reportagem destaca a participação da *top model* brasileira Gisele Bündchen com a doação de 50 mil reais para o Fome Zero.

seu caráter assistencialista⁶⁸. Constatamos mais uma vez o uso constante da voz do outro qualificado para divulgar suas próprias posições, só que aqui, paradoxalmente, é a voz do MST que permite à Revista criticar o governo Lula. Curioso observar que mais adiante a própria ISTOÉ manifesta-se criticamente a respeito do programa Fome Zero e traz, de forma direta, o enfrentamento entre o governo Lula e o MST⁶⁹.

Mas justamente na área social, o time pareceu amador. O governo lançou o Fome Zero de forma atabalhoada, sem explicá-lo à sociedade. A guerra à fome foi bombardeada por especialistas com a exigência de que os pobres usem os R\$50 mensais para comprar apenas comida com a obrigação de apresentar recibos. Ao mesmo tempo, os petistas experimentaram o gosto amargo de enfrentar o MST, que já promoveu várias invasões, provocando a reação irada de fazendeiros (Edição 1749 de 9/4/2003, p.26).

Mas será contínuo o jogo de ataque ao MST e ao governo, a exigência de distanciamento e a denúncia do seu radicalismo. Isto pode ser visto a partir da correlação entre o MST e o governo Lula encontrado no seguinte editorial de Hélio Campos Mello (Diretor de Redação): **“O boné da discórdia”**. Dele retiramos o seguinte trecho:

Mais do que de ações, um governo também vive de símbolos. Para uma liderança popular e carismática como a do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que tem relação direta com o povo e sabe como poucos falar a linguagem do brasileiro médio, qualquer gesto tem significado que transcende o imediato. O fato de colocar um boné do MST deveria terminar com a foto nos jornais e as imagens na televisão... No episódio do boné, os três segundos que o pedaço de pano passou pela cabeça presidencial podem dar muita dor de cabeça. Talvez o momento não tenha sido mesmo muito feliz. O mimo aconteceu logo agora que a situação no campo recrudescer, quando fazendeiros voltam a falar em milícias armadas, sem-terra radicalizam e partem para novas e violentas invasões (Edição 1762 de 9/7/2003, p.19).

⁶⁸ Em janeiro de 2004, na primeira reforma ministerial do governo Lula, o programa Fome Zero perde poder político com a saída de José Graziano da Silva e a extinção do Ministério Extraordinário de Combate à Fome e Segurança Alimentar. O Programa, junto com o Bolsa-Família, ficou a cargo do Ministério do Desenvolvimento Social, sob direção do recém empossado ministro Patrus Ananias (PT-MG).

⁶⁹ Na edição 1749 de 09 de abril de 2003, seção: **Brasil – Especial: Os 100 dias do governo Lula**, a ISTOÉ estampou a seguinte reportagem, firmada por Florência Costa e Liana Melo: **“Só Bush e Beira-Mar atrapalham: lua-de-mel de Lula com brasileiros continua, mas invasão do Iraque e crime organizado preocupam”**.

Ganha destaque o título do editorial por “qualificar” um dos principais símbolos do MST com o termo “discórdia” e, logo em seguida, desqualificá-lo como um “pedaço de pano” que “passou pela cabeça presidencial” e pode lhe custar “muita dor de cabeça”. O boné, junto com a bandeira e os hinos são os principais símbolos de identificação dos Sem Terra. A Revista mais uma vez exige o afastamento MST/governo Lula. Insinua esta necessidade em função da tensão existente entre fazendeiros (que voltam a falar em milícias armadas) provocados por Sem Terra, que “partem para novas e violentas invasões”.

Também com este sentido, a ISTOÉ, em suas edições seguintes, apresenta uma seqüência de imagens bastante representativas. As duas primeiras ilustrações cobram o posicionamento do presidente na situação e ironiza os símbolos do MST (o boné e a bandeira em forma de avental). A terceira ilustração sugere o afastamento do presidente de seus antigos aliados. As duas últimas ironizam a situação sugerindo um governo de centro apoiado no sistema financeiro internacional. Ou seja, as imagens reforçam a idéia da ausência de conflito de classes e reforçam a ingerência do capital financeiro globalizado na gestão nacional.

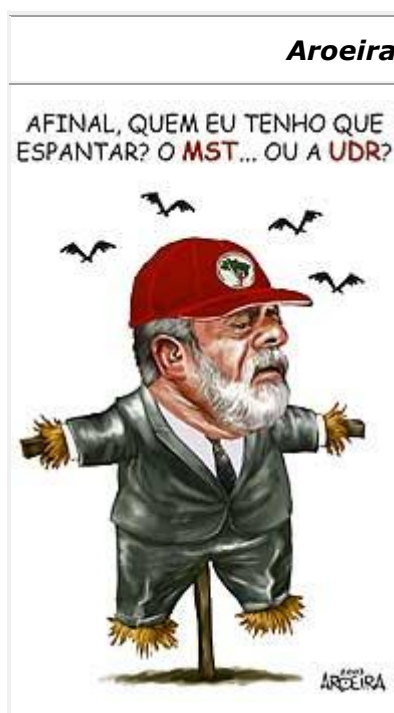


Ilustração 1 - Charge de Aroeira.
Fonte: ISTOÉ, edição 1763, p.34.

**PAULO CARUSO APRESENTA
"Fashion Week"**



Ilustração 2 - Charge de Paulo Caruzo.
Fonte: ISTOÉ, edição 1763, p.90.



Ilustração 3 - Charge de Aroeira.
Fonte: ISTOÉ, edição 1767, p.45.

**PAULO CARUSO APRESENTA
"A Grande Parada"**



Ilustração 4 - Charge de Paulo Caruso.
Fonte: ISTOÉ, edição 1771, p.114.

PAULO CARUSO APRESENTA
"Comunidade solidária"



Ilustração 5 - Charge de Paulo Caruso.

Fonte: ISTOÉ, edição 1772, p.98.

Em janeiro de 2004, o governo Lula realiza a sua primeira reforma ministerial. O grande objetivo era incluir de forma efetiva o PMDB na Esplanada dos Ministérios⁷⁰. No bojo da discussão da reforma ministerial, surgiu uma dúvida sobre a possível saída do então ministro Olívio Dutra (PT-RS) do Ministério das Cidades⁷¹.

⁷⁰ Para garantir a aprovação das emendas constitucionais, no período de votação das reformas da Previdência e tributária, foi feito um acordo entre o governo Lula e o PMDB, no qual ficou estabelecido que, em troca do apoio do partido, o governo se comprometia a ceder pelo menos dois Ministérios. Cf. ISTOÉ, edição 1753 de 7/5/2003, "O rolo do PT: governo decide jogar duro contra dissidentes e acelera articulações para aprovar as reformas este ano", por Sônia Filgueiras.

⁷¹ O que foi notícia na ISTOÉ, edição 1787 de 14 de janeiro de 2004, com a matéria "Mexe pouco, muda muito: reforma ministerial de Lula dará novo rumo ao governo e ampliará seu núcleo de poder", assinada por Luiz Cláudio Cunha.

Merece destaque uma interessante passagem em que é insinuada a tutela dos movimentos sociais pelo governo:

Lula liga pessoalmente para Olívio e garante que “O Ministério é estratégico e não sairá das mãos do PT.” Foi o que o presidente do PT, José Genoíno, na mesma hora, dizia ao presidente da seção gaúcha do partido, David Stival, apreensivo com a reação das bases. “Começamos a organizar a reação dos sem-teto, dos sem-terra, dos movimentos sociais que não aceitam ver cair nas mãos do PMDB, em ano de eleições municipais, um ministério que trata diretamente com os prefeitos.” (Edição 1787 de 14/1/2004, p.20).

Com o sugestivo título **“Lula vai para o Japão... apertem os cintos: base aliada continua batendo cabeça; CPI cai no colo da oposição com o apoio do PT; marcha do MST termina em pancadaria; e o Copom, acreditem, aumentou os juros de novo”**, por Sônia Filgueiras, a Revista irá tratar das questões que compõem o quadro crítico em que se encontra o governo brasileiro como resultado da falta de habilidade do próprio governo na condução da crise. Na matéria encontramos referência à marcha de abril do MST em direção à capital federal. Percebe-se aqui, mais uma vez, o matiz ideológico que permite inverter a situação ao enquadrar o ato de protesto contra a violência no campo e pela reforma agrária em uma ação de vandalismo e baderna, sobre a qual se faz necessária a contenção policial. O detalhe irônico utilizado pela Revista ao indicar a ausência de culpa de Lula e do PT no ato do MST (passível de haver culpados) revela também o modo de abordar a questão, sugerindo o acontecimento como inaceitável pela opinião pública.

Como se vê, em todas as confusões há o dedo do PT. Na semana que passou, a única coisa em que Lula e seu partido não tiveram culpa foi em relação ao MST. Na terça-feira, reunidos em ato público na Esplanada dos Ministérios, os sem-terra entraram em conflito com a polícia. A pancadaria resultou em 32 manifestantes e 18 policiais feridos (Edição 1885 de 25/5/2005, p.28-30).

Acompanhando a reportagem, encontramos uma foto de um terço de página que demonstra o confronto entre o MST e a Polícia Militar de Brasília. Mantendo a coerência no tratamento dos fatos que envolvem o Movimento dos Sem Terra, a foto é bastante representativa do foco buscado pela ISTOÉ ao abordar o MST.



Marcha do MST: duelo com policiais na Praça dos Três Poderes. Nessa o PT e o governo não tiveram culpa.

Fotografia 6 - Dispersão de membros do MST pela PM de Brasília.

Fonte: ISTOÉ, edição 1858, p.30.

Na esteira deste vínculo orgânico entre o PT e o MST, a primeira referência ao Movimento publicada pela Revista em 2006⁷² será feita através do militante religioso de esquerda, ex-membro do governo Lula (coordenava o Programa Fome Zero), Carlos Alberto Libânio Christo, o Frei Betto.

ISTOÉ – O poder muda a face das pessoas ou, como o sr. questiona em seu livro, faz com que a verdadeira face se manifeste? Frei Betto – Ainda não sei a resposta, mas é certo que a cabeça pensa onde os pés pisam. O PT foi eleito pelo MST, pela CUT, pelo povo das portas das fábricas, das comunidades eclesiais de base, dos movimentos de mulheres, de negros, enfim, o PT venceu em razão de suas profundas ligações com suas bases. Ao chegar ao poder, no entanto, o partido e o governo Lula passaram a tratar essas mesmas bases com distanciamento, incomodados com suas reivindicações, com sua marcha. Isso provocou uma mudança no discurso e na lógica ideológica do partido (Edição 1895 de 15/2/2006, p.10).

⁷² “‘O governo Lula é esquizofrênico’: Frei Betto lança livro de memórias do poder em que ataca a política econômica e os líderes do PT”, por Ana Carvalho. Trata-se de uma entrevista nas **Páginas Vermelhas** da ISTOÉ de 15 de fevereiro de 2006, edição 1895, em que Frei Betto fala particularmente de sua participação no governo Lula, da situação do PT diante dos acontecimentos recentes de corrupção e desvio de verbas públicas e da possibilidade de reeleição de Lula neste contexto. Semelhante ao ano de 2002, em 2006 também ocorreram eleições presidenciais e também aconteceu a disputa entre o PT, através da figura do atual presidente e candidato à reeleição, Luís Inácio Lula da Silva, e o PSDB, representado pelo então governador de São Paulo, Geraldo Alckmin. Contudo, diferente de 2002, quando o MST foi encarado pela Revista como o parceiro mórbido que poderia prejudicar a eleição do então candidato Lula, a ISTOÉ tentará demonstrar que o governo Lula buscará solidificar o apoio do MST através de ajuda financeira, o que foi assunto da única reportagem publicada sobre o Movimento em 2006.

Aqui, percebe-se mais uma vez a contradição da ISTOÉ revelado pelo constante jogo de revelação e ocultação da realidade. A transcrição da fala de Frei Betto demonstra uma postura crítica com o governo Lula que se afasta dos históricos companheiros de luta, ao mesmo tempo em que reconhece a importância dos movimentos sociais na composição da base aliada que deu legitimidade ao governo. O MST então aparece compondo o perfil ideológico contrário aos acontecimentos recentes envolvendo o governo e a cúpula do PT.

Continuando com sua postura de vigilância dos movimentos sociais, a ISTOÉ faz nova referência ao MST com os seguintes números: “O MST movimentou R\$ **30** milhões em **6** anos. **28,9%** desse valor veio do governo Lula entre junho de **2003** e julho desse ano” (edição 1828 de 20/10/2004, p.22, grifos originais). Na verdade, a ISTOÉ está apenas lembrando que o principal parceiro do MST é próprio governo Lula. Assim como, é curioso observar a importância dada pela Revista ao uso do dinheiro pelo Movimento, o que pode ser compreendido como uma inversão ideológica da luta social ao equivalê-la ao processo capitalista de acumulação de divisas.

Ainda nesta mesma perspectiva, a edição 1923 de 30 de agosto traz em sua capa (ponta superior direita) a seguinte chamada: “**Exclusivo. Governo repassa R\$ 600 milhões ao MST para acalmar os sem-terra**”. A reportagem, por sua vez, terá a seguinte chamada: “**Eleições 2006. Os convênios da reeleição: governo injetou R\$ 605 milhões em instituições privadas ligadas aos movimentos sociais**”, por Hugo Marques. Destaco alguns trechos com os quais podemos mais uma vez perceber a inversão ideológica a partir do enquadramento do MST subjugado ao governo por uma perspectiva capitalista de acumulação de divisas. Ressalte-se também a desqualificação do Movimento pela injunção de valor moral sobre possíveis desvios de dinheiro público.

O silêncio dos movimentos sociais nas vésperas da eleição pode ser medido em números. Desde seu início, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva repassou R\$ 605 milhões do Ministério do Desenvolvimento Agrário para “instituições privadas sem fins lucrativos”. Associações, cooperativas e outras instituições ficaram responsáveis por boa parte do investimento da verba oficial... Por trás da maior parte delas estão os movimentos dos trabalhadores sem terra, como o MST, de João Pedro Stedile, o MSLT, de Bruno Maranhão, e a Contag de Manoel José dos Santos, engajados na campanha da reeleição do presidente Lula. [...] O TCU tem 15 processos contra as principais associações, todas ligadas aos sem-terra, conhecidas pelas siglas de Anca, Concrab e Anara. As duas

primeiras são ligadas ao MST. A Anara é do MLST e foi apontada como a associação que financiou o quebra-quebra no Congresso, em julho (p.48-9).

Na edição seguinte, a ISTOÉ surpreende com a veiculação da resposta do Movimento à matéria supra citada (seção **Cartas** - assunto **MST**), acompanhada da réplica da Revista, mantendo, assim, a lógica de revelar/ocultar a realidade.

Diferentemente do publicado na capa de ISTOÉ, onde a revista afirma que “Governo repassa R\$ 600 milhões ao MST para acalmar os sem-terra”, o Movimento esclarece que nunca recebeu dinheiro de nenhum governo. Os convênios do Ministério do Desenvolvimento Agrário foram firmados com organizações não-governamentais, que beneficiam milhares de trabalhadores sem-terra de diversos movimentos e sindicatos com projetos de educação rural, saúde, cultura, produção e comercialização agrícola. As parcerias das entidades da reforma agrária com os governos são legítimas e garantem os direitos sociais das famílias assentadas, como prevê a Constituição Federal. A reportagem apresenta uma leitura equivocada quando afirma que o governo teria “acalmado o MST” com o repasse de verbas. O MST segue na luta pela reforma agrária no Brasil e não tem convênio com nenhum governo. Neste ano, as famílias do movimento realizaram mais de 100 ocupações de terra, protestos e manifestações para pressionar o governo a cumprir o Plano Nacional de Reforma Agrária. Ao contrário do que sugere a reportagem, não apoiamos nenhuma candidatura e preservamos a nossa autonomia em relação a partidos, governos e Estado em mais de 22 anos na organização dos trabalhadores rurais. “Os convênios da reeleição” (ISTOÉ 1924). **Assessoria de imprensa do MST. Brasília – DF. ISTOÉ responde:** A reportagem revela com documentos exclusivos que o governo Lula repassou R\$ 605 milhões da reforma agrária para instituições privadas sem fins lucrativos, e que por trás da maior parte delas estão movimentos sociais como MST, Contag e MLST, que estão apoiando abertamente a reeleição do presidente Lula (Edição 1924 de 6/9/2006, p.15, grifos originais).

Aqui nos deparamos com um daqueles poucos momentos em que a Revista fala por si própria. Parece que a disputa posta na reportagem pode ser descrito da seguinte maneira: de um lado, os movimentos sociais em silêncio “comprados” pelo governo que, por sua vez, ocuparia o outro assento em um jogo de “cartas marcadas”. Ou seja, a apresentação do tema é feita sobre uma ótica distinta da que víamos constatando até este momento: os movimentos agora não seriam violentos, e sim omissos. De novo, a Revista emite um julgamento moral.

Cabe ressaltar que a questão da institucionalidade do Movimento na sua relação com o governo federal é um ponto delicado, que mobiliza debates acirrados entre os estudiosos (incluído alguns dos dirigentes do próprio MST). Cabe

acrescentar também que sobre o assunto não serão feitos maiores comentários, pois, foge ao proposto nesta Dissertação.

5.2.7 Configurando uma possibilidade de síntese

Apesar da Revista se autodenominar como a mais imparcial do segmento, os resultados aqui obtidos demonstram o contrário, assemelhando-se às demais mídias pesquisadas pelos diversos autores anteriormente apresentados. Pudemos constatar que a principal estratégia utilizada pela ISTOÉ é o silêncio. Assim como, que a imagem do MST veiculada pela Revista pode ser caracterizada como negativa, estereotipada e folclórica. Ou seja, a partir da leitura da ISTOÉ é possível também constituir uma representação do MST enquanto um movimento sensacionalista, anacrônico, composto por integrantes arruaceiros e baderneiros, que atuam para além dos limites da lei e sob o apelo da violência.

Um outro aspecto também observado diz respeito à ausência, no período pesquisado, de matérias que tratassem dos problemas estruturais ligados ao campo de modo geral. Temas de ordem conjuntural como: a questão agrária brasileira com sua conseqüente concentração fundiária; a realização efetiva da reforma agrária; a agricultura familiar; as conseqüências do crescimento do capitalismo agrário (o agronegócio), entre outros, não foram focos de atenção da ISTOÉ. Com relação ao agronegócio, contudo, observamos matérias afirmativas que enaltecem o seu crescimento como um dos principais pilares para o desenvolvimento da economia brasileira.

Na tentativa de estabelecer uma síntese de correlação com os demais trabalhos aqui apresentados, constatamos que a representação do MST na revista ISTOÉ possui características similares aos descritos pelos demais autores em diversos aspectos.

A descrição negativa e estereotipada referente ao MST em contraposição aos aspectos positivos vinculados à força policial e à ação da justiça constatados por

Mendonça (2005) a partir dos jornais Folha de São Paulo, O Globo, O Estado de São Paulo e Jornal do Brasil; por Guareschi e outros (2000) através dos veículos impresso e radiofônico da Rede Brasil Sul de Comunicação (RBS); e por Arbex Júnior (2006) a partir da Rede Globo de Televisão, dos jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo e da revista VEJA.

A antipatia por parte do semanário em retratar o MST, a espetacularidade no tratamento da notícia, a parcialidade do enfoque, o patrulhamento ideológico, a descaracterização dos militantes em arruaceiros e baderneiros e a vigilância pedagógica na conjunção de forças políticas à esquerda tal como demonstrado por Fontes (2001) com a revista VEJA. Já dos mecanismos de construção do discurso observados por Souza (2004), também a partir da VEJA, constatamos com a ISTOÉ o silêncio (majoritário), a tentativa de divisão do Movimento e a satanização.

Assim como Schwengber (2005) observou, a partir de dois jornais de significativa circulação no Mato Grosso do Sul, que as notícias veiculadas sobre o MST são pautadas em três grandes conjuntos de valores: os legais (ocupação de propriedade privada, desvio de dinheiro público, porte ilegal de arma e desacato à autoridade), os morais (violentos e baderneiros) e os políticos (aspectos ideológicos, pressão política, organização do movimento). Também é possível construir tal análise a partir da representação do Movimento na ISTOÉ. Contudo, contrário ao observado por Schwengber quando afirma haver primazia do valor legal, não foi detectado no estudo presente distinção entre os valores descritos.

Com Aldé e Lattman-Weltman (2006) que constataram, a partir das notícias produzidas sobre o MST em dois telejornais de cadeia nacional, os enquadramentos dramático e moralista, podemos também observar tais enquadramentos a partir da ISTOÉ, com flutuação entre um e outro momento.

Constatamos também que a luta social faz a mediação; que o poder da mídia é relativo; e que seu discurso é contraditório, pois, ao tempo em que oculta (invertendo ideologicamente os princípios e objetivos do MST) também revela e dá visibilidade (à luta social e à contraditória relação entre mídia, movimento social e Estado), aproximando-nos de Almeida (1998) ao analisar a inserção do MST na Rede Globo de Televisão e de Marambaia (2002) a partir de dois importantes jornais baianos.

Como Gohn (2000), que constrói sua análise a partir dos jornais Folha de São Paulo e Estado de São Paulo e dos canais de televisão Globo, Bandeirantes, Cultura, Manchete e CNN, também observamos a importância da mídia e as contradições presentes na relação com o Movimento Sem Terra, mas nos afastamos quando a autora destaca a supremacia daquela e afirma constituir-se (a mídia) no quarto poder do Estado.

Aproximamo-nos de Berger (1998) quando constata que a veiculação do MST pelo jornal Zero Hora possui um caráter espetacular e destaca, na produção da noticiabilidade, o significado das relações de poder engendradas por disputas ideológicas que marcam o posicionamento dos respectivos sujeitos dentro do discurso midiático. Contudo, discordamos da relevância dada à linguagem na produção de sentido, sobrepondo-se à ação concreta do Movimento.

Por fim, com Peixoto (2006) e seu amplo escopo de análise a partir das redes de televisão Record, Globo e Cultura; das revistas VEJA, Época, Carta Capital e Lide; e dos jornais Folha de S. Paulo, O Globo, Jornal do Brasil, O Estado de S. Paulo e Valor Econômico, compreendemos também que a disputa pelo espaço midiático é uma disputa por hegemonia; que contradições e ambigüidades no campo jornalístico podem compensar a desvantagem inicial entre os agentes em disputa; e que o caráter espetacular acaba por definir a ação do Movimento como notícia. Dos grupos argumentativos citados pelo autor, constatamos em nossa análise a presença da democracia; reforma e revolução; tensão no campo e promoção da violência; lei e ordem versus ilegalidade e desordem; movimento organizado versus bando; juízos de valor; e anacronismo versus modernidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta investigação buscamos responder a algumas questões que consideramos importantes para a compreensão da relação entre meios de comunicação e movimentos sociais. Deste modo, buscou-se elucidar como a Sociologia contemporânea compreende a relação mídia e movimentos sociais; quais as técnicas de produção do discurso jornalístico na grande mídia escrita; por que a ideologia é fator preponderante na produção deste discurso; qual a relação possível entre ideologia e representações sociais e como esclarecê-la; quais são os mecanismos de divulgação utilizados pela revista ISTOÉ para representar o MST; que imagem do MST é divulgada pela Revista e de que modo a representação do MST na ISTOÉ sofre alterações entre os dois últimos anos do governo FHC e a primeira gestão do governo Lula; e, principalmente, quais as argumentações sócio-políticas, econômicas e ideológicas veiculadas pela Revista ao representar o MST.

Partimos do pressuposto de que a sociedade capitalista é transpassada pelo conflito de classes. Com Gramsci, e a partir de Marx, é possível compreender que a ideologia é a concepção de mundo da classe dominante. Também com Gramsci, observamos que a imprensa é um dos principais meios difusores da ideologia. Com esta perspectiva, buscamos analisar o papel que a ideologia possui na construção do discurso jornalístico, uma vez que, a hegemonia da classe dominante compreende a dominação política e a direção ideológica da sociedade.

Acreditamos que a ideologia - numa sociedade em que as indústrias da mídia, em referência a Thompson, ganham proporções de oligopólios com grande poder de difusão de informação e globalização da comunicação - seja o fio condutor que permeia o avançar das diversas configurações assumidas pelo capital em seu processo histórico de desenvolvimento. O jornalismo, então, reproduz o discurso ideológico necessário para a manutenção do *establishment*. No entanto, compreendemos que este discurso é ambíguo, permeado por interesses antagônicos e, por isso, pode ser útil também aos movimentos sociais.

Buscamos os termos representação social e ideologia compreendendo o primeiro como subordinado ao segundo. Tentamos elucidar tal subordinação a partir

da correlação da discussão do senso comum presente em Moscovici e em Gramsci, com alusão ao processo efetuado pela mídia de convencimento psicossocial de seus consumidores. Mesmo entendendo a complexidade dessa discussão, não nos arvoramos a esgotá-la no âmbito desta Dissertação, pois, isto poderia nos levar a incorrer em um duplo equívoco: o de transformar uma investigação sociológica em psicossocial; e o de tornar a discussão inócua com a apropriação indébita de dois conceitos. Por estas razões e por crermos que esta é a melhor apropriação dos termos, preferimos explorar a discussão das representações sociais como um dos aspectos da ideologia.

Do ponto de vista dos resultados da nossa pesquisa empírica, uma importante conclusão à qual chegamos é a de que a principal estratégia utilizada pela ISTOÉ, na sua relação com o MST, é a do silêncio. Isto, porque esse Movimento encontra a sua divulgação de modo restringido e, na maioria das vezes, de forma indireta. Semelhante ao observado por Souza em relação à VEJA, percebemos que a ISTOÉ faz uso de mecanismos discursivos que caracterizam tanto a tentativa de dividir o Movimento quanto de satanizá-lo.

A imagem do MST veiculada pela Revista pode ser caracterizada como negativa, estereotipada e folclórica. Constatamos também que a ISTOÉ busca constituir uma representação do MST enquanto um movimento sensacionalista, anacrônico, composto por integrantes arruaceiros e baderneiros, que atuam para além dos limites da lei e sob o apelo da violência. Observamos que durante todo o período pesquisado não há diferença de perspectiva na abordagem que a Revista faz sobre o MST. Em todo o período, a Revista manteve-se no processo discursivo de forma semelhante, isto é, privilegiando o silêncio e, quando rompido, tratando o MST majoritariamente de forma indireta, utilizando-se predominantemente do discurso de terceiros para tratar do tema. Do mesmo modo, a análise dos dados demonstra que em todo o período pesquisado o MST é representado como um movimento radical e negativo.

Buscamos empreender uma análise de cunho abrangente dos aspectos sociais, políticos, econômicos e ideológicos do discurso jornalístico, veiculado pela ISTOÉ, a respeito do Movimento Sem Terra. Acreditamos que a combinação das

técnicas utilizadas⁷³ possibilitou-nos apurar os argumentos utilizados pela Revista na representação do Movimento compreendendo os diversos aspectos acima citados. É importante frisar também que as categorias de análise listadas nos permitiu perceber o enquadramento do Movimento durante o período pesquisado, com destaque para a vinculação entre o MST e o Partido dos Trabalhadores e, conseqüentemente, com o governo Lula.

Podemos afirmar que os meios (de comunicação) não só justificam os fins da ordem capitalista como são instrumentos necessários para a sua manutenção. Compreendemos, assim, que ocorre uma relação conflituosa (antagônica e complementar) entre esses meios e os movimentos sociais, pois apesar da mídia ser contrária às reivindicações e plataformas de luta dos movimentos sociais, estes precisam desta para conquistar visibilidade social. Nas nossas pesquisas deparamo-nos com contradições e ambigüidades que envolvem esta relação, com os riscos dos movimentos em ver suas reivindicações (além de suas práticas sociais, culturais e políticas) deformadas, mas com a necessidade de aparecer nestes meios objetivando a sua ampliação, a divulgação de suas bandeiras de luta, a conquista de apoios políticos, enfim, o compartilhamento da sua luta com outros grupos sociais.

Deste modo, compreendemos também porque o MST busca a espetacularização de suas ações, associada à novidade dos eventos, como pré-condição para ser divulgado pela imprensa. Observamos que as revistas semanais (em particular a ISTOÉ e a VEJA) divulgam o Movimento de forma negativa e deixam brechas ainda menores do que aquelas encontradas em jornais locais e nacionais de grande circulação. Poderíamos até avançar a hipótese de que nas Revistas a linha editorial prevalece sobre todas as reportagens assinadas, enquanto, aparentemente, nos grandes jornais esse monolingüismo é parcialmente quebrado.

Consideramos que nossa investigação contribui para o estudo sociológico da relação mídia e movimentos sociais e, em particular, naquela que envolve o MST. Procuramos entender como a ISTOÉ constrói e transmite certa imagem/mensagem do MST, particularmente nos seus aspectos atinentes à luta pela reforma agrária, apesar de não serem, tais contornos, absolutos.

⁷³ Análise de conteúdo, análise pragmática da comunicação social e análise de conjuntura.

Consideramos, por fim, que tanto os estudos aqui analisados quanto a nossa própria pesquisa enfocam a relação mídia e MST, tanto na perspectiva da construção midiática quanto da necessidade do MST em lidar com a sua própria projeção midiática, em um processo marcado por ambigüidades e contradições. O nosso estudo sugere também a possibilidade de novas pesquisas que tratem de outros aspectos correlacionados, tais como: o comportamento do MST (direções e militantes) em relação à mídia e suas estratégias de comunicação; a importância do setor de comunicação nos diversos movimentos sociais para aplicação das suas estratégias de luta; a configuração da opinião pública (mecanismos de construção de “consensos” sociais em relação ao MST); e a relação existente entre os diferentes agentes ao divulgarem notícias sobre as lutas sociais. Portanto, nossa pesquisa situa-se em um elo intermediário para a compreensão desta relação em sua totalidade, aqui apontamos para a unilateralidade da mídia e suas ambigüidades. Seguimos uma linha de investigações já consolidada no âmbito da Sociologia, ela, no entanto, sugere-nos a necessidade de que outras pesquisas tomem também o rumo oposto para avançar na elucidação deste aparente paradoxo entre mídia e movimentos sociais.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. 1.reimp. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

ABRIC, Jean-Claude. A abordagem estrutural das representações Sociais. In: Moreira, A.S.P. e Oliveira, D.C. (Orgs.). *Estudos interdisciplinares de representação social*. Goiânia: Editora AB, 1998. p.27-38.

ALDÉ, Alessandra; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *O MST na TV: sublimação do político, moralismo e crônica cotidiana do nosso "estado de natureza"*. Disponível em: <<http://doxa.iuperj.br/artigosMST2.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2006.

ALMEIDA, Jorge. Reforma agrária no ar: o povo na TV, de objeto a sujeito. In: *Universidade e Sociedade*. Brasília, nov.1998.

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado*. 3.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.

ANDERSON, Perry. As antinomias de Gramsci. In: ANDERSON, P. *Afinidades seletivas*. São Paulo: Boitempo, 2002. p.15-100.

ANDRADE, Maria A.A. de. *O espaço simbólico como articulação do processo ideológico e do processo representativo*. João Pessoa: MCS/UFPB, 1995.

ARAÚJO, Maria N.R. *As contradições e as possibilidades de construção de uma educação emancipatória no contexto da luta pela terra*. Tese (Doutorado em Educação). Orientador: Sérgio Coelho Borges Farias. Salvador: FAGED/UFBA, 2007. (MIMEO).

ARBEX JÚNIOR, José. *Jornalismo canalha: a promíscua relação entre mídia e poder*. São Paulo: Casa Amarela, 2006.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2000.

BERGER, Christa. *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: Editora Universitária/UFRGS, 1998.

BOURDIEU, Pierre (1997). *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

CALDART, Roseli S. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CÂMARA, Antônio S. Imprensa e movimento dos sem-terra: interpretação, revelação e ocultação dos fatos. In: *Comciência*, n.43, Jun/2003. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/framereport>>. Acesso em: 28 fev. 2006.

CÂMARA, Antônio S. Um balanço do MST. *Sociologia: ciência e vida*. São Paulo: Scala, ano 1, n.3, fev. 2007. p.52-9.

CARVALHO, Horácio M. A reforma agrária que não se fez. *Revista Sem Terra*, ano VIII, n.33, São Paulo, nov./dez. 2005. p.14-7.

CARVALHO, Horácio M. Resistência social contra a expansão da monocultura. In: *Conflitos no campo – Brasil 2007*. Goiânia: CPT Nacional, 2008, p.35-9.

DA ROS, César A. O MST, os assentamentos e a construção de novas dinâmicas sociais no campo. *Ruralidades*. Rio de Janeiro: CpdA/UFRural, n.4, out. 2002.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004a.

DEBORD, Guy. *Comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004b.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. São Paulo: Relume-Dumará, 1995.

DUARTE, Selma M. *ISTOÉ: os discursos em torno da lenta redemocratização brasileira (1976-1981)*. Dissertação (Mestrado em História). Orientador: João Carlos de Souza. Dourados, MS: UFGD, 2007. (MIMEO).

EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Editora UNESP: Boitempo, 1997.

FERNANDES, Bernardo M. *Questão agrária, pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção questões de nossa época; v.92).

FERNANDES, Bernardo M. O MST e os desafios para a realização da reforma agrária no governo Lula. *Observatorio social de América Latina*. Año IV, n.11, May-Ago/2003.

FERREIRA, Aurélio B. H. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 3.ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FONTES, Solon S. *O movimento social pela terra e a reforma agrária no Brasil: uma leitura da revista Veja, ao final dos anos 90*. Salvador: FFCH/UFBA, dez. 2001. (MIMEO).

FRANCO, Maria Laura P.B. *Análise do conteúdo*. 2.ed. Brasília: Líber Livro, 2005. (Coleção série pesquisa).

GOHN, Maria G. *Mídia, terceiro setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo*. Petrópolis: Vozes, 2000.

GOHN, Maria G. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2002.

GOHN, Maria G. *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Vozes, 2003.

GOHN, Maria G. *Mutações da política e do político e os novos desafios teóricos no estudo dos movimentos sociais*. Palestra proferida no I Seminário Nacional sobre Movimentos Sociais e os Novos Sentidos da Política. Salvador, UFBA, 5 jun. 2008.

GÖRGEN, Sérgio. O monocultivo da soja avança, mas segue em xeque. *Revista Sem Terra*, ano X, n.44, São Paulo, abr./mai. 2008. p.13-7.

GRAMSCI, Antonio. O Ressurgimento. In: Gramsci, A. *Obras escolhidas*. Vol.2. Lisboa: Ed. Estampa, 1974. p.71-134.

GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos*. Vol.1. Lisboa: Seara Nova, 1976.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

GUARESCHI, Pedrinho A. et al. "Essa gentinha infeliz": a representação social dos sem terra segundo Mendeski. In: GUARESCHI, P.A. (Org.). *Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética*. Petrópolis: Vozes, 2000. p.199-231.

GUARESCHI, Pedrinho A. (Org.). *Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética*. Petrópolis: Vozes, 2000.

HABERMAS, Jürgen. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade: doze lições*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HALIMI, Serge. *Os novos cães de guarda*. Petrópolis: Vozes, 1998.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Organização Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

HALL, Stuart; LUMLEY, Bob; MCLENNAM, Gregor. Política e Ideologia: Gramsci. In: Centre for Contemporary Cultural Studies da Universidade de Birmingham (Org.). *Da ideologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p.60-100.

KUNCZIK, Michel. *Conceitos de jornalismo: Norte e Sul: manual de comunicação*. 2.ed. 1.reimpr. São Paulo: EDUSP; Com-Arte, 2002.

LIMA, Venício A. *Mídia: teoria e política*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

LIMA, Venício A. *Mídia: crise política e poder no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

MARAMBAIA, Hudson P. *A dinâmica do MST na grande imprensa: uma arquitetura de significados*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Orientador: Antônio da Silva Câmara. Salvador: FFCH/UFBA, 2002. (MIMEO).

MARTINS, José de S. *O cativo da terra*. 8.ed. São Paulo: Hucitec, 2004a.

MARTINS, José de S. *Reforma agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: EDUSP, 2004b.

MARX, Karl. Para a crítica da economia política. In: *MARX*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p.25-54.

MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Louis Bonaparte*. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&o_obra=2432>. Acesso em: 28 nov. 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MELO, José M. de. *Jornalismo brasileiro*. Porto Alegre: Sulina, 2003.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais. *Lua nova, revista cultural e política*. São Paulo, n.17, Junho/1989.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MENDONÇA, Máisa. *O MST na mídia*. Biblioteca mídia e movimentos sociais. Disponível em: <<http://www.mst.org.br>>. Acesso em: 04 jun. 2005.

MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. São Paulo: Ensaio, 1996.

MORAES, Denis. O capital da mídia na lógica da globalização. In: MORAES, D. (Org.). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. 2.ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2004. p.187-216.

MOREIRA, Alberto da S. A defesa da vida ameaçada. In: *Conflitos no campo – Brasil 2007*. Goiânia: CPT Nacional, 2008, p.16-20.

MOSCOVICI, Serge. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003.

NEVEU, Erik. Médias, mouvements sociaux et espaces publics. In: NEVEU, E. (Org.). *Médias et mouvements sociaux*. Paris: Hermès Science Publications, 1999, p.12-88.

NORDER, Luiz A.C. Questão agrária, agroecologia e desenvolvimento territorial. *Revista lutas e resistências: dimensões da questão agrária no Brasil*. n.1. Londrina: Midiograf, set.2006.

ORTIZ, Pedro H.F. Das montanhas mexicanas ao ciberespaço. *Estudos avançados*. São Paulo, vol.19, n.5, set./dez. 2005, p.173-186.

PEIXOTO, Ovídio M. *MST, mídia e inclusão social*. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). Orientadora: Liv Sovik. Rio de Janeiro: CFCH/UFRJ, 2006. (MIMEO).

PERUZZO, Cícília M.K. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W.; CHUVA, Luiza. A oligarquia fazendo *justiça* com as próprias mãos. In: *Conflitos no campo – Brasil 2007*. Goiânia: CPT Nacional, 2008, p.143-8.

REDAÇÃO da Editora Três. *A história da ISTOÉ*. São Paulo, 2006. (MIMEO).

RUBIM, Antonio A.C. A comunicação e a política dos Neo-zapatistas. *Cadernos do CEAS*. Salvador, n.166, nov./dez. 1996, p.64-85.

SANTOS, Marina. *Os movimentos sociais transnacionais como novo ator internacional: a Via Campesina*. Palestra proferida no I Seminário Nacional sobre Movimentos Sociais e os Novos Sentidos da Política. Salvador, UFBA, 6.jun.2008.

SAWAIA, Bader B. Representação e ideologia: o encontro desfeticizador. In: SPINK, Mary J. (Org.). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. 3.reimp. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SCALZO, Marília. *Jornalismo de revista*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2004. (Coleção comunicação).

SILVA, Juremir M. *A miséria do jornalismo brasileiro: as (in)certezas da mídia*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SODRÉ, Nelson W. *História da imprensa no Brasil*. 4.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Eduardo F. *Do silêncio à satanização: o discurso de Veja e o MST*. São Paulo: Annablume, 2004.

SOUZA, Herbert J. *Como se faz análise de conjuntura*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

STEDILE, João P. O MST e a questão agrária. *Estudos avançados*, v.11, n.31, São Paulo, set./dez.1997.

STEDILE, João P.; FERNANDES Bernardo M. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

STEDILE, João P. A proposta do MST. *Revista Caros Amigos*. Reforma agrária: vai ou não vai? Edição especial, n.18, set. 2003.

SCHWENGBER, Isabela F. *Representações do MST na imprensa de Mato Grosso do Sul (1995 a 2000)*. Dissertação (Mestrado em História). Orientador: Damião Duque de Farias. Dourados, MS: UFMS, Campus de Dourados, 2005. (MIMEO).

TRABUCO, Gismália L.P. *A práxis do MST e a construção da sociabilidade nos assentamentos da Chapada Diamantina – Bahia*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Orientador: Antônio da Silva Câmara. Salvador: FFCH/UFBA, 2008. (MIMEO).

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

TOURAINÉ, Alain. *O pós-Socialismo*. São Paulo: Loyola, 1988.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

VERÓN, Eliseo (Org). *Lenguaje y comunicación social*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1969.

VERÓN, Eliseo. *Ideologia, estrutura e comunicação*. 2.ed. São Paulo: Cultrix, 1977.

WAGNER, Wolfgang. Sócio-gênese e características das representações sociais. In: Moreira, A.S.P. e Oliveira, D.C. (Orgs.). *Estudos interdisciplinares de representação social*. Goiânia: Editora AB, 1998. p.3-25.

XAVIER, Roseane. Representação social e ideologia: conceitos intercambiáveis? *Psicologia e Sociedade*, Porto Alegre, vol.14, n.2, jul./dez. 2002.

ZIZEK, Slavoj (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

ANEXOS

ANEXO A – Matéria sobre o MST.

BRASIL

Edição 1696

28/03/2002

Invasão. João Pedro Stédile, líder do MST, sobre as cenas desta página: “Foi uma cagada”.

Florência Costa, Ricardo Miranda e Vasconcelo Quadros.

De uma tacada só, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) conseguiu espalhar estilhaços para todos os lados, ferindo, inclusive, a si próprio, ao invadir a Fazenda Córrego da Ponte, em Buritis (MG), do presidente Fernando Henrique Cardoso. As cenas dos sem-terra refestelados no sofá da sala do presidente, assistindo à tevê, comendo, bebendo e usando o telefone deixaram o MST em maus lençóis diante da opinião pública. “Foi uma cagada”, admitiu o maior expoente do MST, João Pedro Stédile (leia entrevista à pág. 34). O PT e a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, sempre tido como parceiro histórico do movimento, também foram atingidos em cheio. A ação da Polícia Federal, que humilhou os invasores, algemando os 16 líderes presos e obrigando-os a deitar no chão, acertou a imagem do governo FHC, com as fotos sendo publicadas na imprensa internacional. “Violência não justifica outra violência”, criticou o presidente do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio Mello. O Planalto também foi afetado pelo incrível descuido da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) do general Alberto Cardoso, que ignorou todos as evidências da invasão, e pela pressa do ministro da Justiça, Aloysio Nunes Ferreira, em culpar os petistas. Essas atitudes deram munção à oposição para levantar suspeitas de uma armação eleitoral. “Todos perderam”, resumiu Fernando Henrique. A mais desastrosa ocupação dos sem-terra deixou em lados opostos o MST e o PT, evidenciando um distanciamento a cada dia maior.



O líder do MST, Stédile



Um grupo de sem-terra se esparrama...

Privacidade – A última briga feia ocorreu em 2000, quando o PT atuou como bombeiro para evitar que o governo usasse as Forças Armadas contra o movimento, que ocupou prédios públicos. Mas agora o golpe doeu fundo no estômago da cúpula petista, que se esforça para apresentar um Lula palatável ao gosto do eleitorado conservador. Ao invadir a fazenda presidencial na manhã de sábado 23, o MST conseguiu acabar com a festa do lançamento da pré-candidatura de Lula, no elegante Hotel Hilton, em São Paulo, onde ocorria a reunião do diretório nacional do PT. Mais do que com a ocupação, os petistas gelaram com as incômodas imagens dos sem-terra invadindo a privacidade de Fernando Henrique. Nas 22 horas que passaram na casa da família do presidente, os cerca de 300 trabalhadores rurais saquearam a adega de bebidas – cachaças de 15 anos, garrafas de uísque e vinhos franceses –, os freezers de carnes e até uma caixa de charutos cubanos, presente de Fidel Castro. Na saída, ao perceber que seriam vistoriados, jogaram no mato carne e objetos, como pratos e talheres. Da cozinha do presidente consumiram cerveja e sorvete. “Tudo que tem nesta casa é nosso”, chegou a proclamar um dos invasores para justificar o saque. O MST nega o vandalismo. “É natural que alguns tenham ficado deslumbrados. Eles tomaram bebidas finas que nunca viram na vida e quiseram experimentar. Só isso”, defendeu um dos principais coordenadores nacionais do MST, Gilmar Mauro.

“É o R\$ 1,3 milhão do Lula”, apavorou-se um dos principais integrantes da campanha petista ao saber da bomba lançada pelo MST. Ele referia-se à foto do dinheiro encontrado pela PF na empresa Lunus Participações, de Roseana Sarney e de Jorge Murad. Era como se desmoronasse todo o trabalho do publicitário Duda Mendonça, de lapidar o perfil de Lula. “O PT faz tudo para desvincular sua imagem do MST, para parecer menos radical. O problema é que o MST saiu do controle”, opinou o cientista político David Fleisher, professor da Universidade de Brasília. Desta vez, os petistas já avisaram que não vão apagar incêndio. O MST deve responder sozinho pelas consequências de seus atos. “Não contem com o partido para nenhuma aventura política ou medida fora da lei. Pela força e pela violência, o MST não terá nosso apoio em nenhum momento. Vamos repelir, repudiar e condenar”, afirmou o presidente nacional do PT, de putado José Dirceu (SP). “Foi um ato de desrespeito e de abuso”, completou o senador Eduardo Suplicy (SP), até então o mais fiel escudeiro do MST dentro do PT. Outro aliado tradicional, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), também censurou, pela voz de seu presidente, dom Raymundo Damasceno.



... na casa do presidente: “Todos perderam”

Espaço inviolável – A associação à baderna é o grande fantasma do PT em período eleitoral. “Em todas as eleições, os adversários tentam ligar o PT à bagunça e ao radicalismo. Mas mesmo assim o eleitorado tem crescido. Isso demonstra que as pessoas levam mais em conta os bons exemplos das administrações petistas do que as imagens que os adversários tentam colar ao partido”, observou o sociólogo Gustavo Venturi, coordenador do Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo, ligada à legenda. Depois de três derrotas, Lula deu uma boa guinada para o centro, cortejando os liberais do PL e setores do PMDB. Na segunda-feira 25, dois dias depois da invasão da fazenda, Lula teve a oportunidade de criticar o MST, mas não deixou de atacar o governo, durante entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura: “Aquela atitude não ajuda em nada a luta pela reforma agrária. Eu sou contra a invasão da fazenda do presidente como sou contra a invasão da casa de qualquer cidadão porque a casa é um espaço inviolável que as pessoas precisam respeitar.” Ele acusou o ministro Aloysio Nunes de leviano por ter culpado o PT no primeiro minuto e lançou suspeitas: “Eu fiquei me perguntando a quem interessava aquela ação. Ao MST não interessava. Os dirigentes dos sem-terra sabem que uma ação como essa desgasta o movimento diante da opinião pública. Ao PT ou à CUT não interessa”, afirmou, deixando no ar a resposta.



José Rainha Júnior: “O propósito da ação do PCC é errado mas a tática é um instrumento impecável. Devia ser seguida pelos movimentos de massa”

... não dá atenção aos sem-terra. Não acredito que essa ocupação esteja ligada à eleição, mas ao período de entressafra, que vai de março a agosto”, opinou Graziano.

Apesar do estremecimento das relações entre PT e MST, os dois têm laços em comum, como a própria bandeira da reforma agrária e muitos militantes. Integrantes do MST que se candidatam, escolhem a legenda de Lula. É o caso do deputado federal Adão Preto (RS), fundador do MST, que não gostou da reação da cúpula de seu partido, principalmente de Lula. “A direção do PT foi precipitada ao se guiar apenas pelas informações da imprensa. O inimigo comum do MST e do PT é o neoliberalismo. O PT nasceu para disputar eleições, mas acima de tudo para ser um instrumento da luta”, protestou Preto. Assessor agrário de Lula, José Graziano da Silva, professor de economia agrícola da Unicamp, acredita que a atitude do MST se explica por sua ausência no noticiário. “A briga atual do MST não é com o PT, mas com a imprensa, que

Se há alguma coisa que não passa pela cabeça dos dirigentes do MST é se preocupar com a repercussão dos atos dos sem-terra na campanha do PT. “O Lula terá mais problemas para explicar uma aliança com o PL do que a relação histórica do PT com o MST”, cutuca João Paulo Rodrigues, dirigente nacional e líder do grupo que invadiu a fazenda do presidente. O MST acha que, para tentar atrair a classe média, o PT fez uma opção exclusivamente eleitoral, afastando-se dos movimentos que fazem a luta de massas. “O PT não manda no MST”, avisou Gilmar Mauro. Os dirigentes sabem também que há uma corrente forte dentro do partido, formada pelos moderados, que sonha se livrar da incômoda companhia do MST. “O PT quer fazer com o MST o que fez com a gente”, diz José Maria de Almeida, que integrou a Convergência Socialista, expulsa do PT em 1992, e hoje é candidato do PSTU à Presidência. Não é o mesmo caso. Além de não ter nenhum vínculo formal com o partido, o MST é uma organização independente. Nem a Igreja Católica, que está no DNA do MST antes de o partido de Lula ter nascido, tem mais influência sobre as decisões dos sem-terra. Eles formam um dos movimentos sociais mais importantes da América Latina: são 12 mil militantes, 350 mil famílias de assentados, 80 mil famílias de acampados e 600 mil famílias cadastradas e prontas para ser organizadas, segundo seus líderes. Em torno do MST, gravitam atualmente entre cinco a seis milhões de brasileiros espalhados por todo o País. Mas o segredo da longevidade da organização nascida, em 1979, na Encruzilhada Natalino, no Rio Grande do Sul, é a liberdade exercitada pelas bases.

Guerra – Mesmo cometendo desatinos como a invasão da fazenda de FHC, elas têm autonomia para tomar as decisões que quiserem. Apesar dos estragos provocados, o MST promete não arredar pé de suas táticas radicais e já programou uma nova ofensiva. No dia seguinte à prisão dos líderes, 500 sem-terra entraram na Fazenda Santa Maria, em Teodoro Sampaio, no Pontal do Paranapanema. A fazenda está fora das áreas a serem desapropriadas na região e é considerada produtiva pelo Incra. Pertence a Jovelino Mineiro, amigo de Fernando Henrique e sócio de seus filhos na Córrego da Ponte. Foi ocupada apenas para que o MST protestasse contra as prisões dos 16 sem-terra, que serão processados por formação de quadrilha, furto, invasão de propriedade, desobediência à ordem judicial e cárcere privado. “Prenderam 16 sem-terra, mas terão que prender um milhão. A partir da traição do governo FHC, nós declaramos guerra. Vamos invadir no Pontal, no Sul, no Norte e no Nordeste”, ameaçou José Rainha Júnior. Ele, que estava sumido, voltou à cena com seu velho estilo espalhafatoso.



Humilhação: Depois de presos, sem terra são obrigados a deitar no chão

Antes da invasão da fazenda presidencial, numa assembléia em que anunciava ocupações, Rainha fez aos companheiros uma inacreditável comparação entre as táticas do movimento e as do Primeiro Comando da Capital (PCC), organização que controla o crime de dentro e de fora dos presídios. “O propósito da ação do PCC é errado, mas a tática é um instrumento impecável. Devia ser seguida por todos os movimentos de massa”, disse, deslumbrado com as ações simultâneas dos criminosos. A sete meses das eleições, três candidatos já foram alvejados: Roseana Sarney (PFL), pelo balaço do dinheiro achado na sua empresa, José Serra (PSDB), pelo tiro de raspão provocado pela suspeita de espionagem contra o PFL, e agora Lula, chamuscado pela invasão do MST na fazenda do presidente da República. São episódios que antecipam o clima de guerra da sucessão deste ano. Ainda há dois combatentes ilesos: Anthony Garotinho (PSB) e Ciro Gomes (PPS). Resta saber se eles terão a sua Lunus, o seu grampo ou o seu MST.

ANEXO B – Entrevista com João Pedro Stédile.

BRASIL

Edição 1696

28/03/2002

Invasão

“Ninguém controla o MST”

ISTOÉ – *Que avaliação o sr., como principal líder do MST, faz da invasão à fazenda do presidente Fernando Henrique?*

João Pedro Stédile – Foi um erro que afetou todo o movimento, mas este é o risco. Foi uma cagada ter entrado na casa. Só que o companheirinho lá do assentamento de Buritis sabe que foi ele que decidiu. Não foi ninguém de Brasília ou de São Paulo que telefonou para entrarem na casa. Ninguém controla as bases do MST, nem queremos que controlem. Ao refletir sobre o erro ou acerto que cometeu, esse companheiro começa a ter discernimento político. Tem de interpretar a ação dentro do contexto. Ninguém tem a ilusão de que isso resolve o problema. Os trabalhadores estão há seis anos esperando uma decisão do Incra. Decidiram, então, protestar na frente da fazenda do “homem”. Foram chegando e, nessa ingenuidade de camponês, perceberam que não tinha ninguém na casa. Entraram para ver o que havia dentro. Foi ingenuidade. O trabalhador rural não tem discernimento político. A entrada na casa foi um erro por conta da ingenuidade da base. O governo, muito habilmente, transformou isso num grande episódio, como se todo lugar aonde o Fernando Henrique fosse se transformasse em símbolo nacional. A fazenda não é símbolo de coisa nenhuma. É dos filhos dele. Aqueles pobres que foram lá só queriam chamar a atenção.

ISTOÉ – *Não dava para desconfiar da facilidade que os sem-terra encontraram para a invasão? O Lula ainda pergunta a quem interessava entrar na casa do presidente.*

Stédile – O que nos interessa é a verdade. A Abin, através dos grampos que faz nos nossos telefones, sabia que não tinha plano. Nem se preocupou com segurança. Depois de quatro ou cinco dias reunidos com o Incra, vendo que nada deslanchava, os sem-terra resolveram protestar na frente da fazenda. A guarda estava baixa e eles foram entrando. É uma pena que o Lula já não entenda tanto de movimento social. Ele poderia ter se informado melhor sobre esse contexto. Quem criou a tragédia foi a direita. E não há tragédia. O que há é um bando de pobres que vem sendo enrolado pelo governo. Sua única sorte é ser vizinho do “homem”.

ISTOÉ – *O que o sr. achou da reação do PT?*

Stédile – Não quero criticar o PT. Só acho que o partido adotou uma estratégia eleitoral. Nesse episódio, acho que caíram numa arapuca que o Aloysio Nunes Ferreira (ministro da Justiça) armou. Preocuparam-se mais em atacar o MST do que em explicar para a sociedade o que aconteceu. O governo atacou e o PT se defendeu, sem entrar no mérito da questão.

ISTOÉ – *O MST e o PT já não vêm se afastando desde as eleições de 2000?*

Stédile – Esse distanciamento não é ideológico ou premeditado. Não acho que seja má-fé de quem dirige o PT. Há uma diferença de espaço de atuação. O PT prioriza o espaço eleitoral, que é bem diferente do espaço da luta social. No passado do PT, esses dois caminhos estavam entrecruzados. Hoje estão paralelos. Um distanciamento maior depende de cada um. Meu critério é o seguinte: o PT optou pelo caminho eleitoral. Se estão certos ou errados, só a história vai dizer. O MST prioriza a luta de massas.

ISTOÉ – *As ações do MST afetam o PT. Como dissociar o movimento do partido?*

Stédile – O MST e o PT não estão colados. A associação é uma forma de a direita atacar um partido

de esquerda. Essa é a contradição que o PT vive; nós, não. Sempre fizemos ocupações. Agora o PT, pelo menos através de sua direção atual, tem que se proteger dos respingos da luta social. Fica o tempo todo dando explicações. O PT não deveria dar bola e sim cuidar de sua estratégia, senão ficará fazendo o jogo da direita.

ISTOÉ – *A invasão da fazenda não abriu uma brecha para o governo e a direita atacarem o PT?*

Stédile – O governo vem criando fatos para levantar a candidatura do Serra. Nós não quisemos deixar essa brecha, eles é que foram vivos em aproveitar o episódio. Provavelmente vão usar outros episódios, não necessariamente envolvendo o MST.

ISTOÉ – *Como o sr. pretende desvincular a ação do MST do PT?*

Stédile – Essa é uma luta que vamos travar o tempo inteiro. Repetir, repetir, e tentar conscientizar a opinião pública, que não é besta e se dá conta quando tem manipulação. A Roseana tinha culpa no caso do dinheiro encontrado no cofre de sua empresa, mas houve também uma artimanha muito bem arquitetada pelo Palácio do Planalto para fritá-la. A população se deu conta disso e sabe que o Serra também não é flor que se cheire. O que nos salva nesses 20 anos de movimento é que a verdade sempre vem à tona. As manipulações têm vida curta. As pessoas podem ficar uma semana com raiva do MST e pensar: que cagada! Entraram na casa do “homem”! Mas daqui a 15 dias, será diferente. Pensar que a ação do MST na casa do presidente pode ser comparada à apreensão do dinheiro da Roseana é exagero. Isso não tira votos do Lula. A população já separa o que é briga eleitoral.

ISTOÉ – *As divergências entre PT e MST podem levar a uma ruptura?*

Stédile – Não acredito. É claro que algumas pessoas e alguns dirigentes do partido se sentem extremamente incomodados e até gostariam de tomar uma decisão pela ruptura.

ISTOÉ – *O sr. continua no PT?*

Stédile – Sou filiado. E me orgulho de ser fundador do PT de Cachoeirinha (RS), onde por sinal meu irmão é prefeito. Mas não tenho mais nenhum cargo em instância partidária, embora já tenha sido membro do diretório nacional e atuado na secretaria agrária do PT. Entre nossos militantes, as simpatias partidárias são diversificadas. A maioria, pelas suas origens, é simpática e filiada ao PT. Mas tem simpatizantes do PSB e do PDT.

ISTOÉ – *O que o MST fará a partir de agora?*

Stédile – Um intenso trabalho de mobilização de massas, que pode resultar em marchas e ocupações de terras. Vamos nos juntar a outros movimentos para denunciar o atual modelo agrícola. Esse governo está praticando uma política criminoso ao inviabilizar a pequena agricultura, gerando cada vez mais pobres e famintos. A partir de julho, o MST vai se juntar na campanha contra a Alca. Será um processo de conscientização que culminará, na primeira semana de setembro, com o plebiscito sobre a Alca e a Base de Alcântara.

ISTOÉ – *A consulta popular sobre um novo modelo econômico pode levar o MST a se transformar num partido político?*

Stédile – *Essa é uma hipótese completamente furada. O MST acaba no dia em que se encaminhar para virar partido político. Nossa natureza é ser movimento de massa. Mesmo cometendo erros, é um movimento que tem de ser dinâmico. A luta é pela reforma agrária.*

ISTOÉ – *Que cenário o sr. vê para o MST caso Lula ganhe a eleição?*

Stédile – O MST se comportaria da mesma forma como se comporta hoje. O Lula sabe disso. Se nós não organizarmos os pobres, vira barbárie. Em todas as experiências históricas, a reforma agrária só

foi realizada quando se combinaram dois fatores fundamentais: camponeses organizados e governo popular. Nem o Lula pode cair na ilusão de que sozinho fará a reforma agrária. O Estado tem de reorganizar a propriedade da terra e a massa tem de estar mobilizada.

Vasconcelo Quadros

ANEXO C – Charge sobre o MST.

AVENIDA BRASIL

Edição 1697

10/04/2002

PAULO CARUSO APRESENTA

"VISITANTE INUSITADO"



ANEXO D – Fotografia do massacre em Eldorado dos Carajás, Pará.

BRASIL

Edição 1703

17/05/2002

Eldorado do Carajás



ANEXO E – Matéria sobre o MST.

BRASIL - REFORMA AGRÁRIA

Edição 1762

09/07/2003

Bola dividida

Lula põe boné do MST ao receber líderes do movimento, provoca protestos na oposição e preocupação em aliados de que o governo, com esses afagos, estimule invasões

Eduardo Hollanda e Weiller Diniz

Os três segundos durante os quais o presidente Luiz Inácio Lula da Silva passou com o boné do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) na quarta-feira 2, no Palácio do Planalto, desencadearam uma enxurrada de protestos no Congresso e das entidades ligadas aos produtores rurais. Em seu primeiro encontro depois de eleito com 27 membros da cúpula do MST, Lula mais uma vez não resistiu ao improviso, que tem gerado dores de cabeça ao governo. O presidente deu abraços, distribuiu sorrisos e, em público, conversou amenidades com os dirigentes dos sem-terra. Ganhou um mimo do MST – um balaio recheado de doces, biscoitos, uma bola costurada no assentamento de Veranópolis (RS) e um boné. Ao desembulhar a cesta, Lula abriu um pacote de biscoitos, levou um à boca da líder Fátima Ribeiro e deu outro para Egídio Brunetto, um dos coordenadores nacionais do movimento. Ao ver a bola, os fotógrafos e cinegrafistas pediram ao presidente para exibir suas habilidades. “Não posso, por causa do protocolo”, disse Lula. À vontade, pediu ao líder do MST Ênio Bohnnenberger que o substituísse na missão.



Doce na boca de Egídio Brunetto, bola na mão e boné na cabeça

O sem terra mostrou que é tão duro no futebol quanto nas reivindicações. O desempenho futebolístico de Bohnnenberger também não convenceu. Até aí estava tudo dentro do planejado. O lance seguinte é que embolou o meio de campo. Com a mão direita, Lula meteu na cabeça o boné vermelho do MST com a inscrição “Reforma Agrária – por um Brasil sem latifúndio”. A simpatia presidencial não foi suficiente para conquistar uma trégua no campo e deu motivos de sobra para críticas.

Na conversa reservada entre os 27 atacantes do MST e os técnicos do governo – os ministros José Dirceu (Casa Civil), Luiz Dulci (Secretaria da Presidência), Miguel Rosseto (Reforma Agrária) e José Graziano (Segurança Alimentar) e os três líderes no Congresso –, o diálogo, que durou cerca de 2h30m, foi mais duro. O MST levou uma lista com 16 propostas e deixou o gramado do Planalto com promessas de que uma reforma agrária “massiva e de qualidade” terá um incremento a partir do segundo semestre. Apesar das declarações de que o encontro foi uma “goleada de 5 a 0 no latifúndio”, nas palavras do capitão do MST, João Pedro Stédile, o problema é o de sempre: falta de recursos. Entre outras coisas, o MST pediu o imediato assentamento de 120 mil famílias e R\$ 1 milhão até o final do governo Lula, em 2006.

As metas palacianas são muito mais modestas: 60 mil assentados este ano, com água, luz, saneamento, saúde e estradas. A boa vontade, entretanto, esbarra na disponibilidade financeira do Ministério da Reforma Agrária. Depois de passar pela implacável tesoura do ministro Antônio Palocci (Fazenda), o orçamento da pasta – R\$ 462,6 milhões –, foi encolhido para R\$ 161 milhões, que dariam para assentar apenas 11 mil famílias, menos de 20% da meta estabelecida. Rosseto sonha em obter mais verbas e aposta no uso de terras públicas da União e dos Estados para atingir o número prometido. E foi só. O presidente Lula não pediu e o MST também não prometeu trégua nas invasões. “O governo não tem por que pedir trégua, pois não tutela os movimentos civis. Ao governo cabe fazer

cumprir a lei”, diz o ministro da Reforma Agrária. “Não houve conversa de trégua. O governo se compromete com a reforma agrária. Se for feita, os conflitos no campo vão diminuir”, reforça o líder do MST Gilmar Mauro.

No mesmo instante em que Lula se confraternizava com os líderes do MST em Brasília, a onda de saques, invasões, bloqueios de estradas e ocupação de prédios públicos varria quatro Estados do País. Em Minas Gerais, 400 trabalhadores rurais fecharam as vias de acesso à cidade de Buritis, no noroeste do Estado. No Rio Grande do Norte, foi fechada a estrada que liga a cidade de Mossoró a Fortaleza e também a Prefeitura de Santa Maria, a 20 quilômetros de Natal. Em Cuiabá (MT), militantes do MST ocuparam pela segunda vez em uma semana a sede do Incra. Em Maceió, 400 trabalhadores rurais ligados ao MST invadiram a Companhia de Energia. O sujeito passando fome faz qualquer besteira”, argumentou Stédile. A demonstração de força não ficou só a cargo do MST. Os fazendeiros do explosivo Pontal do Paranapanema (SP) fizeram questão de demonstrar na tevê seu poderio bélico. Um pelotão de 15 homens encapuzados, com revólveres, fuzis AR-15 e carabinas 44 fez uma sessão de treinamento de tiro no mesmo momento em que acontecia a reunião no Planalto. A disposição de tratar invasões a bala aconteceu, de fato, na quinta-feira 3, no Paraná. O agricultor Emílio José Ferreira foi atingido com três tiros depois que um grupo de sem-terra tentou invadir uma fazenda do noroeste do Estado. Os disparos foram feitos por seguranças da fazenda. O estado de saúde de Ferreira é estável.

O tiroteio ecoou no Congresso. O líder oposicionista, senador Artur Virgílio (PSDB-AM), protocolou o pedido com 35 assinaturas para abertura de uma CPI destinada a investigar as invasões feitas pelo MST: “O que se assiste hoje é a uma sinistra e perigosa escalada que o governo tolera de maneira silenciosa, por vezes indecorosa.” Na Câmara, o afago também gerou muitas broncas. “É o início de um processo de radicalização. Quando o presidente usa o boné do MST, passa a idéia de que está estimulando o conflito”, avaliou o líder tucano Jutahy Magalhães Júnior. Ex-presidente da UDR e um dos líderes da bancada ruralista, o deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO) criticou Lula. “Ao apoiar um movimento que descumpra a lei colocando seu boné, ele leva a população a um estado de perplexidade. Seu gesto pode estimular invasões”, afirmou. “O presidente não pode assumir o símbolo de um movimento que insiste em se manter à margem da lei, que invade propriedades, saqueia e rouba cargas”, bradou o líder do PFL, José Carlos Aleluia. Mas não só a oposição ficou irritada com as deferências de Lula. O ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, confessou sua preocupação e até o líder aliado, Renan Calheiros (PMDB), está angustiado com os desdobramentos: “Quando o prefeito fecha a prefeitura (Divaldo Pereira, prefeito de Presidente Epitácio, no Pontal) por causa dos conflitos, está se repetindo o que ocorreu com as Farcs”. Pela cabeça do presidente não passou nada disso, apenas um boné (p.26-8).



Aleluia (PFL):
“Lula assumiu o
símbolo do
MST”

ANEXO F – Quadro sobre o MST.

FAX BRASÍLIA

Edição 1762

09/07/2003

Por Tales Faria

A crise (real) do boné

Por trás da briga em torno dos três segundos em que Lula pôs na cabeça o boné do MST, há uma crise muito mais profunda em gestação na base do governo. Até mesmo dentro do PT. Uma parte dos petistas acha que Lula fez muito bem. Acenou para o País que é terminada a fase economicista do governo. Que o presidente agora vai olhar mesmo para a questão social nas cidades e no campo. Outra parte do PT acha que não era hora de provocar a direita. Em uma solenidade no Planalto, na sexta-feira 4, o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, deixou bem claro de que lado estará nessa guerra: “Eu acho que quem tem patrimônio tem que defender o patrimônio. Senão, não tem direito de terra.” Questionado se a defesa armada seria adequada, indagou: “Qual outra maneira você acha?” Depois correu atrás dos jornalistas para desculpar-se pelo “escorregão”. Não foi um escorregão. É que agora começou de fato a discussão sobre o caráter do governo: se ele vai para a esquerda ou para a direita. E essa briga já está correndo solta na cúpula governista.

ANEXO G – Matéria sobre o MST.

BRASIL - REFORMA AGRÁRIA

Edição 1779

05/11/2003

Justiça caolha

Juiz do Pontal do Paranapanema é acusado de parcialidade ao decretar prisões de líderes do MST

Mário Simas Filho e Alan Rodrigues (fotos) – Teodoro Sampaio (SP)

O apoio explícito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva e a falta de recursos da administração federal para o cumprimento, a curto prazo, das promessas de campanha compuseram uma equação capaz de elevar a temperatura no campo, nos últimos dez meses. O MST radicalizou sua política de ocupar fazendas e prédios públicos, as lideranças rurais não ficaram atrás e o resultado foi um aumento da violência em diversas regiões do País, inclusive com mortes no Pará. No Pontal do Paranapanema, em São Paulo, onde nos últimos 13 anos 6.066 famílias foram acomodadas em 94 assentamentos, os termômetros também subiram. Além das cerca de seis mil famílias acampadas às margens de rodovias e ferrovias à espera de mais terra e das reivindicações por recursos financeiros para a produção, há um ingrediente extracampo que tem tumultuado a região: as decisões tomadas por um jovem juiz de direito. Entre maio do ano passado e a quarta-feira 29, o juiz da Comarca de Teodoro Sampaio, Átis de Araújo Oliveira, 34 anos, assinou 11 decretos de prisão envolvendo 42 trabalhadores rurais sem-terra. Dos 11, oito foram revogados por tribunais superiores e os demais ainda tramitam no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ) ou no Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília. “É evidente que esse juiz está perseguindo o MST e deve ser afastado da região. Ele trata o movimento social como crime organizado”, reclama Paulo Costa Albuquerque, um dos dirigentes estaduais do MST.

O juiz Átis, que atua na Comarca de Teodoro Sampaio desde 2000, diz que concorda com as decisões dos tribunais, mas afirma que suas decisões não estão erradas, pois são absolutamente técnicas e bem fundamentadas. “O que existe é apenas divergência de interpretação”, minimiza. Ele, porém, nega qualquer perseguição aos militantes do MST. “Sou o único juiz dessa comarca, portanto, todos os processos envolvendo os sem-terra têm que ser julgados por mim”, afirma. “Tenho aqui 1.212 processos criminais e apenas 13 envolvem membros do MST, isso não é perseguição.” Os sem-terra, no entanto, não questionam o número de processos, mas sim a motivação das prisões. “As decisões do juiz não são técnicas e muito menos fundamentadas”, pondera Marcos Rogério de Souza, um dos advogados do MST na região. Para exemplificar sua queixa, Marcos cita a condenação de Roberto Rainha no processo 275/2000. Roberto é advogado recém-formado, irmão de José Rainha Júnior, principal liderança do MST na região – embora esteja afastado do comando do movimento desde o início do ano e preso desde 11 de julho. Em sua sentença, Átis registra: *O réu Roberto Rainha é o irmão de José Rainha (líder máximo); sendo que de nada adianta tal acusado negar qualquer vinculação com o movimento, pois é óbvio que as tem. Vive junto com o líder máximo justamente para conseguir a colação de grau em nível superior. É claro que esse esforço tanto desse réu quanto do principal líder em lhe dar suporte material é para ter a seu lado pessoa da mais estreita confiança (irmão) e devidamente instruída.*



APELO: Vidigal, do STJ, e João Paulo



PROTESTO: “É perseguição”, diz Albuquerque, do MST

Em entrevista a ISTOÉ na quinta-feira 30, o juiz se recusou a comentar casos específicos, mas procurou se justificar com analogias. “Aqui não há perseguição a ninguém. Prendo o líder máximo do MST, assim como qualquer outro criminoso. O problema é que se há um sujeito que todos os finais de semana furta as residências da vizinhança, ele deve ser preso preventivamente para que outras casas não sejam furtadas. O mesmo se aplica a essas pessoas do MST. Eles sempre invadem fazendas e durante as invasões furtam objetos, matam o gado e danificam a cerca. Se isso ocorre sempre, não há por que não detê-los. Em minha interpretação, isso é prejudicar a ordem pública. Pode ser que quem esteja em Brasília ou em São Paulo veja de outra forma”, disse Átis. Foi partindo desse princípio que na quarta-feira 29, exatamente um dia depois de ter mais uma decisão sua rejeitada pelo STJ, o juiz decretou a prisão preventiva de Ismael Vidal e José Lauro dos Santos, quando os dois estavam presentes a uma audiência de rotina. No processo 228/2002, eles e mais nove membros do MST são

acusados de furtar madeira de cerca, em janeiro do ano passado, durante a invasão da Fazenda Guará-Mirim. O problema é que desde o início deste ano o MST não ocupou nenhuma fazenda na região e os dois que foram presos na semana passada já eram assentados e estavam trabalhando em seus lotes. “Já recorreremos, mas até que saia uma decisão certamente eles perderão o que plantaram”, lamenta Paulo Albuquerque. “Há uma evidente queda-de-braço entre o juiz e os tribunais superiores, só que o trabalhador é que está pagando essa conta.”

Sofrimento – Nos tribunais superiores, tem sido aceita a tese de que o juiz ignora a Constituição ao decretar prisões sem especificar e provar quais são os efetivos autores dos crimes. “Não é legal condenar as lideranças de uma ocupação por furto, ainda que o crime tenha sido cometido. É preciso investigar e provar quem furtou”, comenta o advogado Marcos Rogério. Do contrário, seria o mesmo que condenar os principais líderes das torcidas do Flamengo e do Fluminense se, durante um Fla-Flu no Maracanã, fosse roubada uma catraca. Foi isso o que aconteceu com Diolinda Alves de Souza, mulher de Rainha. Desde 2001, ela não participa de atividades do MST, pois, após o nascimento da filha Sofia, hoje com dois anos e oito meses, optou por dedicar-se apenas à casa e aos filhos (além de Sofia, ela é mãe de João Paulo, dez anos). Em 10 de setembro último, ela foi condenada a dois anos e oito meses de prisão por formação de quadrilha no processo 275/2000.

No mesmo dia, exatamente dois meses depois da prisão de Rainha, às 13 horas, Diolinda havia terminado de almoçar com João Paulo e começava a dar a comida para Sofia quando foi presa e levada para a Cadeia Pública de Piquerobi (SP), onde permanecia até o final da semana passada. Lá, Diolinda divide uma cela de apenas nove camas com outras 14 presas. Durante a noite, fazem revezamento para dormir, visto que não há espaço sequer para colocar colchões entre as camas. Ela só vê os filhos aos sábados e passa a maior parte do tempo chorando. As crianças, por sua vez, afastadas do pai e da mãe, estão sendo cuidadas por parentes e amigos. “Está difícil, mas acho que meu pai e minha mãe logo estarão de volta. Eles não fizeram nada de errado, porque lutar para ajudar os pobres é um dever”, disse João Paulo a ISTOÉ. Na segunda-feira 27, em São Paulo, o menino pediu ao ministro Edson Vidigal, vice-presidente do STJ, que ajudasse a libertar seu pai. Na cadeia, quando soube que o filho havia ido a São Paulo, Diolinda reclamou. “Ele tinha que estar na escola”, disse ao delegado Ernani Custódio, responsável pela cadeia.

Enquanto Diolinda sofre em Piquerobi, José Rainha e Felinto Procópio dos Santos, o Mineirinho, também líder nacional do MST, carregam um outro fardo. Eles estão presos na penitenciária de Dracena, presídio onde é grande a presença do PCC. Antes, ficaram na penitenciária de segurança máxima de Presidente Venceslau, onde, segundo informações levantadas pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin), seriam mortos pelo PCC, como comemoração aos dez anos de existência da organização criminosa. Por causa disso, foram transferidos para o Centro de Readaptação Penitenciária, a caixa-forte onde está confinado o traficante Fernandinho Beira-Mar. Ficaram 30 dias sem receber visitas e só em 18 de setembro foram levados para Dracena. Tudo isso em virtude de uma condenação provisória. “Acreditamos que essas coisas não ocorrem por acaso e que há um movimento visando criminalizar o MST e tirar os sem-terra do Pontal, visando à privatização das terras devolutas para a exploração de soja”, conclui Paulo Albuquerque, referindo-se a projeto já encaminhado pelo governador Geraldo Alckmin à Assembléia.

ANEXO H – Entrevista com Diolinda Alves de Souza.

BRASIL - REFORMA AGRÁRIA

Edição 1780

12/11/2003

“Falta um pedaço”

Diolinda, líder do MST, sai da cadeia e agora vai lutar para libertar o marido, José Rainha

Mário Simas Filho - *Teodoro Sampaio (SP)*

Ao dar os primeiros passos fora das grades, após passar 53 dias na cadeia de Piquerobi (SP), as pernas da mulher mais conhecida do MST bambearam. “Quando vi Sofia, minha filha de dois anos, fiquei abobada. Foi como se eu não estivesse vendo nada”, disse Diolinda Alves de Souza, na manhã da quarta-feira 5. Ela foi libertada na segunda-feira 3, por um habeas-corpus concedido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, que anulou a decisão do juiz Átis de Oliveira, da Comarca de Teodoro Sampaio. Mais magra e abatida, Diolinda está com uma idéia fixa: a de ver o marido, José Rainha Júnior, líder do movimento no Pontal do Paranapanema (SP), livre. “Minha liberdade não está completa. Falta um pedaço”, disse. Não foi a primeira vez que ela foi presa por causa da militância política. Em 1996, passou 18 dias no Carandiru e, no ano seguinte, 48 dias na cadeia de Álvares Machado, no interior paulista. Enquanto conversava com a reportagem de ISTOÉ, não desgrudou da filha e quase chorou quando disse não descartar a possibilidade de voltar para a prisão.



Tristeza: Diolinda, com Sofia e o retrato do marido. A filha ficou 53 dias sem os pais

ISTOÉ – Essa prisão foi diferente das outras? Diolinda – Foi. No Carandiru era desgastante, não só pelo fato de meu filho na época ter apenas dois anos e meio, mas também por tudo o que o Carandiru representa. Em Álvares Machado tinha menos gente, mas era animado, conversávamos muito. Desta vez, não. E senti muito a falta da Sofia. Também foi diferente porque eu não esperava ser presa por causa de uma ocupação de 2000. Hoje, a questão está resolvida e a fazenda já é um assentamento.

ISTOÉ – Como era o dia-a-dia na cadeia? Diolinda – Cheguei a dividir com 15 mulheres a mesma cela. Só havia seis colchões. Revezávamos para dormir e ficar em pé. Mas nada me agoniava tanto como a falta de Sofia. Fui presa quando estava lhe dando o almoço. A imagem de deixá-la sozinha, pois o pai já estava preso, não sai de minha cabeça até hoje.

ISTOÉ – Você teve problemas com as outras presas? Diolinda – Não. Elas tinham curiosidade sobre o MST e conversávamos sobre isso. Também não tenho o que reclamar do delegado nem dos policiais.

ISTOÉ – Tem medo de ser presa novamente? Diolinda – Fui vítima de um juiz que julga por motivos pessoais. Tenho receio desse juiz. Por isso, não descarto a possibilidade de voltar para a prisão.

ISTOÉ – O que você pretende fazer para se livrar disso? Diolinda – Não sei. O jogo agora é diferente. Precisamos usar mais a inteligência. O que precisa mudar é o juiz, não as nossas metas.

ISTOÉ – Em 2001, você se desligou da direção do MST para se dedicar mais aos filhos. E agora, depois da prisão? Diolinda – Se antes pensava em deixar o Pontal, agora só aumentou minha vontade de ficar aqui.

ANEXO I – Matéria sobre o MST.

BRASIL – PECUÁRIA

Edição 1882

09/11/2005

MST na rota da aftosa

Relatório da polícia de MS confirma que doença veio do Paraguai e começou em assentamento dos sem-terra

Vasconcelos Quadros

Um lote de bois retirado de caminhão do Assentamento Rural Savana, em Japorã, na fronteira com o Paraguai, para ser abatido num frigorífico de Eldorado, está na origem da febre aftosa que provocou o maior estrago na economia agropecuária brasileira no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O assentamento, localizado na antiga Fazenda Indiana, desapropriada há seis anos, pertence a agricultores ligados ao barulhento Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e foi responsável por aquilo que se tornou comum numa faixa de fronteira seca de 1.500 quilômetros: a compra de gado contrabandeado do Paraguai, apesar de se saber que o controle sanitário paraguaio é precário.

Uma cópia do relatório feito no final de outubro pelo Departamento de Operações de Fronteira (DOF) – órgão da polícia de Mato Grosso do Sul – está nas mãos do ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues. Mas ele mantém segredo sobre a verdadeira origem do foco de aftosa, que vem sendo atribuída à Fazenda Vezozzo, em Eldorado, município vizinho, onde foram encontradas as primeiras reses doentes. O documento não é definitivo, mas confirma o que todo mundo na região sabe há tempos: a doença veio do Paraguai, numa demonstração da promiscuidade existente na fronteira entre os dois países. Em um lugar onde a divisa só existe nos mapas, o gado passeia de um lado para outro, sem nenhum controle sanitário. Nas 60 páginas do documento, há inclusive fotos dos primeiros animais infectados e já sacrificados.

E as fotos são claras com relação à “nacionalidade” das reses: o tamanho da marca e o local onde o gado é marcado a ferro em brasa mostram o sistema paraguaio. “O pecuarista paraguaio marca o novilho ainda novinho e no lombo. Quando o animal cresce a marca fica enorme. No Brasil a marca é pequena e numa das pernas”, diz o secretário de Produção e Turismo de Mato Grosso do Sul, Dagoberto Nogueira Filho, que recebeu o relatório e já não tem mais dúvidas de que o gado doente que ameaça o “boi de ouro” das exportações brasileiras saiu de território paraguaio.

Excesso de carga – O relatório do DOF informa que a contaminação do gado da Fazenda Vezozzo se deu por vírus hospedados em restos de palha esparramados no assoalho do mesmo caminhão que fez o trajeto do assentamento ao frigorífico. Um dos trechos do documento explica que, no momento em que o caminhão era carregado na Fazenda Vezozzo, houve excesso de carga – o que levou o motorista a pedir que alguns bois que haviam tido contato com a palha voltassem para o curral. Começava ali um foco que se esparramaria para outras 20 propriedades da mesma região.

Testes de laboratório realizados pelo Ministério da Agricultura também confirmaram que os animais que apresentavam lesões mais antigas provocadas pela aftosa estavam nos assentamentos, e não nas fazendas Vezozzo e Jangada, em Eldorado. Os principais focos estão em propriedades próximas à fronteira, onde os negócios entre brasileiros e paraguaios envolvendo gado são tão comuns quanto a muamba pura e simples. “É a busca do lucro fácil, da grana mesmo. Estão acostumados e não enxergam o risco”, diz o presidente da Agência de Defesa Sanitária Animal e Vegetal de Mato Grosso do Sul, João Cavallero. O preço da arroba do boi no Paraguai é menos da metade do preço no Brasil. Comprar boi lá e engordar aqui vira um negócio da Casa China, famosa loja de “importados” do Paraguai.

As estatísticas mostram que o Paraguai tem sido a origem dos grandes focos de aftosa registrados na região. Foi de lá que saiu o gado infectado que provocou epidemias em Porto Murtinho, em 1998; em Naviraí, em 1999; e o grande surto na Argentina, cinco anos atrás. A uma cultura que faz parte da região uniram-se a falta de investimentos em controle sanitário e a falta de vigilância, que o ministro Roberto Rodrigues chamou de “relaxamento geral” dos pecuaristas e do governo brasileiro. O ministro tem evitado responsabilizar os paraguaios por uma lógica diplomática: aposta na possibilidade de um acordo com o Paraguai para erradicar a aftosa, driblando o conflito. O país vizinho, aliás, fechou suas fronteiras à entrada de qualquer animal que saia do Brasil.

Isolamento – Vitrine do agronegócio brasileiro, a carne bovina despencou no mercado internacional e deve fazer uma enorme diferença na balança comercial. As entidades de classe estimam uma queda de 47% nas exportações, em novembro. E só não foi pior porque o ano está no fim. O governo isolou cinco municípios que fazem fronteira com o Paraguai – Eldorado, Japorã, Mundo Novo, Iguatemi e Itaquiraí –, criando um cinturão sanitário num raio de 25 quilômetros a partir da fazenda Vezozzo. Entre técnicos agrícolas, sanitaristas e ambientalistas, são mais de 300 pessoas percorrendo os locais em busca de novos focos para tentar erradicar a doença e devolver ao País o status de zona livre da aftosa.

Nas áreas interditadas, o controle é rigoroso. O trânsito de animais está proibido e só os técnicos ou policiais podem circular. As propriedades onde o rebanho completo já foi abatido permanecerão vazias por 30 dias. Depois, o governo colocará novilhos “sentinelas”, que servirão de cobaias. Embora o vírus sobreviva até 14 dias, os sanitaristas esperam um mês para fazer os novos exames. Se nenhum caso de contaminação surgir, a área será considerada livre. As estimativas oficiais indicam que o rebanho a ser abatido, no final da operação, pode chegar a 20 mil cabeças – mais de dois terços retirados de pequenos agricultores ou assentados da reforma agrária que receberam incentivos do governo federal para incluir em suas propriedades gado leiteiro e de corte. Uma grande parte dos proprietários não tem nota fiscal de compra que confirme a origem dos animais.

ANEXO J – Matéria sobre o MLST.

BRASIL - POLÍTICA

Edição 1912

14/06/2006

Selvagens

Quem são e como agem os baderneiros do MLST, a organização que recebe verbas do governo e fez a maior ação de vandalismo já vista no Congresso Nacional

Por Alan Rodrigues

Colaborou Rodrigo Rangel

Dono de um apartamento duplex de 220 metros quadrados num bairro nobre do Recife, filho de usineiro e político sem voto, o chefe petista Bruno Maranhão teve uma idéia para tirar do ostracismo o seu MLST – Movimento pela Libertação dos Sem Terra, organização que no passado recebeu R\$ 9 milhões do governo federal. Essa idéia foi invadir e depredar o Congresso, como se viu na terça-feira 6, de maneira premeditada e covarde. O plano da invasão começou a ser pensado dois meses atrás, quando Maranhão, então no cargo de secretário de Organização Popular do PT, reuniu cinco chefes do MLST no Recife e concluiu que sua facção precisava ganhar visibilidade, ofuscada pelas freqüentes invasões de terra patrocinadas pelos concorrentes do MST – o Movimento dos Sem Terra. Na semana anterior ao ataque, com o requinte de uma gravação em vídeo, os últimos detalhes foram acertados em Brasília. No melhor estilo dos guerrilheiros, escolheu-se, ali, o papel de cada invasor durante a missão e a estratégia a ser seguida. “Entraremos como um cavalo doido”, definiu um dos soldados de Maranhão. O plano – do ponto de vista dos agressores – foi um sucesso.

Atônito, o País assistiu a um agrupamento de 540 homens, mulheres e crianças tomarem de assalto as dependências do Congresso. A partir das duas horas da tarde da terça-feira 6, a turba do MLST forjou uma briga na entrada dos fundos do Congresso, agrediu seguranças com pedradas e golpes de porretes, estilhaçou vidros, invadiu o prédio, revirou um automóvel, decapitou estátuas, danificou equipamentos, enfim, fez de tudo para atingir uma das pilastras do regime democrático. Nada menos que 41 pessoas ficaram feridas. Os prejuízos materiais foram estimados em R\$ 150 mil. Pergunta-se: no governo do PT, o petista Maranhão e seu séquito terão a punição que merecem?



Fúria e depredação: invasão planejada para desmoralizar o Congresso

Sabe-se, até agora, que a polícia fez 537 prisões entre os invasores.

Era esperada para o final de semana, porém, a libertação da grande maioria. A velocidade do processo é uma incógnita. O certo é que, caso tivesse vontade política, o governo Lula poderia ter abortado o nascimento de mais essa organização. O Gabinete Militar do governo tem em mãos um documento que prova que a sustentação financeira do MLST vem do caixa de indenizações fraudulentas pagas pelo governo a donos de terras invadidas. Segundo registra o “livro branco das superindenizações”, feito pela Corregedoria do Incra, está provado que o MLST promove invasões em Pernambuco em combinação com donos de terras improdutivas. Esses proprietários chegam a subsidiar o movimento, dando dinheiro para apoiar as invasões. Quando o MLST acampa em suas terras, os proprietários têm apenas o trabalho de pedir indenizações para o governo. Sem os sem-terra em cima de suas propriedades, esse dinheiro jamais poderia ser requerido. Quando a indenização é paga, sustentam as investigações do Incra, ela é sempre muito maior do que o valor de mercado das terras. O esquema é tão amigável que familiares do líder Bruno Maranhão, donos da Fazenda Araripe, tiveram suas terras invadidas pelo MLST e já receberam suas indenizações.

Outra faceta desconhecida da organização é sua prática de assaltos à mão armada. O serviço de informação do governo já sabe que foi de responsabilidade do MLST o assalto a uma agência do Banco do Brasil no

interior da Bahia, seis anos atrás. Depois disso, sempre em nome de promover a reforma agrária, os bandoleiros passaram a roubar cargas de caminhoneiros na região Nordeste. No Triângulo Mineiro, outra área de atuação do MLST, depoimentos de militantes colhidos pela Polícia Civil mostram que os que tentam sair do movimento têm a própria vida ameaçada. Nada muito estranho para uma facção que se orgulha de misturar, em sua ideologia, idéias de Mao Tsé-tung e Che Guevara. Um coquetel que, em nome da liberdade, permite roubar e, até, matar. Isso explica a extrema violência empregada pelos invasores do Congresso contra Normando Fernandes, da polícia legislativa. Agredido à base de pedradas, ele sofreu traumatismo craniano e teve de ser levado às pressas a uma unidade de terapia intensiva.



Sem limites: vândalos deixam rastro de destruição pelos corredores do Anexo II da Câmara dos Deputados e comemoram a baderna como um ato heróico

A julgar pelas primeiras atitudes do governo, o caso, que é único e exclusivo de polícia, poderá ser interpretado como um ato político. Afinal, o MLST diz que sua razão de existir é a reforma agrária. Tem até militância contumaz dentro do PT, o partido em que Maranhão fazia parte da comissão executiva até a semana passada, quando foi afastado – e não expulso com desonra, como caberia. Essa militância se dá por meio da corrente chamada Brasil Socialista. A tendência não tem nenhum parlamentar diretamente identificado com sua cartilha, mas em tempos de eleições muitos petistas atrás de votos visitam os assentamentos do MLST, que, neste momento, somam cinco fazendas, com cerca de mil famílias em cima da terra.

Dentro do MLST, o chefe Bruno Maranhão só divide seu poder com duas pessoas: sua secretária Raquel, que aparece na agenda do líder apreendida na quinta-feira 8 pela polícia de Brasília como a responsável “para fechar os números do PT e o orçamento das passagens para R\$ 6 mil”, e José Aruti, que também aparece na fita de vídeo dizendo que vistoriou a Câmara durante 15 dias antes do ataque.

Segundo seus amigos, Bruno é um homem educado, vaidoso e centralizador. Experiente na política, ninguém que o conhece acredita que a baderna do Congresso tenha acontecido por falta de controle do movimento. Todos são unânimes, como foi comprovado pelas fitas de vídeo, que a ação foi planejada.

O Palácio do Planalto, após a invasão do Congresso, limitou-se a expedir uma nota com uma condenação do ato. O presidente da Câmara, Aldo Rebelo, durante a invasão evitou até o último instante chamar forças policiais. A pré-candidata a presidente do PSOL, senadora Heloísa Helena, tentou repudiar o vandalismo, mas cometeu o ato falho de dizer que o maior problema estava na troca do endereço da invasão, apontando o alvo certo como sendo o Palácio do Planalto. Bem melhor fez o ultra-esquerdista José Maria de Almeida, presidente do PSTU. “Qualquer pessoa que some um mais um saberia que essa idéia de invadir o Congresso estava errada”, afirmou. “Isso é tudo o que a reforma agrária não precisa.”

Militantes do MLST já assaltaram um banco na Bahia, roubaram caminhoneiros no interior e receberam dinheiro de fazendeiros

ANEXO K – Matéria sobre o MST.

BRASIL – ELEIÇÕES 2006

Edição 1923

30/08/2006



Bom para o MST: este ano, o governo repassou R\$ 111 milhões a entidades ligadas aos movimentos sociais

Convênios da reeleição

Governo injetou R\$ 605 milhões em instituições privadas ligadas aos movimentos sociais

Por Hugo Marques

O silêncio dos movimentos sociais nas vésperas da eleição pode ser medido em números. Desde seu início, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva repassou R\$ 605 milhões do Ministério do Desenvolvimento Agrário para “instituições privadas sem fins lucrativos”. Associações, cooperativas e outras instituições ficaram responsáveis por boa parte do investimento da verba oficial. Só no ano passado, foram repassados R\$ 280 milhões, que beneficiaram 535 instituições. É um crescimento de 300% em relação às transferências no último ano de Fernando Henrique Cardoso. ISTOÉ teve acesso com exclusividade à lista completa de convênios do Incra com instituições privadas. Alguns deles têm duração até 2010, fim do próximo mandato presidencial. Até sexta-feira 18, as instituições privadas tinham recebido R\$ 111 milhões do governo neste ano eleitoral. Por trás da maior parte delas estão os movimentos dos trabalhadores sem terra, como o MST, de João Pedro Stedile, o MSLT, de Bruno Maranhão, e a Contag de Manoel José dos Santos, engajados na campanha da reeleição do presidente Lula. “O pessoal do MST vai votar no Lula”, diz o deputado Adão Pretto, do PT gaúcho, um dos fundadores do MST.

Intriga entender como estão sendo usados, no detalhe, esses R\$ 605 milhões transferidos dos cofres públicos para entidades privadas. Há autoridades que tentam descobrir – e acabam chegando a casos de inadimplência, desvios e indícios de fraude. Auditores do Ministério do Desenvolvimento Agrário estão neste momento escarafunchando os repasses. Já descobriram 62 convênios inadimplentes assinados na gestão Lula. Destes, 34 foram fechados com associações e cooperativas de assentados. A lista de problemas vai desde a não prestação de contas até irregularidades na execução financeira. É o caso de um dos convênios assinados com uma tal de Aspta (sigla de Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa), com sede na rua da Candelária, no centro do Rio de Janeiro. Tem o objetivo de promover “mobilização social e desenvolvimento agrícola sustentável, fortalecendo sinergias interinstitucionais para a disseminação de experiências inovadoras voltadas à conversão agroecológica de sistemas agrícolas”. Deu para entender? Os auditores estão tentando. Foi o segundo convênio inadimplente da associação com o governo. “Estamos devolvendo dinheiro”, diz Jean Marc, filho de suíços e coordenador dessa associação. Ele atribui a inadimplência à alteração de procedimentos de prestação de contas sugerida pelo Tribunal de Contas da União.

O TCU tem 15 processos contra as principais associações, todas ligadas aos sem-terra, conhecidas pelas siglas de Anca, Concrab e Anara. As duas primeiras são ligadas ao MST. A Anara é do MSLT e foi apontada como a associação que financiou o quebra-quebra no Congresso, em julho. Sua sede nacional

fica na cidade-satélite do Guará, Distrito Federal. Quem está exercendo o cargo de presidente da Anara é Edmilson de Oliveira Lima. Ele é também da direção nacional do MLST. Ficou 34 dias preso. Em dezembro, assinou convênio com o Incra no valor de R\$ 2,247 milhões. Equivalia na época a exatos US\$ 1 milhão de dólares. A Anara precisava entrar com a contrapartida de R\$ 224 mil (US\$ 99,9 mil), mas está inadimplente desde 8 de junho.

Numa amostra de 100 convênios, os auditores concluíram que os acordos são muito abrangentes, sem objetivos definidos. Não há quadros técnicos gerenciais nem operacionais para cumprir os convênios. Não existe comparação dos preços conveniados com os de mercado nem comprovação de regularidade fiscal. A segunda parcela de dinheiro é liberada sem a aprovação parcial de contas relativa à primeira etapa. Em nenhum dos convênios, as contrapartidas foram depositadas nas contas correntes acordadas. Em convênio fechado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação com a Anca, o dinheiro saiu da conta da associação para as contas das secretarias regionais do MST em 23 unidades da Federação. Foi “redistribuído” um montante de R\$ 7,3 milhões, uma descentralização não acordada. Os auditores da Secretaria de Controle Externo em São Paulo sugeriram audiência com o ex-presidente do Conselho Deliberativo do FNDE, o ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, por grave infração à norma legal.

Os pagamentos com dinheiro destes convênios são feitos por cheques sacados diretamente na boca da caixa. Os desvios de finalidade começaram em convênios fechados no outro governo. Um convênio do Incra, de 1999, tinha como objeto principal “nenhuma trabalhadora rural sem documentos”. Descobriu-se que, durante a Jornada Socialista realizada com dinheiro público, os sem-terra tiveram aulas de volante, técnicas de massagem e relaxamento. Enquanto isso, a liberação de recursos do Pronaf trouxe para dentro do governo as instituições ligadas à agricultura familiar, como Contag e Fetraf. Os empréstimos do Pronaf nesta última safra totalizaram R\$ 7,5 bilhões, 240% acima do período de FHC. O secretário de Agricultura Familiar, Valter Bianchini, já começou a redigir um grande plano agrícola para um eventual segundo mandato do presidente Lula. “Você sabe que lideranças dos movimentos são petistas e estão contribuindo conosco”, diz Bianchini. “Os movimentos são movimentos, mas as lideranças dos movimentos, as direções, estão ligadas ao PT.”

“Há uma obsessão do governo em cooptar os movimentos sociais, assim como cooptou o sindical”, diz o deputado Augusto Carvalho, do PPS de Brasília, fundador do sítio de internet Contas Abertas, que acompanha os gastos do governo. “Essa conquista do silêncio dos movimentos merece maior fiscalização, sob pena de desmoralizar a reforma agrária.” Uma das coordenadoras nacionais do MST, Marina dos Santos, diz que cabe às instituições sem fins lucrativos se posicionar sobre eventuais irregularidades nos convênios. “Mas temos convicção de sua idoneidade”, registrou. Ela reclama que o governo federal repassa mais dinheiro às multinacionais que aos pequenos agricultores. Na noite de quinta-feira 24, o Incra informou que todos os convênios são auditados pelo TCU e pela Controladoria Geral da União. De fato – e é por isso que começam a vir a público tantas irregularidades.